

DIAGNÓSTICO ETNOAMBIENTAL PARTICIPATIVO,
ETNOZONEAMENTO E PLANO DE GESTÃO
EM TERRAS INDÍGENAS - VOL. 6

TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ



Foto: Israel Correa do Vale Junior

EXECUÇÃO



Associação Indígena
Rio Guaporé

ESTE PROJETO RECEBE RECURSOS DO



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-99991-22-0



9 788599 991220





DIAGNÓSTICO ETNOAMBIENTAL PARTICIPATIVO,
ETNOZONEAMENTO E PLANO DE GESTÃO
EM TERRAS INDÍGENAS - VOL. 6

TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ

ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Ivaneide Bandeira Cardozo
Israel Correa do Vale Junior
Thamyres Mesquita Ribeiro

1ª Edição

Editora: ECAM
PORTO VELHO, 2019.

EXECUÇÃO



Associação Indígena
Rio Guaporé

ESTE PROJETO RECEBE RECURSOS DO

FUNDO AMAZONIA



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



A **Associação Indígena Rio Guaporé** é uma organização indígena, sem fins lucrativos que atua em defesa dos direitos dos povos da Terra Indígena Rio Guaporé.

Endereço: Aldeia Ricardo Franco – Terra Indígena Rio Guaporé, município de Guajará Mirim – Rondônia – Brasil.

PRESIDENTE
Eurivando Tupari

A **KanindéAssociação de Defesa Etnoambiental** é uma OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sem fins lucrativo, dedicada à luta em defesa dos direitos humanos e a conservação da natureza e ao uso sustentável da biodiversidade.

Endereço: Rua Dom Pedro II, 1892, sala 7, Bairro Nossa Senhora das Graças.
CEP 76804-116 – Porto Velho – RO.
Fone: +55-69-32292826
www.kaninde.org.br
kanindé@kaninde.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO
Aritano Cinta Larga
Ivanete Bandeira Cardozo
Thamyres Mesquita Ribeiro

CONSELHO FISCAL
Neide Faccin
Elisabete Ribeiro Rodrigues
Wladir da Cruz Vasques

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Karen da Silva Ribeiro

COORDENAÇÃO GERAL
Ivaneide Bandeira Cardozo

CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Coordenação Técnica
Israel Correa do Vale Junior
Sancler Canoé

Coordenação Logística
Eurivando Tupari
Paulo Henrique Bonavigo

Fotografias
Ederson Lauri Leandro
Sergio P. Cruz
Israel Correa do Vale Junior
Alexsander Santa Rosa
Gabriel Uchida

Elaboração de Mapas
Meline Cabral Machado

Supervisão e Acompanhamento Técnico da FUNAI
Genilton Pivoto

Projeto Gráfico, Editoração e Impressão
Adriana Zanki Cordenonsi
Roda Viva Indústria Gráfica e Editora Eirelli

Organização do Documento
Ivaneide Bandeira Cardozo
Israel Correa do Vale Junior
Thamyres Mesquita Ribeiro

EQUIPE DE PESQUISADORES POR CAPÍTULO

Capítulo 1 – Os povos da Terra Indígena Rio Guaporé e um breve relato de suas histórias
Ivaneide Bandeira Cardozo (Historiadora)
Maria das Graças Silva Nascimento Silva (Geógrafa)
Sergio Pereira Cruz (Antropólogo)

Assistentes de pesquisa:
Hellen Virgínia da Silva Alves
Arlinda Macurap Canoé
Elizonte Ajuru
Jacilene Jaboti
Tânia Canoé

Capítulo 2 – O Meio Físico da Terra Indígena Rio Guaporé
Meline Cabral Machado (Geógrafa)

Assistentes de pesquisa:
Jéssica Maiara Alves
Laura Dominic Gazzotto Soares de Almeida
Isael Jaboti
Luis Henrique Jaboti

Capítulo 3 – Nossos bichos
Tatiana Lemos (Bióloga/pesquisadora de avifauna)
Alexsander Santa Rosa Gomes (Biólogo/pesquisador de mastofauna)
Diego Rudielle Scheffer (Biólogo/pesquisador de herpetofauna)
Suelen Taciane Brasil de Souza (Bióloga/pesquisadora de ictiofauna)

Assistentes de pesquisa:
Adão Wajuru
Agnaldo Makurap
Angela Neta Dias dos Santos
Catiucia Jabuti
Cléia Jaboti
Deborah Monteiro dos Santos
Diogo Cinta Larga

Elton Wayoru
Erenildo Jabuti
Ester Kanoé
Giovanni “Cabo”
Hilda Aruá
Isac Jaboti
Isaura Makurap
Ismael Jaboti Canoé
Jaime Wajuru
José Aruak
José Augusto Kanoé
Jose Luiz Kanoé
Julieta Wajuru
Marcelo Macurap
Mario Sergio Wayoru
Nazaré Arikapu
Nilda Jaboti
Paula Laís da Cunha
Paulo Cujubim
Paulo Cujubim
Roberto Wayoru
Rodrigo Jabuti Saturnino Jabuti

Capítulo 4 – A floresta que nos protege
Selma Brotto Borges (Engenheira Florestal)
Idalino Alves Nunes (Identificador botânico)

Assistentes de pesquisa:
Aristide Cujubim
Erenildo Jaboti
Isac Jaboti
Saturnino Jaboti
Valéria Lopes de Oliveira
Vital Jaboti

Capítulo 5 – Olhando para o entorno
Dr. Adnilson de Almeida Silva (Geógrafo)

Assistentes de pesquisa:
Laura Dominic Gazzotto Soares de Almeida

Capítulo 6 – Etnozoneamento
Ivaneide Bandeira Cardozo (Historiadora)
Coletivo indígena

Capítulo 7 - Plano de Gestão Territorial e Ambiental
Ivaneide Bandeira Cardozo (Historiadora)
Israel Correa do Vale Júnior (Biólogo)
Coletivo indígena



“Esta publicação faz parte do projeto Amazônia Indígena Sustentável desenvolvido pela Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé com apoio do Fundo Amazônia/BNDES, Contrato de Concessão Colaboração Financeira Não Reembolsável nº15.2.0772.1.”

©2019. **Equipe de Conservação da Amazônia**
Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

T324
Terra indígena Rio Guaporé. Organizadores: Ivaneide Bandeira Cardozo, Israel Correa do Vale Junior e Thamyres Mesquita Ribeiro – Brasília : ECAM, 2019.
104 p. : il. (Diagnóstico etnoambiental participativo, etnozoneamento e plano de gestão em terras indígenas, 7).
ISBN: 978-85-99991-22-0
1. Diagnóstico etnoambiental. 2. Plano de gestão. 3. Levantamento etno-histórico . 4. Rio Negro Ocaia. I. Título.
CDU: 39:616-079(=87)



Rio Guaporé.
Foto: Ederson Lauri Leandro

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____ 09

1 OS POVOS DA TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ E UM BREVE RELATO DE SUAS HISTÓRIAS ____ 10

2 O MEIO FÍSICO DA TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ _____ 22

3 NOSSOS BICHOS _____ 34

4 A FLORESTA QUE NOS PROTEGE _____ 65

5 OLHANDO PARA O ENTORNO _____ 76

6 ETNOZONEAMENTO _____ 88

7 PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL _____ 92

REFERÊNCIAS _____ 101

RESUMO

Este documento apresenta o Diagnóstico Etnoambiental Participativo, Etnozoneamento e Plano de Gestão da Terra Indígena Rio Guaporé - TIRG. Traz os levantamentos da etnohistória, gênero, meio físico, meio biológico, socioeconomia de entorno, além do etnozoneamento e as ações propostas pelos indígenas no Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TIRG.

Palavras chave: indígenas, guaporé, diagnóstico, etnozoneamento, plano de gestão.

APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Etnoambiental Participativo (DEAP), Etnozoneamento e Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PGTA) são três ferramentas importantes para a gestão de territórios indígenas, pois traz de forma planejada as demandas da comunidade e possibilita a busca de apoio para ações que promovam o desenvolvimento sustentável, valorização cultural e a melhoria da qualidade de vida.

Esta metodologia foi desenvolvida pela Associação Kanindé em parceria com a Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí e já foi aplicada em 11 terras indígenas nos estados de Rondônia, Amazonas, Pará e Mato Grosso. Tem como princípio básico a participação da comunidade, respeitando sua história, cultura, organização social e suas demandas para a gestão de seu território.

O DEAP reúne em escala ampla, dados sobre a biodiversidade, meio físico, socioeconomia, cultura, gênero a partir da união de conhecimentos do método científico e o conhecimento do povo indígena.

O Etnozoneamento traz informações estratégicas baseadas no DEAP. É elaborado pelos indígenas sendo uma ferramenta essencial para o uso do PGTA.

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é a idealização das demandas socioambientais da comunidade indígena. Isto permite que o povo indígena possa tomar decisões planejadas, apontando responsáveis, prazos e prioridades sobre os diversos aspectos de suas vidas e território.

O presente volume apresenta o resultado destas ferramentas aplicadas pela Kanindé em parceria com a Associação indígena Rio Guaporé, através do Projeto Amazônia Indígena Sustentável, na Terra Indígena Rio Guaporé no ano de 2017/2018, com apoio do Fundo Amazônia/BNDES conforme Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não Reembolsável nº 15.2.0772.1 firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Kanindé Associação de Defesa Etnoambiental em 21 de janeiro de 2016.

CAPÍTULO 1

OS POVOS DA TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ E UM BREVE RELATO DE SUAS HISTÓRIAS



Rio Guaporé
Foto: Ederson Lauri Leandro

A TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ (TIRG)

A Terra Indígena Rio Guaporé foi homologada no ano de 1996, com um território de 115.788.0842 ha, que foi destinado originalmente para posse permanente dos grupos indígenas dos povos: Makurap, Jaboti, Canoé, Ajuru, Tupari, Arikapô e Pakaa Novo. Os povos que habitaram e que hoje habitam a TIRG começaram a perder seus territórios originários no início dos anos de 1940, quando do contato do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – SPILTN com esses povos.

Povos como os: Aruá, Makurap, Tupari, Jaboti, Kanoê, Arikapú habitavam originalmente a região do Rio Branco, cortada pelo rio de mesmo nome e pelo Rio Guaporé, hoje município Alta Floresta do Oeste. Esses povos têm diferentes línguas, costumes e organizações sociais distintas. No ano de 1942 foram trazidas para o Seringal Barranco Alto, e posteriormente, para o Posto Indígena de Atração Ricardo Franco (SILVA, 2016).

ALDEIAS

A Terra Indígena Rio Guaporé está localizada no Município de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia. Está dividida em cinco Aldeias: Baía da Coca, Baía das Onças, Baía Rica, Ricardo Franco e Urussari.

É na Aldeia Ricardo Franco que está concentrada boa parte da infraestrutura disponível na terra indígena. Também nessa aldeia concentra-se a maioria dos povos que ali habitam. A infraestrutura na aldeia consiste em algumas instalações e construções, como Escolas, Centro de Cultura, Casa da FUNAI, Unidade de Saúde, Igreja, banheiros e lavanderias de uso coletivo e campo de futebol, que é utilizado diariamente.

A aldeia Baía das Onças está distante da aldeia sede Ricardo Franco e o acesso à localidade só é possível por via fluvial. Sua infraestrutura conta com campo de futebol, casa de farinha, banheiro e lavanderia coletiva, poço artesiano coletivo, escola de ensino fundamental e posto de saúde, embora o prédio destinado ao posto de saúde se encontre atualmente abandonado e precisando de reforma. Nesta aldeia não há energia elétrica e os equipamentos utilizados na escola contam com a energia captada por placas solares. O acesso à água do poço artesiano coletivo é possível com o uso de um motor a diesel. Os tratamentos de saúde costumam ser realizados na própria aldeia e o uso da medicina tradicional e das plantas medicinais é muito forte, bem como as atividades relacionadas ao repasse e fortalecimento da cultura, como a pintura corporal e o artesanato.

A aldeia de Urussari fica vizinha à Ricardo Franco, sendo possível o acesso entre as duas aldeias por via fluvial ou terrestre. Em ambos os casos o trajeto pode ser concluído sem muita demora. É comum o deslocamento diário dos moradores de Urussari para Ricardo Franco, pois boa parte dos serviços

essenciais necessários aos moradores, como escola de ensino fundamental e posto de saúde inexistem na aldeia Urussari. A aldeia conta com lavanderia e banheiro coletivo e casa de farinha.

Fenômeno semelhante acontece na aldeia Baía Rica. Devido à sua proximidade com a aldeia Ricardo Franco e à inexistência de serviços básicos como saúde e educação, é comum o deslocamento diário dos moradores até Ricardo Franco. O acesso à Baía Rica e à Ricardo Franco é realizado principalmente via terrestre, mas também pode ser feito por via fluvial.

A aldeia de Baía da Coca é um pouco mais distante de Ricardo Franco e seu acesso também é dificultado pelas péssimas condições da estrada. Em determinados períodos do ano só é possível chegar à Baía da Coca por via fluvial. Na Aldeia Baía da Coca existe campo de futebol, escola de ensino fundamental e posto de saúde, apesar de os moradores relatarem a inexistência de profissionais de saúde para atender a população de forma integral. O deslocamento dos moradores de Baía da Coca à aldeia Ricardo Franco não costuma ocorrer com frequência, restringindo-se a períodos de festas ou rituais e por necessidade de visitar parentes. O tratamento de saúde, sempre que possível, costuma ser realizado na própria aldeia e as dificuldades de acesso aos profissionais de saúde e aos medicamentos são contornados com o uso da medicina tradicional e das plantas medicinais. Em Baía da Coca existem habitações tradicionais como casas de palha em estilo maloca e galinheiros tradicionais.

Em boa parte das residências da aldeia Ricardo Franco há casa de farinha e casa da chicha.

Quanto aos serviços disponíveis na TIRG, além da equipe de saúde, que é composta por um enfermeiro, um técnico de enfermagem e um Agente Indígena de Saúde – AIS, há ainda a visita de uma equipe completa com médicos especialistas pelo menos duas vezes por ano. Na área da educação todas as Aldeias têm Escolas que oferecem o Ensino Fundamental I e o Ensino Fundamental II. Os docentes são indígenas. O Rádio Amador, que está presente em todas as Aldeias, também foi considerado pelos moradores da TIRG, como um serviço muito importante.

Na Aldeia Ricardo Franco os moradores contam com um poço artesiano e água encanada em quase todas as moradias. Ainda na Aldeia Ricardo Franco há o único telefone da Terra Indígena, que fica ao lado da casa da FUNAI e conta também com serviços de Internet. Nessa Aldeia, o fornecimento de energia é de 24 horas.

OS POVOS QUE HABITAM A TIRG

A população da TIRG é de 669 (seiscentos e sessenta e nove) indivíduos, sendo 329 (trezentos e vinte e nove) do gênero feminino e 340 (trezentos e quarenta) do gênero masculino.

A maior concentração da população está entre crianças e jovens e pouca presença da população idosa. Os indígenas estão distribuídos entre povos e Aldeias conforme apresenta-do a seguir:

O povo Ajuru ou Wajuru: tem uma população total de 77 (setenta e sete) pessoas, distribuídos em todas as Aldeias, mas em especial na Aldeia Ricardo Franco, onde se concentra a maioria deste povo.

O povo Aricapú: é composto de 03 pessoas, duas mulheres idosas, uma delas moradora da Aldeia Ricardo Franco e a outra da Aldeia Baía das Onças, e um indígena de 39 anos, morador também da Aldeia Ricardo Franco.

É um grupo bem reduzido. Nesse caso as mulheres foram casadas com indígenas de outras etnias. A idosa que mora na Aldeia Baía das Onças foi casada com um indígena do povo Jaboti, portanto, todos seus filhos são Jaboti, seguindo a lógica de um sistema patrilinear. A língua está em vias de se perder, pois tem apenas uma falante, que não tem com quem conversar e já não se lembra muito do vocabulário dos Aricapú.

O povo Aruá: foram registrados 25 indígenas, sendo 12 mulheres e 13 homens, que estão distribuídos nas Aldeias Baía da Coca e Ricardo Franco. A maioria da população está concentrada na faixa etária de 01 a 25 anos. Registramos a presença de dois idosos com mais de 70 anos que estão na Aldeia Ricardo Franco. Segundo a indígena mais idosa desse povo informou, não se fala mais a língua, primeiro, porque esta veio muito nova para Ricardo Franco e não tinha com quem conversar na língua Aruá, e também porque foi casada com um Macurap, e, nesse caso, os filhos falam a língua do pai.

O povo Aruak: é composto de 07 pessoas, sendo 03 mulheres e 04 homens, que estão nas Aldeias: Baía Rica, Baía das Onças e Ricardo Franco. No povo, são 05 crianças e dois adultos, a mulher com idade de 36 anos residente na Baía das Onças e o homem com 25 anos que mora em Ricardo Franco. O fato de morarem em Aldeias distintas dificulta a comunicação entre o grupo.

O povo Cabixi: registrou-se a presença de apenas

um indígena com 12 anos de idade, que mora com sua mãe, do povo Macurap, na Aldeia Ricardo Franco. O pai não mora na TIRG.

O povo Canoé: está presente em sua maioria na Aldeia Ricardo Franco, e nas aldeias Baía da Coca, Baía das Onças e Urussari. No total são 65 indígenas, sendo 35 mulheres e 30 homens. É um dos povos que chegaram ao local por volta da década de 1930 segundo relato dos idosos. A língua é pouco conhecida, só falada por alguns dos idosos, no total de 05, que ainda conhecem um pouco dela. Há um esforço de uma indígena, moradora da Aldeia Ricardo Franco, de registrar a língua Canoé, tendo como fonte o seu avô, um dos falantes, que tem 96 anos. A maioria da população concentra-se na faixa etária de 05 a 10 anos com 10 indígenas, de 15 a 20 anos com 08 indígenas e de 21 a 25 anos de 07 indígenas.

O povo Cujubim: foram registrados 48 indígenas, sendo 23 do gênero feminino e 25 do gênero masculino. Estão presentes em praticamente todas as aldeias, mas a maior concentração se dá na Aldeia Ricardo Franco. Os mais velhos são dois homens com idade entre 50 e 55 anos. Perderam há cerca de três anos a única falante da língua deste povo. Com isso, não há registro da língua e de outras manifestações culturais próprias do seu povo.

O Povo Jaboti ou Djoromitxi: 172 indígenas, sendo 77 do gênero feminino e 95 do gênero masculino. Estão presentes em todas as aldeias. Sendo a maioria na Aldeia Baía Rica, onde são mais de 90% dos moradores, seguido das Aldeias Baía das Onças e Ricardo Franco. Registrada a presença de 08 idosos, todos falantes da língua Jaboti ou Djoromitxi. Conversam no dia a dia na língua, pelo fato de estarem morando bem próximos. A língua é uma das estudadas na escola, porque existe docente oriundo do povo responsável pelo ensino da língua e das tradições.

A população concentra-se nas faixas etárias de 01 a 05 anos, com 15 indígenas; de 06 a 10 anos, com 35 indígenas; de 11 a 15 anos, com 24 indígenas; 16 a 20 anos, com 17 indígenas, e dos 21 a 25 anos, com 23 indígenas. É uma população composta por maioria de crianças e jovens, (75% dos indivíduos).

O povo Macurap: são 165 indígenas, sendo 88 mulheres e 77 homens. Desses, foram registrados 11 idosos, constituindo assim o povo com maior número de idosos que também são falantes. Quando reunidos, os idosos conversam apenas em sua língua nativa. Estão concentrados nas Aldeias Baía da Coca e Ricardo Franco. A língua é também transmitida na escola, porque há docentes do povo, que além da língua também repassam outros valores da cultura dos Macurap. As faixas etárias de maior concentração populacional são as 01 a 05 anos, com 21 indígenas; de 06 a 10 anos, com 30 indígenas; de 11 a 15 anos, com 25 indígenas; de 16 a 20 anos, com



Aldeia Ricardo Franco. Foto: Sergio P. Cruz

17 indígenas; de 21 a 25 anos, com 12 indígenas, e por último de 26 a 30 anos, com 10 indígenas. Mais de 70% da população desse povo concentram-se nesses intervalos de idade.

O povo Massaká: concentram-se principalmente nas Aldeias Baía das Onças e Urussari. Com uma população de 28 indígenas, sendo 13 mulheres e 15 homens. Desse quantitativo, apenas um homem idoso mora em Urassari. O maior número de pessoas concentra-se nas faixas etárias entre 01 a 05 anos, com 06 indígenas; de 06 a 10 anos, também com 06 indígenas, e de 11 a 15 anos, com 04 indígenas.

O povo Oro At: foram identificadas 04 pessoas, todas da mesma família, sendo 01 uma menina de seis anos de idade, e 03 do gênero masculino, sendo um adulto, que é o pai, com 34 anos, e dois meninos de 10 e 08 anos de idade. A família mora na Aldeia Baía das Onças.

Os Oro Mom: são 03 pessoas também da mesma família, sendo a mulher com 26 anos, o homem também com 26 anos e a criança de 05 anos. Moram na Aldeia Urussari.

O povo Oro Nao: são 02 pessoas, uma menina de 07 anos que mora na Aldeia Ricardo Franco com sua mãe. E uma mulher de 47 anos que mora na Aldeia Urussari.

Os Oro Waran Xijein: moram na Aldeia Ricardo Franco. São 05 pessoas da mesma família: o pai, com 42 anos, e os filhos, com idades de 11 anos, 09 anos, 07 anos e 01 ano. A mãe das crianças é do povo Cujubim.

O povo Tupari: são 66 pessoas, moradores em sua maioria da Aldeia Urussari, mas também estão nas Aldeias da Baía da Coca e de Ricardo Franco. São 32 mulheres e 34 homens, sendo que o maior número de pessoas se concentra nas faixas etárias de 01 a 05 anos, com 11 indígenas; dos 06 aos 10 anos, com 15 indígenas, e de 11 a 15 anos, com 10 indígenas. Isso quer dizer que mais de 50% da população é composta por crianças e jovens. Registrada a presença de 03 idosos. A língua Tupari é estudada tanto na Escola da Aldeia Urussari, como também na Escola da Aldeia Ricardo Franco.

Os povos cujas línguas não são ensinadas em especial na escola possuem maior base de crianças e jovens, o que pode comprometer perspectivas futuras em relação à cultura, principalmente na questão linguística. Há também uma pequena diferença no número de pessoas do gênero masculino, que é um pouco maior, mas que não chega a ameaçar o equilíbrio dos povos que ali vivem em virtude de a diferença ser de apenas 11 indígenas.



Festa do Peixe realizada em 2009 na Aldeia Ricardo Franco. Foto: Sergio P. Cruz

RITUAIS E FESTAS

As festas na TIRG são coletivas. Embora cada povo tenha seu ritual, os demais são convidados a participar, dando a impressão no primeiro momento de não existir uma festa para cada povo. A participação das mulheres nos rituais acontece de diversas formas, porém geralmente está associada às funções de apoio ou aos trabalhos no espaço privado. O grande destaque da mulher é no preparo da chicha, função atribuída somente a elas. Além do preparo da chicha, a mulher atua de forma mais ativa dançando e cantando.

O preparo de comidas não é algo exclusivo das mulheres, porém a pesquisa revelou que sua atuação nesta atividade é muito expressiva. Um percentual de 3,33% alegou não saber explicar de que forma se dá sua participação nas festas e rituais.

Durante os rituais os indígenas pintam os corpos com tinta de jenipapo, havendo pintura própria para as mulheres.

Conforme observado durante a pesquisa, não é papel das mulheres a recepção dos convidados, função atribuída aos homens, em especial aos caciques.

Ritos de Passagens em meninas e em meninos

A pesquisa realizada não se aprofundou na Cosmologia dos povos indígenas da TIRG. Neste documento trazemos apenas alguns rituais que foram relatados pelos indígenas.

Os rituais de passagem marcam a transição da criança para a vida adulta, podendo ser compreendidos como uma forma de pertencimento a um grupo cultural ou étnico. Os ritos de passagem indígenas são constituídos por “... um conjunto de “marcadores territoriais”, como o simbólico, histórico, musical, fabricado, cosmogônico, estético corporal, linguístico (...).” (Almeida Silva, 2015, p. 153).

Apesar de estes rituais atuarem como uma forma de reconhecimento social de que o indivíduo conhece e possui o sentimento de pertencimento a determinado grupo, podem ocorrer variações nos rituais de acordo com a etnia e o gênero.

Os resultados da pesquisa de campo revelaram a prática de rituais de passagem femininos e masculinos em 59% das famílias entrevistadas.

Entre os povos que habitam a Terra Indígena Rio Guaporé, o rito de passagem da Menina Moça ocorre em ocasião da puberdade, sendo marcado pelo acontecimento da primeira menstruação. Entre os meninos, o ritual de passagem é

realizado após o acontecimento da primeira relação sexual.

Os nomes dos rituais variam em função do gênero e do povo e o mesmo acontece com os procedimentos realizados, pois apesar de haver distinções entre os nomes atribuídos aos rituais e sutis diferenças em sua realização, existe a predominância de semelhanças dos objetivos e marcadores territoriais.

Tanto o rito de passagem feminino quanto o masculino apresentam semelhanças entre os diversos povos, como o fato de serem conduzidos pelos mais velhos da família (avós e mães no caso das meninas, e avós e pais no caso dos meninos), pois estes são reconhecidos como sabedores da cultura e capazes de ensiná-la aos mais jovens.

Entre as mulheres de diferentes povos entrevistadas foram constatadas semelhanças nos ritos de passagem femininos, como o fato de após primeira menstruação a menina possuir o dever de comunicar o fato à mãe.

A primeira menstruação costuma ocorrer por volta dos dez aos doze anos e após o fato ser comunicado à mãe, esta assume a responsabilidade de comunicar à anciã da família (avó ou bisavó) para que esta organize e conduza o ritual de passagem da Menina-Moça e os conhecimentos que serão transmitidos durante este acontecimento.

No ritual da Menina Moça ficou evidenciado que em todos os povos pesquisados na TIRG o rito de passagem consiste na submissão da menina a um processo de reclusão e dieta alimentar restritiva. Durante o processo de reclusão, a menina permanece sem contato com os demais membros do coletivo indígena, com exceção dos seus pais e da anciã que conduz o ritual. Os ensinamentos que serão transmitidos à menina serão essenciais para a vida adulta e para o convívio com os demais membros do coletivo indígena.

Segundo Almeida Silva (2015, p. 154):

Durante a reclusão são transmitidos inúmeros ensinamentos, conselhos e as futuras responsabilidades – como a fabricação dos corpos – que deverá exercer perante o coletivo e possivelmente com anova família, que será formada com o seu casamento.

Dentre os ensinamentos transmitidos à menina durante o ritual estão os cuidados com o corpo e estética corporal, a conduta comportamental socialmente desejada e as atividades relacionadas ao cuidar; cuidados com a casa, com o preparo das refeições, com as crianças e com sua futura família.

A anciã responsável pela condução do ritual também ensinará sobre os alimentos que são proibidos em fases específicas da vida da mulher, como a menstruação, a gestação, o parto e o resguardo.

Durante o período do ritual de passagem, a menina se alimenta com alimentos considerados leves e que não causam nenhum tipo de reima a ela ou ao coletivo, como por exemplo: a mandioca, a taioba, o milho, o cará, o amendoim

e a traíra. O consumo de alimentos como carne de anta, de paca, tambaqui e surubim não é permitido durante o ritual. A ingestão da chicha é permitida durante o período. Em alguns povos o alimento é a chicha. E toda alimentação que será consumida pela menina-moça precisa ser abençoada pelo pajé.

Ao término do ritual, a menina deve preparar sozinha a chicha e servi-la ao coletivo indígena que deverá apreciá-la e julgar se está saborosa. Preparar uma boa chicha é a primeira tarefa da vida adulta da menina-moça.

Enquanto o ritual de passagem feminino ocorre em virtude da primeira menstruação, o ritual de passagem masculino acontece em ocasião de sua primeira relação sexual.

Assim como a menina é preparada para as responsabilidades da vida adulta, o menino também recebe orientações dos homens mais velhos da família, geralmente os avós, para a vida de homem adulto e os cuidados com a voz e com o corpo. Também pode haver reclusão do menino durante o período do ritual, assim como também ocorre uma dieta alimentar restritiva, na qual os alimentos considerados reimosos pelo coletivo indígena devem ser evitados.

As bebidas à base de jenipapo, raízes e uricuri são utilizadas pelos povos com a finalidade de “limpar” e engrossar a voz do jovem, que precisa bebê-las sem fazer caretas, demonstrando força.

Enquanto no ritual de passagem da menina-moça existe a necessidade de comprovação de que ela seja capaz de cuidar do lar e da família, no ritual de passagem masculino há a preocupação em comprovar a capacidade do jovem em suportar a dor. Esta preocupação justifica-se pela necessidade que o homem chefe de família e guerreiro tem de ser forte. Ao passar pelo ritual, o menino comprova que possui maturidade para assumir as responsabilidades da vida adulta.

Para Almeida Silva (2015, p. 162):

Essa passagem, representativamente, consiste na sua morte como menino e de seu nascimento e assunção como indivíduo adulto, sendo obrigado a suportar a dor e, se aprovado, poderá assumir responsabilidade com chefe de família e guerreiro, caso contrário será submetido quantas vezes forem necessárias até atingir à maturidade.

Portanto, é possível perceber nos rituais de passagem para a vida adulta realizados na TIRG uma divisão social de papéis entre homens e mulheres indígenas, pois enquanto a mulher deve estar apta a cuidar da família e da casa, o homem deve ser forte para prover e proteger sua família. Dessa forma, através da manutenção da família de formas distintas por mulheres e homens, garante-se a manutenção da comunidade.

Festa do Guerreiro

A Festa do Guerreiro celebra o reencontro entre os parentes indígenas para celebrar a sua cultura, com danças, cantos,

comida indígena. São contadas as histórias de como perderam o território e foram colocados juntos com vários outros no rio Guaporé, sua cosmologia, e são realizados jogos tradicionais. Também é promovida reflexão sobre a perda e retirada dos povos de seus territórios pelo SPI.

Devido à importância da Festa, em 20 de dezembro de 2018, foi declarada Patrimônio Cultural de Rondônia pelo Governo do Estado pela Lei nº 4.444, que em seu Art. 1º e no seu parágrafo 1º diz: A Festa do Guerreiro de que trata o caput deste artigo será comemorada na última quinzena do mês de agosto, não implicando em decretação de feriado.

O ARTESANATO

O artesanato da TIRG possui uma importante função para o coletivo indígena, uma vez que “confere enraizamento, pertença, consciência de sua identidade cosmogônica e permite concretamente personificar, representar e dar forma aos “marcadores territoriais” (ALMEIDA SILVA, 2015, p. 268).

O artesanato possui funções e matérias primas variadas. Existem os que são adornos corporais, como é o caso dos brincos, pulseiras, colares e demais, e aqueles que são funcionais, como as vassouras, as esteiras, o banco do pajé, o cocho e o remo.

Outra categoria é o artesanato para caça ou função bélica, como é caso das espadas e das lanças. A matéria-prima para confecção do artesanato dos povos indígenas da TIRG depende das tradições de cada povo. Por exemplo, a matéria-prima da fibra do tucum, que é usada pelas mulheres de todos os povos para confeccionar o marico, embora não apareça no gráfico, foi registrada nas rodas de conversas com as mulheres tanto da Aldeia Baía das Onças quanto na Aldeia Ricardo Franco.

A matéria-prima com maior percentual é a pena, geralmente bem coloridas, de aves como araras, papagaios, tucanos e outros. As penas são utilizadas para confeccionar cocar, adereço de braço, nas flechas, brincos e colares. Essa matéria-prima é utilizada por todos os povos da TIRG.

Outra matéria-prima muito presente é o caroço do tucumã, utilizado em especial para confecção de anéis, brincos e colares. O mesmo se dá com o coco do babaçu e o caroço da pupunha, que também são utilizados para a confecção dos mesmos produtos artesanais.

A madeira é utilizada para fazer o artesanato “mais pesado” como o coxo, pilão, mão-de-pilão, canoa, remo e espada. É um artesanato que todos os povos da TIRG confeccionam, até porque são artefatos utilizados no cotidiano do coletivo, a exemplo do coxo, pilão e mão-de-pilão, que estão presentes em todas as casas de chichas.

A palha aparece com bastante uso pelos povos, para confecção de esteiras e cofos. Mas, por exemplo: o povo Canoé não trabalha com a palha, a especialidade desse povo são as conchas colhidas nas praias dos rios.

A pesquisa revelou que existem alguns artesanatos feitos somente pelos homens e que são restritivos de serem feitos pelas mulheres, a exemplo do Banco do Pajé. Outros que também são confeccionados pelos homens porque são considerados os “mais pesados”.

Uma das assertivas é que a mulher, por ter um ciclo biológico muito marcado por um simbolismo proibitivo e restritivo, pode ter alguma interferência na produção desse artesanato, que será usado por uma liderança que transita tanto pelo mundo físico quanto pelo espiritual. Com essa característica, alguns objetos que possuem significados simbólicos marcantes definem a proibição destas atividades para as mulheres.

Logo, foi possível constatar que a atividade do artesanato demarca a participação dos gêneros de forma clara, cabendo aos homens a produção de itens que não são permitidos às mulheres, pois “... é no espaço de ação da produção do artesanato que se revela explicitamente as atribuições de trabalho em cada gênero” (ALMEIDA SILVA, 2015, p. 268).

Outro artesanato que segundo o coletivo indígena é feito apenas pelos homens é o arco e flecha. Nesse caso, não é que as mulheres não saibam fazer o arco e flecha, mas porque sofrem também restrições simbólicas no sentido de que as mulheres não podem manusear ou tocar nos instrumentos de caça e pesca dos homens. O argumento dado pelos homens, é que as mulheres não têm o hábito e a prática da caça, da pesca ou até mesmo da guerra, por isso elas não teriam como saber produzir ou confeccionar um instrumento eficiente para esses fins. Entretanto, é possível pensarmos também que as mulheres, através da observação e da prática, superariam a falta da experiência empírica.

De acordo com a compreensão e crença do coletivo indígena, a atividade do artesanato é uma atividade complexa, vivenciada em etapas e em que cada etapa possui um significado e uma forma de produção que muitas vezes considera aspectos práticos e míticos (Almeida Silva, 2015, p. 277).

A pesquisa revelou que as mulheres costumam se envolver na produção artesanal do arco e da flecha somente quando estes possuem caráter meramente ornamental.

Os artesanatos feitos de madeira considerados os “mais pesados”, como a canoa, o coxo para armazenar a chicha, o pilão, a mão-de-pilão, remos e outros também são produzidos exclusivamente pelos homens. Esses aparentemente não sofrem restrições no sentido simbólico, pelo fato de ser considerado culturalmente um trabalho de homem.

O artesanato produzido pela mulher é considerado como “leve” e possui caráter predominantemente ornamental, como anéis, brincos, colares, pulseiras, vestimentas para as festas, adereços. Mas, tem aqueles artesanatos que são considerados como utilitários que são usados no dia-a-dia do coletivo, como as redes, as esteiras, as vassouras e o próprio marico. E ainda o arco e a flecha como artesanato decorativo.

MULHERES E PARTICIPAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A participação das mulheres em movimentos sociais é um fenômeno relativamente recente, pois originalmente as mulheres não tinham espaço para apresentar suas demandas e reivindicar seus interesses publicamente. As decisões, incluindo as decisões do núcleo familiar e decisões coletivas, eram tomadas exclusivamente pelos homens sob a forte liderança do cacique.

O registro de mulheres lideranças em Rondônia é apenas do povo Cinta Larga e dos Jupaú (Uru-eu-wau-wau), nos quais antes do contato havia mulheres como lideranças, e no caso dos Cinta Larga ainda há até os tempos atuais (CARDOZO, 2017).

Atualmente, as mulheres da TIRG estão sempre acompanhando os homens na maioria das atividades relacionadas ao coletivo, inclusive nas deliberações sobre decisões tomadas pela comunidade. Aos poucos ocupam o lugar e participam das votações em assembleias, debatem, apresentam demandas e contribuem com sugestões. Essa participação ainda é tímida e nem sempre ocorre de forma harmoniosa, porém este processo apresenta-se como uma forma de representação da mulher através do surgimento de lideranças indígenas femininas.

As mulheres costumam conversar sobre suas demandas e de suas famílias durante as reuniões em que a chicha é servida. A chichada é um momento em que as mulheres da TIRG sentem-se à vontade para conversar sobre diversas questões do seu cotidiano, onde apresentam sugestões para resolução de situações que são consideradas problemáticas por elas e onde trocam sugestões para a resolução de diferentes questões.

Parte delas participa de alguma forma de movimento social – cerca de 61%.

Foi evidenciado que 52% das mulheres participam da Associação Indígena Rio Guaporé. Esta associação conta com a participação de mulheres de diversos povos que são moradoras da TIRG.

A principal dificuldade encontrada por elas em participar de movimentos ou encontros fora da TIRG é devido às dificuldades de transporte e da distância. A disseminação de informações (acesso) também contribui para que os convites para cursos, encontros, congressos e atividades correlatas cheguem tardiamente ou com muita proximidade da data de realização das atividades, o que dificulta o processo de organização das mulheres que têm interesse em participar. Muitas vezes o próprio documento não deixa muito claro se as mulheres devem participar, porque quando o convite é direcionado para as “comunidades indígenas” dificilmente as mulheres serão contempladas. Para elas, o mais correto seria direcionado para

“Mulheres e Homens Indígenas da Comunidade”.

Parte das mulheres indígenas afirmou não se sentirem representadas pela associação, enquanto outra parte afirmou que nos encontros e reuniões desta associação as mulheres buscam aumentar a sua participação e poder de decisão, questionando todos os temas que julgam de seu interesse, incluindo os temas relacionados às questões financeiras da Associação, como anuidade e outros recursos arrecadados, e questionam a aplicação desses recursos.

Vale ressaltar que a opinião e a participação feminina são respeitadas durante os momentos de votação (27%). O percentual de 7% afirmou que as mulheres votam na escolha do cacique, que as mulheres são ativas e atuantes, porém, o mesmo percentual afirmou que as mulheres observam e ouvem mais que os homens.

As mulheres se sentem mais à vontade para tratar de determinados assuntos com lideranças femininas, pois estas são conhecedoras das demandas femininas existentes na TIRG. Por isso vão indicar mulheres na próxima eleição para concorrerem à função de cacique.

Nas aldeias, o trabalho da mulher está diretamente relacionado às relações do coletivo. Nesta perspectiva definir o que seria o trabalho da mulher indígena é uma atividade que dependerá não apenas de uma investigação sobre a divisão sexual do trabalho e sim de um estudo mais profundo sobre atividades que são permitidas e que não são permitidas às mulheres. As causas de determinadas proibições laborais relacionam-se a elementos míticos que delimitam de forma clara os papéis de cada gênero.

Os aspectos que melhor representam a importância da mulher para a vida social, cultural e econômica da TIRG, segundo os moradores entrevistados, é um universo infinitamente maior que as atividades domésticas.

Em relação à coleta extrativista, esta é uma prática realizada por homens, mulheres, crianças e jovens, porém o coletivo indígena percebe a predominância masculina (54%) deste trabalho.

A pesca cotidianamente é realizada pelos moradores da TIRG, sendo praticada predominantemente pelos homens (47%), mas contando com a participação das mulheres e dos filhos do casal. Logo, apesar da predominância dos homens na pesca, esta não é uma atividade exclusivamente masculina.

Apesar da sua importância, a caça não costuma ser praticada por todos os integrantes do coletivo indígena, sendo um trabalho tradicionalmente atribuído ao homem (72%) e que deve ser ensinado pelos pais aos filhos (20%). A participação das mulheres nas atividades de caça é inexpressiva, fenômeno que pode ser comprovado pelo baixo percentual de entrevistados que considerou a caça como um trabalho feminino (8%).

A principal atividade atribuída ao homem é a derrubada para plantio da roça, seguida do plantio da roças. Estas são atividades praticadas de forma coletiva onde homens de



Aldeia Ricardo Franco. Foto: Sergio P. Cruz

diferentes etnias se unem e geralmente a chicha é servida antes e após o trabalho.

A construção da casa foi apontada como um trabalho exclusivamente masculino, que costuma ser realizado de forma coletiva.

É possível perceber que existem atividades agrícolas que são realizadas predominantemente em conjunto entre homens e mulheres, como é o caso da capina, da abertura de covas, do plantio e da colheita. Nessas atividades pode haver a participação de crianças e adolescentes.

A realização de atividades agrícolas encontra várias dificuldades. Existem vários fatores considerados como principais obstáculos à produção agrícola feminina. Segundo as mulheres da TIRG, a principal dificuldade encontrada em relação à produção feminina, seja a produção agrícola ou artesanal, é a ausência de meios de transporte para escoar os produtos, qualidade do solo, pragas, equipamentos de produção impróprios, pois a produção deixa de ser comercial para ser de subsistência. Uma vez que não existe meio de transporte ou que as formas de transporte disponíveis são inviáveis economicamente devido aos altos custos, não há sentido em investir em grandes produções com a finalidade de venda. Logo, as mulheres produzem com a intenção primordial de consumir e, se houver excedentes, estes são trocados entre outros integrantes do coletivo indígena.

Outra modalidade de trabalho feminino muito importante para a manutenção da vida do coletivo indígena e da cultura são as atividades relacionadas ao trabalho doméstico. Este é considerado exclusivamente feminino. Atividades como

cuidar da casa, manejo de pequenas criações, cozinhar, lavar roupa e louça são responsabilidades da mulher. A responsabilidade com a famílias e as tarefas do “cuidar” costumam ser atribuídas exclusivamente às mulheres de acordo com a compreensão da divisão do trabalho nas comunidades indígenas. Outras fontes representam renda para as famílias da TIRG. Os homens são os principais integrantes do núcleo familiar com emprego remunerado, representando 75% do universo pesquisado.

É válido frisar que o recebimento de benefícios como Bolsa Família e aposentadoria representa uma importante fonte de renda para as mulheres.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres e pelos homens, esses têm o mesmo valor. Não existe trabalho mais importante que outro, quando se trata da divisão de trabalho, em especial na TIRG. Seja um trabalho na docência, produção agrícola, tarefas diárias a importância é uma visão horizontal, sem hierarquizações. O que falta para as mulheres é a participação nos espaços de poder e de exercer plenamente seus direitos e o respeito ao seu corpo como forma de coibir e eliminar todas as formas de violência.

Violência Contra A Mulher Na Terra Indígena Rio Guaporé

“Algumas mulheres aqui já se acostumaram com a prática da violência, porque muitas vezes não tem onde e como denunciar”.

Fala de uma mulher da Terra Indígena Rio Guaporé.

A Lei Maria da Penha defende o direito de todas as mulheres em caso de violência, embora as mulheres indígenas da TIRG não tenham participado da construção da lei, e mesmo não atendendo as especificidades da cultura e dos costumes destas mulheres, é uma lei que atende o princípio constitucional da igualdade e que, portanto, todas as mulheres devem acionar quando os seus direitos forem violados, conforme o Art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe:

Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Criada em 2006, ou seja, há mais de 10 anos, a Lei Maria da Penha ainda é ineficiente para a maioria das mulheres da TIRG, porque as informações não são muito claras para elas a respeito das punições cabíveis ao autor de violência. Em boa parte, elas atribuem a prática da violência ao uso exagerado de bebidas alcólicas, que é comum na sociedade envolvente, e não está ligada à tradição e nem aos costumes do grupo. Daí a dificuldade de trabalhar com práticas alheias à cultura do grupo.

Ressalte-se que os povos indígenas têm sua cultura, suas tradições, seus costumes e o uso de suas leis internas, mas isso não vem freando a violência praticada contra as mulheres e meninas nas aldeias. Léia Bezerra do povo Wapichana, Coordenadora de Gênero e de Assuntos Geracionais da FUNAI, afirma que:

A violência vem crescendo desde que os hábitos do mundo externo começaram a ser introduzidos nas aldeias, como o alcoolismo e uso de drogas. A falta de terra, de programas eficazes que tragam benefícios para os jovens, de políticas públicas em geral também fazem com que a violência aumente. Outro problema relatado pelas mulheres indígenas é que muitos homens, ao saírem para trabalhar na cidade, não são valorizados como eram antes internamente na sua comunidade. Voltam frustrados e o primeiro alvo é a família, a mulher, os filhos.

Em 2007, as mulheres indígenas já denunciavam que a Lei Maria da Penha não atendia as suas especificidades. As mulheres têm pouca oportunidade de denunciar estes abusos ante a lei, e quando o fazem sofrem incompreensão e pressões fortes no seu meio familiar e comunitário e ainda encontram muitas dificuldades para acessar a Lei, porque as instituições estão na cidade e quando são acionadas pelas indígenas, em especial, as Delegacias e até mesmo as instituições têm dificuldades para combater a violação dos direitos das mulheres indígenas, terminam encaminhando o caso para a FUNAI ou para Polícia Federal, afirma Léia Bezerra, Coordenadora de Gênero e de Assuntos Geracionais da FUNAI.

A violência doméstica também se faz presente no cotidiano das mulheres indígenas, mas para denunciar o agressor há

toda uma problemática de logística para que essa mulher que sofre violência possa ir à cidade. A distância da TI para a cidade mais próxima que é Guajará-Mirim, o transporte para chegar à cidade nem sempre está disponível, o custo alto, (no caso da TIRG o transporte é exclusivamente via fluvial, que leva em média de 06 a 08 horas de viagem, dependendo do tipo de embarcação e da potência do motor), a mulher vai precisar de um local para ficar na cidade, alimentação, transporte, como levar os filhos, fazer a denúncia, ter garantias de medidas protetivas, e ainda se indispor com os demais parentes do agressor e com a comunidade. Tudo isso é um complicador para que as mulheres indígenas não denunciem as práticas de violência sofridas nas aldeias. Em depoimento, uma indígena da TIRG afirma que diante das dificuldades e das limitações: “as mulheres já se acostumaram com a prática da violência, porque muitas vezes não tem onde e como denunciar”. Se uma indígena conseguir ir à cidade fazer a denúncia nem sempre ela terá os seus direitos garantidos pela Lei, pelos motivos já expostos.

O que vem ocorrendo para resolver ou inibir esses tipos de violência é a intervenção dos caciques de cada povo, pois cada um tem o seu cacique. Na TIRG, como são vários povos, pelo menos os mais populosos elegem os seus caciques. Quando o cacique de um determinado povo não consegue resolver a questão da violência com o agressor, é chamado o Cacique Geral da Terra Indígena, e quando não consegue resolver a situação, eles podem acionar as autoridades na cidade, mas também não há garantias de que o agressor seja punido. As mulheres denunciam que tanto os jovens como os adultos já não respeitam a autoridade do cacique, nem suas leis internas, pelo menos na Aldeia Ricardo Franco.

As mulheres e meninas indígenas enfrentam problemas dentro das próprias comunidades, como violência doméstica, e violências resultantes de hábitos externos introduzidos nas aldeias, como o abuso do álcool. A violência aumentou muito com introdução de bebidas e drogas na TI, fatores externos à cultura dos povos. É preciso que a ajuda para minimizar esses problemas seja externa também. No caso da TIRG, há ainda um agravante, por se tratar de região de fronteira do Brasil com a Bolívia, e que não há fiscalização nessa região. É uma preocupação a mais para as mulheres, porque como não há um controle de quem entra e sai das aldeias. Elas ficam muito vulneráveis a essas ameaças externas no caso da fronteira em especial, mas também de outras pessoas que também chegam à aldeias, por exemplo os não indígenas, que muitas vezes não estão vinculados às instituições que desenvolvem ações na TIRG.

A bebida alcoólica é colocada como elemento desagregador das famílias e das comunidades indígenas. As mulheres reclamam porque a bebida chega até a TIRG, trazidas tanto pelos bolivianos, pelos não indígenas quanto pelos próprios indígenas. A violência também foi denunciada pelos jovens da Aldeia Ricardo Franco, quando da realização das duas rodas de conversas realizadas com a juventude. Não existem bares para venda de bebidas alcólicas, pelo menos nas duas maiores Aldeias como Ricardo Franco e Baía das Onças, evidenciando que esta é comprada na cidade e levada para TIRG.

AS CRIANÇAS E A JUVENTUDE DA TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ

A UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura faz uma classificação etária que serve de referência para que os países possam estabelecer os seus parâmetros internos:

As nações Unidas definem “juventude” como pessoas entre as idades de 15 aos 24 anos. No entanto, sabemos que a experiência de ser jovem pode variar enormemente em todo o mundo, e que “juventude” é, muitas vezes, uma categoria fluída e multável. Como tal, o contexto é sempre um guia importante para a UNESCO na sua definição de juventude em ocasiões específicas, e essa definição é flexível e pode variar entre países e regiões. (UNESCO, 2016).

Ser jovem indígena é diferente de ser jovem não indígena, assim como ser jovem no Brasil pode ser diferente de qualquer outra parte do mundo. As diferenças culturais podem ser decisivas no modo de ser, de agir e de socializar, nos mais diferentes espaços. Para os indígenas, esse período que compreende a juventude é marcado por rituais como a passagem da fase infantil para outra fase da vida, que pode ser chamada de juventude.

Uma das principais atividades representativas do lazer dos jovens da Terra Indígena Rio Guaporé é o futebol. Este esporte é praticado por meninas e meninos, jovens e adultos de ambos os gêneros. Os horários para prática esportiva são bastante flexíveis já que as partidas ocorrem todos os dias e horários da semana.

A importância desta atividade para o lazer dos jovens é retratada através dos torneios de futebol femininos e masculinos que ocupam lugar de destaque nas festividades do coletivo indígena, havendo premiação para os times vencedores.

A participação dos jovens nas partidas de futebol fortalece o senso de coletividade e proporciona o intercâmbio com jovens de aldeias, comunidades e terras indígenas vizinhas, sendo reconhecida por 36,06% da juventude como principal atividade de lazer.

As atividades de lazer apontadas pela juventude com maior incidência representam atividades do cotidiano do coletivo indígena que são realizadas pelos jovens do gênero feminino e masculino com o intuito de diversão, como flechar peixes (13,11%), correr (9,83%) e tomar banho e nadar, caçar de baladeira/estilingue e brincar com crianças e amigos (7,2%).

Algumas atividades relacionadas à cultura também foram apontadas por 1,63% dos jovens como forma de lazer,

como fazer colar, falar o dialeto e fazer pintura corporal, o que contribui para o fortalecimento da cultura, uma vez que são percebidas como forma de diversão pelos jovens.

O coletivo indígena que habita a Terra Indígena Rio Guaporé atribui à juventude um importante papel na vida social do grupo, pois aos jovens são atribuídas responsabilidades vitais para a perpetuação da cultura e melhoria da qualidade de vida da comunidade.

As atividades relacionadas ao papel da juventude no coletivo indígena são estudar (22%), aprender a cultura com os mais velhos (17%), brincar (13%). O aprendizado de atividades essenciais à manutenção da vida na aldeia ocupa um lugar de destaque, como, por exemplo, aprender a trabalhar na roça (11%), aprender a caçar e pescar (4%), aprender a flechar (2%).

O aprendizado da cultura contempla aspectos importantes para o fortalecimento da identidade indígena e para a perpetuação da cultura através do repasse dos saberes tradicionais e demais aspectos culturais às gerações futuras, sendo os principais a dança e o preparo de comidas típicas (4%), o aprendizado da pintura corporal (4%), o aprendizado da língua (4%) e o resgate da cultura (2%).

A língua tem grande relevância, apesar de alguns povos já não possuírem falantes vivos. Dessa forma, os jovens não podem praticar a conversação na língua nativa fora da escola. Aliás, na escola os jovens só aprendem as línguas de domínio dos professores indígenas, como o Tupari, Wajuru, Makurap e Jaboti. Nesta perspectiva vivenciada, os jovens de povos com idioma diferente daqueles ensinados na escola, geralmente não aprendem sua língua. Em casa, seus familiares costumam falar o português.

Quando o repasse da cultura e da língua é realizado pela família existe a predominância da cultura e idioma da mãe, pois de acordo com a divisão do trabalho vivenciada pelo coletivo indígena, a mulher passa mais tempo com os filhos e fica responsável em ensinar a língua e a cultura. Caso a língua falada pela mãe seja diferente da falada pelo pai, a mãe ensinará sua língua e cultura, pois geralmente não conhece a cultura do pai suficientemente para ensiná-la aos filhos.

Os jovens que não dominam a língua justificam o fato pela ausência de momentos e espaços destinados especificamente para este tipo de aprendizado e interação entre os idosos e os jovens, já que as atividades idealizadas pela escola com esta finalidade nem sempre contam com a participação de idosos, pois estes precisam ser convidados com antecedência para que possam se planejar para esse momento de ensino aprendizado e nem sempre os jovens e os idosos conseguem alcançar um consenso em relação a esta dinâmica temporal.

Uma das principais dificuldades vivenciadas pelos jovens é concluir os estudos. Na Terra Indígena Rio Guaporé não existem escolas de ensino médio, motivo pelo qual a maioria dos jovens não ingressou no ensino médio já que para isso ocorrer haveria a necessidade de deslocamento e permanência na cidade.



Aldeia Urussari. Foto: Israel Correa do Vale Junior

Mesmo entre os jovens que estão em idade escolar anterior ao ensino médio (ensino fundamental I e II), existem muitos problemas para o ingresso e permanência na escola, sendo que para os jovens que moram em aldeias onde não há escolas o acesso ao transporte é o fator de maior criticidade. Na terra indígena não há nenhuma modalidade de transporte escolar.

Existe evasão escolar entre as estudantes que se casam e se tornam mães durante a adolescência, pois sendo o cuidado dos filhos um trabalho feminino, as mães precisam abandonar a escola. Segundo a direção da escola, enquanto a criança é de colo

e mama no peito é permitido levar a criança para sala de aula, mas quando ela começa a andar não é mais possível levá-la para sala de aula.

Os jovens indígenas possuem o desejo de concluir o ensino médio na terra indígena e de cursar nível superior, mesmo que para isso seja necessário morar na cidade. O interesse da juventude concentra-se em carreiras que proporcionem a eles o retorno à Terra Indígena Rio Guaporé e a melhoria de vida da comunidade como é caso dos cursos de Medicina, Enfermagem, Direito, Educação Física, Nutrição, Turismo e em cursos com temáticas ambientais.

Jovens indígenas da Aldeia Ricardo Franco. Foto: Sergio P. Cruz



CAPÍTULO 2

O MEIO FÍSICO DA TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ



Oficina de Etnozoneamento.
Foto: Israel Correa do Vale Junior

INTRODUÇÃO

O levantamento do meio físico, dentro do Diagnóstico Etnoambiental Participativo, contribui para a avaliação das condições das roças atuais e futuras, dos rios e igarapés de uso da comunidade, bem como para a percepção da comunidade sobre o ambiente geográfico da terra indígena Rio Guaporé. O estudo do meio físico descreve e analisa as características físicas da terra indígena, sendo elas: a geologia, geomorfologia, hidrografia, pedologia, aptidão agrícola e climatologia, estabelecendo relação entre o conhecimento científico e o tradicional.

METODOLOGIA

O trabalho de campo deu-se principalmente nas proximidades das aldeias da Terra Indígena Rio Guaporé, com observações das roças, análise da hidrografia, geomorfologia, climatologia e geologia, já o de pedologia voltado para aptidão agrícola foi realizado a partir de observações de solo nas áreas de roça atuais da terra indígena. No momento da observação foi preenchido um formulário (com o aplicativo ODK - Open Data Kit). Cada questionário possui uma tabela relacionada às suas características (disponível no Relatório de Levantamento do Meio Físico). Também foram feitas análises de coloração dos solos nas áreas de roças por meio de uma amostra de solo espalhada com pincel em papel cartão para comparativo posterior com a Tabela de Cores de Solos que permite auxiliar na classificação do tipo de solo.

Para a elaboração dos mapas temáticos de hidrografia e bacias hidrográficas utilizou-se dos dados vetoriais da Agência Nacional de Águas (ANA), disponíveis em: <http://www.ana.gov.br/bibliotecavirtual/solicitacaoBaseDados.asp>.

O levantamento da hidrografia foi feito a partir do mapa preliminar de hidrografia levado a campo, buscando identificar os principais rios e igarapés de uso da comunidade da Terra Indígena Rio Guaporé, seguido da nomenclatura dos rios e igarapés tanto em português como na língua (quando possível). Além do trabalho em conjunto com a comunidade, também foi aplicado o protocolo de avaliação ecológica rápida de qualidade de águas em ambientes lóticos: aspectos físicos e químicos. Os Protocolos de Avaliações Ecológicas Rápidas (PAER) de qualidade de água e biodiversidade aquática são ferramentas importantes para estudos em áreas onde há escassez de conhecimentos ecológicos específicos (CHERNOFF; ALONSO; HORTEGA et al., 1988). Nos itens de 01 a 10: 4 pontos (Situação natural), 2 e 0 (Situações leves e severamente alteradas). Nos itens de 11 a 22: 5 pontos (Situação natural), 3, 2 e 0 (Situações leves e severamente alteradas).

Para climatologia, utilizou-se de dados de temperatura (dos anos 2014 a 2016) e de precipitação (dos anos 2014 a 2016) fornecidos pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET, 2017), da Estação Meteorológica Automática de Cacoal, localidade com estação automática mais próxima da terra indígena que possui esses dados. O objetivo foi comparar

esses dados com aqueles obtidos por meio de entrevistas à comunidade indígena em relação aos meses mais quentes e frios do ano na região, bem como os meses de cheias e secas.

O de geologia foi realizado a partir de bibliografia secundária relacionada à região. O levantamento da geomorfologia foi realizado a partir de bibliografia e por meio da identificação de alguns pontos um pouco mais elevados da terra indígena (que se localiza em região predominantemente plana). Além disso, foi gerado um Modelo TIN (Triangular Irregular Network – Rede Triangular Irregular), que consiste em diferenciar o terreno a partir dos dados de altimetria. Nesse trabalho, utilizaram-se os dados do Modelo Digital de Elevação (MDE) das imagens de satélite Aster GDEM – Global Digital Elevation Map (2014), que mostram a diferença de altimetria na terra indígena. Duas imagens foram utilizadas para o MDE: ASTGTM2 S12W065 e ASTGTM2 S13W065. A resolução altimétrica dessas imagens é de 15 metros.

Para todas as áreas do levantamento físico foram gerados dados, como os mapas temáticos de geologia, hidrografia, geomorfologia, etc. Os mapas possuem como fonte dados fornecidos pelo Governo Federal, dados de Organizações não Governamentais e dados coletados em campo.

Outros métodos também foram utilizados, como o Calendário Sazonal, que consiste na elaboração participativa de um calendário, no qual se faz a distribuição e a concentração das principais atividades desenvolvidas na comunidade ao longo do ano, como: produção, trabalho, clima, entre outros (RUAS, 2006). Também se utilizou do calendário agrícola, que mostra as estações agrícolas e as atividades produtivas da comunidade, e do calendário de atividades, que amplia o calendário agrícola, trazendo informações que vão além da produção, como informações sobre o papel do homem e da mulher nos trabalhos do cotidiano da comunidade (VERDEJO, 2006).

Além dessas metodologias participativas, foram realizadas conversas com os pesquisadores indígenas do meio físico e com a comunidade em geral a fim de entender o tipo de cultivo dos antigos, comparar com as culturas das roças atuais e compreender a relação do povo com os recursos naturais, como os rios, serras, etc.

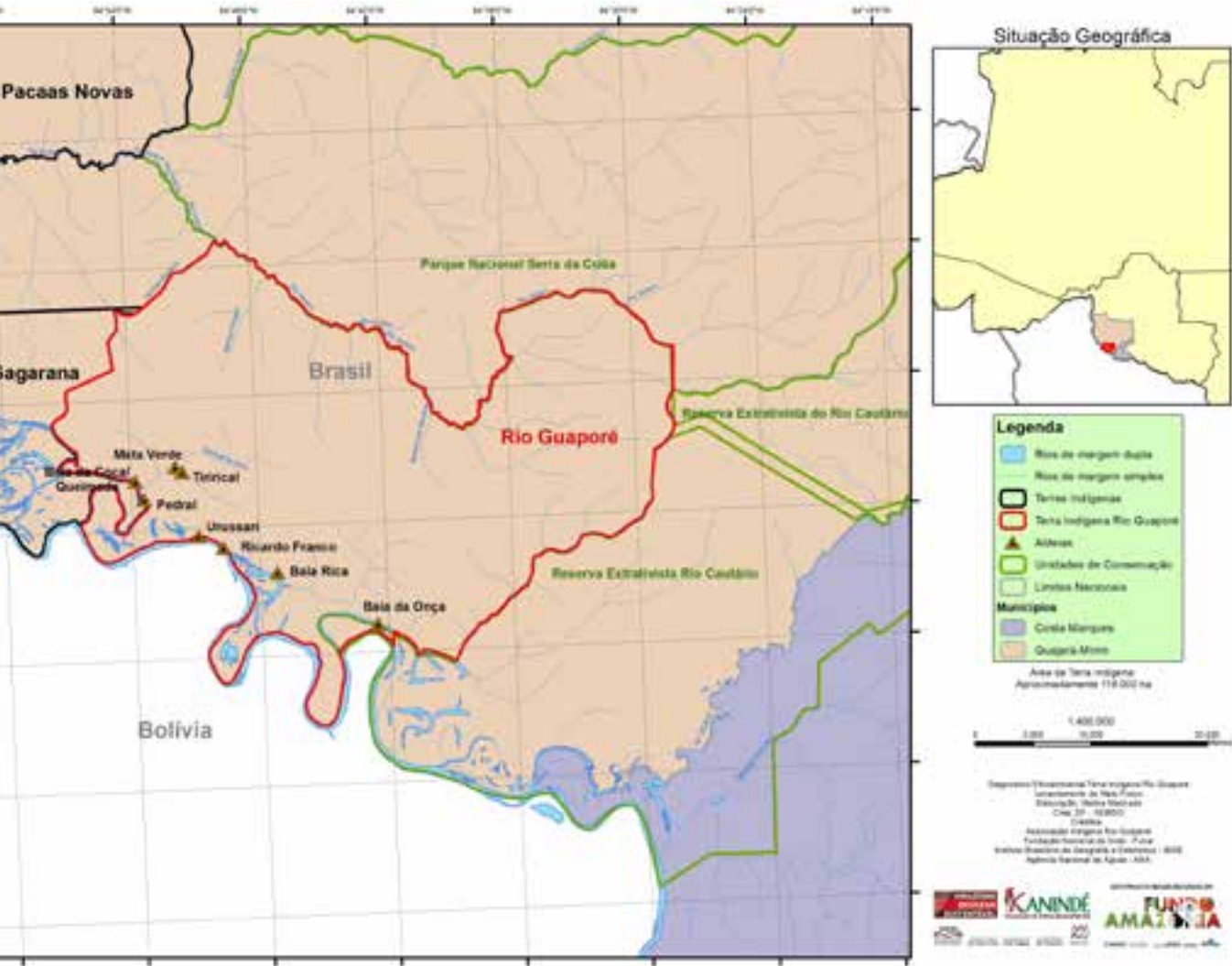
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Localização e vias de acesso

O limite da terra indígena Rio Guaporé é definido pelo Rio Guaporé ao sul (rio fronteiro com a Bolívia) e Rio Sotério ao norte. Faz fronteira com o Parque Nacional Serra da Cutia, Reserva Extrativista do Rio Cautário no limite oeste com a Terra indígena Sagarana.

As aldeias estão distribuídas ao longo da terra indígena e estão próximas a cursos d'água como rios e igarapés: Rio Guaporé e Igarapé da Coca.

O meio de acesso é parte rodoviário e parte fluvial. Uma das opções é o deslocamento pelo município de Guajará-Mirim e outra opção é saindo de Porto Velho pela BR-364, depois pela BR-429, seguindo até o município de Costa Marques, onde se acessa o rio Guaporé pelo porto da cidade.



Mapa de localização da TI Rio Guaporé. Fonte: Kanindé, 2018.

Hidrografia

A América do Sul é subdividida em dez regiões hidrográficas, sendo elas: 1. Costa Atlântica Norte, 2. Bacia Amazônica, 3. Costa Atlântica da Ilha do Marajó, 4. Bacia do Tocantins-Araguaia, 5. Costa Atlântica Nordeste, 6. Bacia do São Francisco, 7. Costa Atlântica Leste, 8. Bacia do Prata, 9. Costa Atlântica Sul e Costa do Pacífico, 10. Bacia Interior na Cordilheira dos Andes. Ainda de acordo com a classificação de Ottobacias adotada pela da Agência Nacional de Águas (Pfafstetter, 1989), as bacias hidrográficas de número par são as quatro bacias principais de maior extensão e as que recebem número ímpar são interbacias costeiras (ANA, 2010).

Sendo a maior das bacias hidrográficas, a bacia hidrográfica do Rio Amazonas se estende até a Cordilheira dos Andes a oeste, até o Planalto das Guianas a norte e até o Planalto Central Brasileiro ao sul (MMA, 2001). É constituída pela mais

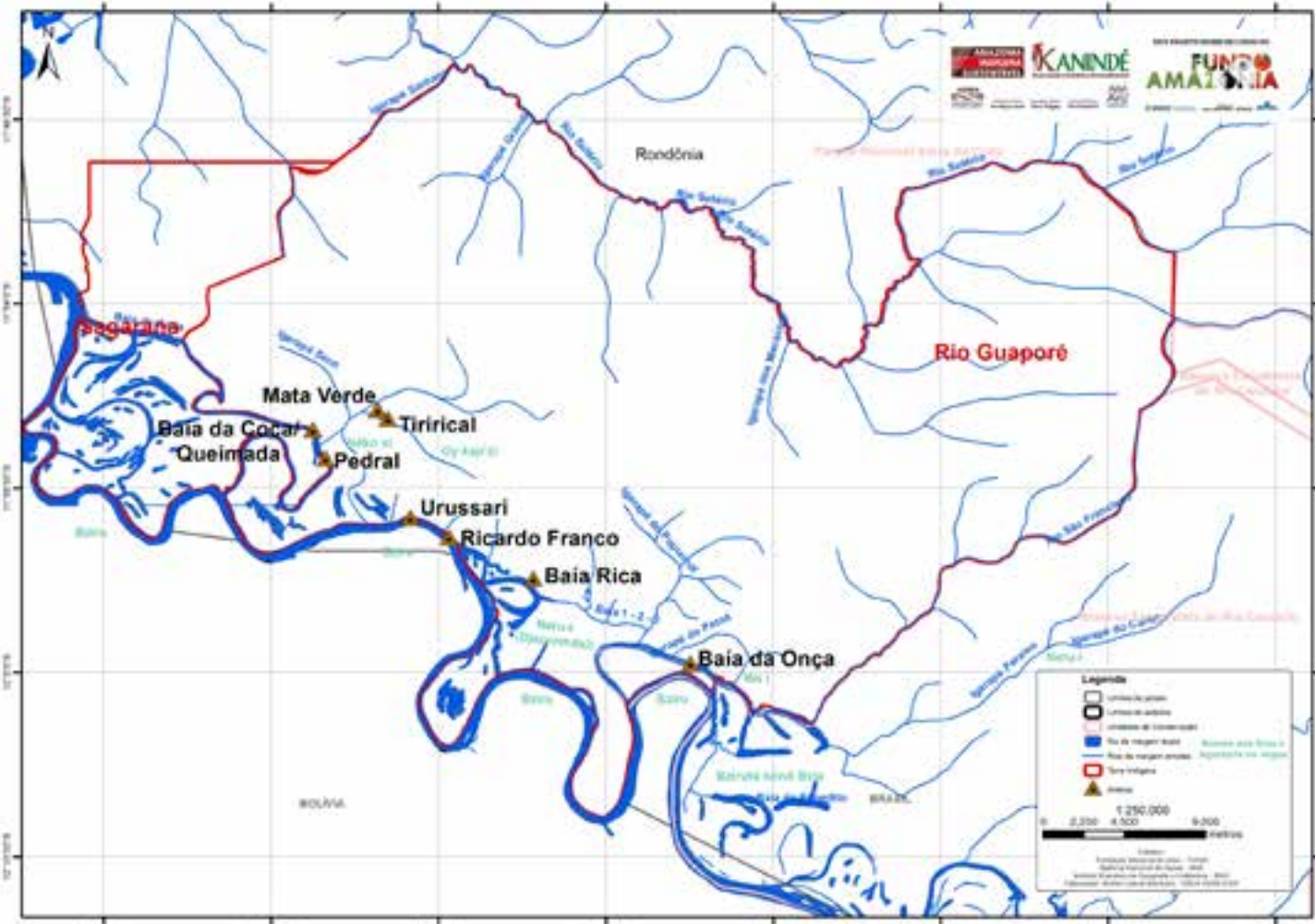
extensa rede hidrográfica do globo terrestre, ocupando uma área total da ordem de 6.110.000 km². Esta bacia continental se estende sobre vários países da América do Sul: Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, Venezuela e Guiana.

A bacia do Rio Amazonas (nível 1) se subdivide em sub-bacias, dentre essas sub-bacias está a sub-bacia do Rio Madeira (nível 2), que também se subdivide em outras sub-bacias entre elas a sub-bacia do Rio Mamoré (nível 3) e sub-bacia do Rio Guaporé (nível 3), onde está inserida a Terra Indígena Rio Guaporé.

O rio Guaporé nasce na região noroeste do estado de Mato Grosso, segue a norte do Brasil até a sua foz no rio Mamoré que nasce nos Andes bolivianos, segue a leste da Bolívia até a foz do rio Guaporé. Os dois rios são fronteirços Brasil e Bolívia.

As duas bacias influenciam na terra indígena, mas apenas o rio Guaporé está inserido no território, sendo ele o limite sul da terra indígena Rio Guaporé. Já o limite norte é definido pelo Rio Sotério, a leste pelo Igarapé São Francisco. Alguns cursos d'água dentro da terra indígena não possuem nome ou não são representados nos mapas de base cartográfica do governo brasileiro, mas são de grande importância para o povo da terra indígena Rio Guaporé e foram mapeados durante a atividade de campo. Os pesquisadores indígenas e caciques auxiliaram na tradução dos nomes dos rios e igarapés de uso da comunidade.

Os usos desses recursos hidrográficos para a comunidade são



Mapa da hidrografia da TI Rio Guaporé. Fonte: Kanindé, 2018.

variados, destacando-se o uso para deslocamento, pesca de subsistência, tarefas domésticas (lavar roupas, panelas, etc.), banho e lazer. Especificamente relacionado ao deslocamento hidroviário, as aldeias localizadas próximas ao rio Guaporé realizam essa atividade com maior intensidade e frequência, pois a maioria das aldeias somente pode ser acessada por rio e outras (Tirirical e Mata Verde) por estradas/ramais construídos.

Os rios e igarapés de maior uso e importância para a comunidade estão localizados mais próximos às aldeias, facilitando as necessidades da comunidade ao recurso. A identificação dos principais cursos de água da terra indígena foi feita a partir do trabalho de mapeamento junto à comunidade e pontos

de GPS de alguns cursos hidrográficos, onde foi realizada a avaliação ecológica rápida de qualidade da água.

A Avaliação ecológica rápida de qualidade de águas em ambientes lóticos: aspectos físicos e químicos

Os procedimentos de avaliação rápida têm como principal objetivo a redução de custos na avaliação ambiental de um local ou grupos de locais, sem, no entanto, privar os estudos de rigor técnico-científico (Silveira, 2004). A Resolução CONAMA nº 357/2005, determina a classificação dos corpos

d'água por meio de diversos parâmetros físicos e químicos.

A avaliação rápida proporciona uma visão geral da qualidade de um habitat físico atribuindo pontos em uma tabela através de observações visuais (CONAMA, 2005).

Plano de amostragem e resultados da avaliação

Além da aplicação do Protocolo de Avaliação Ecológica Rápida (PAER), foi considerada a descrição do uso dos corpos d'água pelos pesquisadores indígenas. O resultado da

pontuação dos parâmetros indica o nível de preservação das condições ecológicas dos locais avaliados, onde: de 0 a 40 pontos representam trechos impactados, 41 a 60 pontos representam trechos alterados e acima de 61 pontos os trechos são considerados naturais. O tempo necessário para a aplicação do protocolo nos locais avaliados foi de cerca de 20 minutos para cada ponto de amostragem.

Foram feitos dez protocolos de avaliação da água com o objetivo de analisar a situação dos cursos d’água mais utiliza-

dos pela comunidade. Com os pontos e as informações dos rios e igarapés visitados para a avaliação da qualidade da água foi possível gerar, de acordo com a metodologia do protocolo, um resultado demonstrando os rios impactados, alterados e naturais, conforme Tabela a seguir.

Nos parâmetros de 01 a 10: 4 pontos (Situação natural), 2 e 0 (Situações leves e severamente alteradas). Nos itens de 11 a 22: 5 pontos (Situação natural), 3, 2 e 0 (Situações leves e severamente alteradas).

	Parâmetros	Pontos									
		001	002	003	004	005	006	007	008	009	010
1	Tipo de ocupação das margens do corpo d’água (principal atividade)	04	04	04	04	04	04	04	04	04	04
2	Erosão próxima e/ou nas margens do rio e assoreamento em seu leito	02	04	04	04	04	04	04	04	04	04
3	Alterações antrópicas	02 ¹	04	04	04	04	04	04	04	04	04
4	Cobertura vegetal do leito do rio	02	02	02	04	02	02	04	02	04	02
5	Odor da água	04	04	04	04	04	04	04	04	04	04
6	Oleosidade da água	04	04	04	04	04	04	04	04	04	04
7	Transparência da água	02	04	04	02	04	04	04	04	02	02
8	Odor do sedimento (fundo)	04	04	04	04	04	04	04	04	04	04
9	Oleosidade do fundo	04	04	04	04	04	04	04	04	04	04
10	Tipo de fundo	04	02	02	02	04	02	02	02	02	02
	Parâmetros	Pontos									
		001	002	003	004	005	006	007	008	009	010
11	Tipo de fundo	05	05	05	03	05	05	03	05	05	05
12	Extensão de rápidos	05	00	00	00	02	03	00	02	00	03
13	Frequência de rápidos	03	02	02	05	02	00	00	05	00	03
14	Tipos de substrato	02	00	03	00	05	03	00	00	00	00
15	Deposição de lama	05	05	05	03	00	03	03	02	03	02
16	Depósitos sedimentares	05	05	02	05	05	05	02	05	05	02
17	Alteração no canal do rio	05	05	05	05	02	05	05	05	05	05
18	Características do fluxo das águas	05	05	05	05	05	05	05	05	02	05
19	Presença de mata ciliar	05	05	05	05	05	05	02	02	03	03
20	Estabilidade das margens	03	05	05	05	05	05	05	05	05	05
21	Extensão de mata ciliar	03	02	02	00	03	03	00	00	03	00
22	Presença de plantas aquáticas	05	02	03	03	03	05	03	05	05	05
Resultado		81	77	78	75	80	83	66	77	72	72
Avaliação ²		N	N	N	N	N	N	N	N	N	N

Resultado dos parâmetros avaliados na análise de qualidade da água. Fonte: Kanindé, 2017

¹ Presença de óleo de barco no rio.

² De acordo com o protocolo, os rios com pontuação acima de 61 pontos são rios com trechos naturais (N); os rios com pontuação entre 41 e 60 pontos possuem trechos alterados (A); e os rios com pontuação menor que 40 pontos são rios com trechos impactados (I).

A ferramenta aplicada mostrou que os corpos d’água visitados e analisados estão preservados, visto que os resultados obtidos estão acima do recomendado no protocolo de avaliação ecológica rápida (PAER), conforme a metodologia aplicada, ressaltando que nas oficinas, não houve relatos de impactos significativos em sua hidrografia em geral. Além disso, das bacias hidrográficas do estado de Rondônia, a bacia do Rio Guaporé é a que apresentou melhor qualidade dentre as águas pesquisadas nas bacias hidrográficas de Rondônia no estudo de Caracterização da Qualidade de Águas Superficiais em Rondônia realizado no ano de 2013.

Os rios e igarapés da terra indígena Rio Guaporé sofrem fortes oscilações quanto ao nível de água dependendo do índice pluviométrico do período de seca e de cheia. No ano de 2014 foi registrada a grande enchente no estado de Rondônia, durante a atividade de campo foi possível conversar com os pesquisadores sobre a influência dessa enchente nos rios e igarapés da terra e as consequências que ocorreram. Muitas aldeias ficaram isoladas no período da enchente e perderam parte de suas roças.

O índice pluviométrico influencia diretamente o volume dos corpos de água de uma determina região, dividindo-se em período de seca e cheia. De acordo com a comunidade da terra indígena Rio Guaporé, os períodos de seca e de chuva e os períodos de temperaturas elevadas e baixas correspondiam antigamente a meses específicos e com raras mudanças. Relataram que essa precisão já não é confiável nos últimos anos, pois verifica-se variação dos meses de chuvas e secas. Apesar disso, foi possível montar o calendário sazonal da terra a partir da referência do último ano (2016), como mostra essa tabela.

CLIMA/ TEMPO	MÊS											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Chuva	X	X	X	X	X						X ¹	X
Cheia			X	X								X
Seca						X ²	X	X	X ^A	X		
T °C alta											X	
T °C baixa			X	X ^B								

Calendário Sazonal. Fonte: Kanindé, 2017

Obs.: x¹ fim da seca, início da chuva / x² fim da chuva, início da seca / x^A pico da seca / x^B mês mais frio.

Os dados obtidos foram através de coletas em aldeias, visando subsidiar informações sobre a percepção do clima e qualidade de seus mananciais pelo povo, onde através de oficinas geraram-se dados sintetizados sobre o calendário pluviométrico, temperatura e avaliação rápida ecológica dos mananciais visitados. As informações do calendário sazonal podem ser comparadas com os dados do Instituto Nacional de Meteorologia (presentes na próxima seção) e demonstram a coerência nos dados.

Os resultados apresentados demonstram a importância do conhecimento tradicional para as comunidades, principalmente por influenciar diretamente na produção agrícola, refletindo na sua segurança alimentar, deslocamento fluvial e para a permanência das comunidades em seu território.

Clima

A Região Norte do País é classificada como clima equatorial úmido e possui a maior extensão de floresta quente e úmida do planeta. Essas características climáticas ocorrem devido à alta incidência de energia solar e a pouca variância na topografia da região, o que permite a influência dos sistemas de circulação na Amazônia.

Os aspectos que mais caracterizam o clima na maior parte da região amazônica são: a isoterмия, a alta umidade atmosférica, as precipitações abundantes e um alto índice de nebulosidade (MMA, 2001).

São quatro os sistemas de articulação atmosférica que atuam na região, o primeiro sistema é responsável pelos períodos de estabilidade do tempo, que é o sistema de ventos de Nordeste (N) a Leste (E) dos anticiclones subtropicais do Atlântico Sul e dos Açores, enquanto que os outros três sistemas são responsáveis pela instabilidade e chuvas (GONÇALVES, 1993), sendo eles: o sistema de ventos de Norte da Convergência Intertropical (CIT), sistemas de ventos de Sul do Anticiclone Polar e sistema de ventos de Oeste da massa equatorial continental (mEc).

As classificações climáticas surgem para agrupar características semelhantes da atmosfera terrestre a partir das condições médias de determinada região, de acordo com a classificação de Koppen, existem cinco climas principais: Equatorial, Árido, Temperado, Continental e Glacial e os subtipos climáticos definidos pelas características de temperatura e precipitação das regiões.

CLIMA/ TEMPO	MÊS											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Chuva	X	X	X	X	X						X ¹	X
Cheia			X	X								X
Seca						X ²	X	X	X ^A	X		
T °C alta											X	
T °C baixa			X	X ^B								

De acordo com a classificação de Koppen, a terra indígena Rio Guaporé está inserida no subtipo climático “Aw”, caracterizado como clima tropical com estação seca de inverno (KÖPPEN, 1948).

Clima tropical com estação seca, também conhecido por clima de savana, o tipo climático “Aw” indica regiões em que todos os meses do ano tem temperatura média mensal superior a 18°C, mas pelo menos um dos meses do ano tem precipitação média total inferior a 60 mm (KÖPPEN, 1948).

O Instituto Nacional de Metrologia (INMET) possui estações meteorológicas automáticas em todos os estados brasileiros. No estado de Rondônia as estações são em: Porto Velho, Ariquemes, Cacoal e Vilhena. Não existe uma estação

exatamente próxima à terra indígena Rio Guaporé, mas das listadas no estado a que mais se aproxima é a estação de Cacoal.

A estação automática de Cacoal traz os dados de temperatura e precipitação da região e a partir desses dados foram gerados gráficos históricos temporais com os índices de chuva e temperatura.

Durante a etapa de campo foi realizado junto à comunidade o levantamento dos meses mais quentes e mais frios com o objetivo de comprar com os dados fornecidos melo INMET. Os dados relatados pela comunidade demonstram certa concordância entre a observação deles e os dados do INMET. A precisão da concordância não foi exata principalmente pelo fato da estação do INMET não ser precisamente próxima da terra indígena Rio Guaporé.

Os dados apresentados em bibliografia sobre a região Amazônica estão de acordo com os dados coletados pelo NMET demonstrados nos gráficos. As principais características do clima na terra indígena são estações prolongadas de chuva e seca e constantes temperaturas elevadas. Os maiores índices de precipitações estão concentrados nos meses de dezembro a abril e as maiores temperaturas no mês de outubro e novembro.

Apesar da concordância nos dados, tem sido cada vez mais difícil definir os meses de intensas chuvas e secas na região. Eventos como a grande enchente de 2014 e a inconstância nos períodos de chuva e seca dos últimos 05 anos tornam essas previsões incertas e prejudicam nas atividades da comunidade que dependem dos recursos naturais de seu território como, por exemplo, dos rios para pesca e das roças para os plantios e essas alterações climáticas interferem nesse uso dos recursos.

Geologia

O estudo da geologia da terra indígena Rio Guaporé se deu por meio da compilação dos dados existentes sobre a estrutura geológica e os recursos minerais da terra. A formação geológica está atrelada ao tipo litológico das rochas, a terra indígena Rio Guaporé tem sua litologia composta por areia, cascalho, argila, silte, gnaiss, quartzito e xisto. Como validação desses dados tem-se que a comunidade ressaltou que o cascalho é encontrado principalmente nas baías da terra indígena e isso pode ser visto no mapa litológico. **(ver mapa Litológico pág. 60)**

A litologia compõe as unidades geológicas da terra indígena, sendo elas: Aluviões Holocênicos, Cobertura Detrito-Laterítica Pleistocênica e o Complexo Jamari. Aluviões Holocênicas são depósitos que acompanham os cursos d’água que fazem parte da Planície Amazônica. Esses depósitos registram a evolução da rede de drenagem instalada na região, é a área mais próxima do Rio Guaporé. A Cobertura Detrito-Laterítica é atribuída à origem sedimentar pós-cretácica, com ocorrências conglomeráticas basais, recobertas por camadas ou níveis de arenitos, argilitos, compõem mantos de intemperismo profundos com latossolos vermelhos. O Complexo Jamari,

definido por ser compatível com metamorfismo de grau médio a alto, constituída por gnaisses, granitos, anfibolitos e granulitos, com representação significativa ao longo do rio (RADAM BRASIL, 1981). **(Ver mapa das unidades geológicas pág. 61)**

Durante a atividade de campo visitou-se uma área chamada pelos indígenas de “areal” localizada na beira do igarapé do Mata Verde. É composto por uma areia branca e fina e que na época da cheia vira lama no fundo do igarapé.

O estado de Rondônia detém um substrato geológico que demonstra potencialidade para uma vasta gama de recursos minerais de interesse econômico (SCANDOLARA, 1999). O estanho e o ouro se destacam na produção mineral do estado com expressiva participação da atividade garimpeira. São produzidos, também: calcário, brita, topázio, ametista, diamante, rochas ornamentais e agregados de uso imediato na construção civil. Foram selecionados, no GeoBank (sistema de bancos de dados geológicos corporativo da CPRM/SCGB), 810 registros, considerados os mais importantes. Destes, 214 correspondem a minas ativas e paralisadas, 138 estão associados a garimpos ativos e paralisados, 24 depósitos, 255 ocorrências e 179 indícios (ADAMY, 2010).

Durante a atividade de campo foi questionado aos indígenas se tinha algum registro sobre extração garimpeira na terra indígena. Apesar de não haver registros atuais de garimpos em funcionamento, existem registros de requerimentos de pesquisa de ouro na região no ano de 2005 pela Mineração Icanã Industria e Comercio Ltda., que abrangeria aproximadamente 8.000 ha da terra indígena. No entanto, até o momento, esses estudos não foram autorizados (ISA, 2016).

Geomorfologia

A terra indígena Rio Guaporé é caracterizada por Planícies e Depressões, sendo elas: Planície Amazônica, Planície e Pantanaís do Guaporé, Depressão do Guaporé e Depressão do Madeira – Ji-Paraná. **(Ver mapa das unidades geomorfológicas pág. 62)**

As duas planícies são formadas por depósitos sedimentares inconsolidados, mas a planície amazônica possui acumulação fluvial de forma plana, apresentando ruptura leve de declive em relação ao leito do rio e às várzeas. E a planície e pantanaís do Guaporé possuem a área plana resultante de processos de acumulação fluvial/lacustre, podendo comportar canais ou diques marginaís.

A depressão do Madeira - Ji-Paraná também é formada por depósitos sedimentares inconsolidados e se caracteriza como um conjunto de formas de relevo de topos tabulares, conformando feições de rampas suavemente inclinadas. A depressão do Guaporé é formada por embasamentos em estilos complexos e possui uma superfície de aplanamento elaborada durante fases sucessivas de retomada dos processos de erosão, os quais geraram sistemas de planos inclinados, às vezes levemente côncavos.

A terra indígena Rio Guaporé é predominantemente plana, com poucos pontos mais elevados. Um deles está na aldeia Baía Rica

na Latitude 12º1’58,325” S e Longitude 64º47’6,673” W.

Pedologia

Com a finalidade de verificar a fertilidade dos solos da terra indígena Rio Guaporé, surge a necessidade de analisar os aspectos físico-químicos dos solos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), existem quatro tipos de solos na terra indígena: Cambissolo, Latossolo Amarelo, Solos Aluviais e Solos Glei Húmicos. **(Ver mapa de solos pág. 63)**

Os Cambissolos são solos que apresentam variações em profundidade (ocorrendo desde rasos a profundos), em drenagem (varia de acentuada a imperfeita), em tipos de horizontes (podem apresentar qualquer tipo de horizonte) e em cores. São solos pedregosos, cascalhentos e até rochosos (IBGE, 2007).

Os Latossolos em geral são muito intemperizados, profundos, de boa drenagem, além de caracterizar uma grande homogeneidade ao longo do perfil (IBGE, 2007). Também apresentam uma formação de argila de baixa atividade, capacidade catiônica (CTC) baixa, cores vivas, boa agregação e estrutura comumente granular. São ácidos, porosos e de textura comumente argilosa (CUNHA; GUERRA, 2003).

Os Solos Aluviais são pouco profundos e, muitas vezes, cascalhentos. São solos jovens e possuem minerais primários e altos teores de silte, até mesmo nos horizontes superficiais. O alto teor de silte e a pouca profundidade fazem com que estes solos tenham permeabilidade muito baixa (IGBE, 2007).

Os Solos Glei Húmicos (Gleissolos) são característicos de áreas alagadas (beiras de rio, ilhas, etc.). Apresentam cores acinzentadas, azuladas ou esverdeadas. São limitados ao uso por terem má drenagem e se encontram principalmente em planícies de inundação (IGBE, 2007).

A grande maioria dos solos presentes na terra indígena Rio Guaporé, principalmente por serem característicos de proximidade com águas abundantes, possui baixos índices de aptidão agrícola, mas atendem a demanda da terra indígena que tem como base alimentar a mandioca.

A comunidade ressaltou tipos de produção que realizam hoje e as produções feitas pelos antigos, a partir da caminhada

	Antigos	Hoje	
Tipo de solo	Terra preta	Terra arenosa, terra preta (rara de encontrar na TI) e qualquer outro tipo de terra.	
Cultura	Os antigos plantavam tabaco.	Terra Preta Milho e feijão	Terra Amarela Mandioca, cará, batata, banana, amendoim, cana, arroz, taioba, abacaxi, melancia e cumbuca.

Caminhada transversal

transversal que se caracteriza pela identificação dos tipos dessas culturas ao longo dos anos. Nessa atividade, a comunidade colocou o interesse em resgatar a produção de um tipo específico de tabaco que os antigos plantavam nas terras pretas.

A partir da visita às roças foi possível perceber as terras de boa produção apontadas pelos indígenas e também os problemas que têm enfrentado sobre a produção, especialmente o problema de formigas cortadeiras (saúvas).

Observação das roças e seus tipos de solo

A alimentação da comunidade provém, em parte, das roças, por isso o levantamento do meio físico teve maior foco nessas áreas. Com o objetivo de identificar as características das roças da comunidade, foram feitas visitas para observar o tipo de plantio, a coloração da terra e os problemas enfrentados.

A cor do solo é a característica mais notada no estudo do solo, podendo ocorrer várias tonalidades de solos em um mesmo perfil. Para a identificação das cores é realizada a avaliação visual com uma escala de padrões de cores conferindo a uniformização da mesma por meio da caderneta de cores para solos (Munsell Soil Color Charts).

No total, foram 13 os pontos de amostragem de observações de solo, distribuídos pelas 08 aldeias da terra indígena Rio Guaporé.

Por meio das colorações dos solos e sua relação com matéria orgânica e fertilidade, as roças da terra indígena Rio Guaporé estão a maioria em solos tipo Cambissolo e se caracterizam por roças produtivas e com potenciais para o uso agrícola (apesar de não ser a característica principal do Cambissolo). Isso ocorre, principalmente, pelo relevo da terra indígena onde as roças estão prioritariamente em áreas mais planas, com fertilidade natural e pouca argila. Além do que, o principal plantio dessas roças é a mandioca e produzida em pequena escala (para subsistência) o que justifica sua produção apesar de tipologia de solo não tão propício.

Os problemas encontrados nas roças da terra indígena Rio Guaporé não estão diretamente relacionados ao tipo de solo e suas características, mas sim a fatores externos, como a presença de pragas e doenças, em destaque para as formigas cortadeiras.

A partir da observação das roças e das conversas com a comunidade, foram identificadas as seguintes culturas nas roças da

terra: mandioca mansa, mandioca brava, milho, cará, bata-ta, banana, amendoim, feijão, cana, arroz, taioba, abacaxi, melancia e cumbuca.

Na aldeia Ricardo Franco, que possui a maior população de toda a terra indígena, foram criadas por jovens e crianças representações em forma de desenho dos tipos de cultura que a comunidade cultiva em suas roças.

Todas essas culturas fazem parte da base alimentar da comunidade, tendo maior destaque a mandioca, que além de base alimentar e produção da farinha, também estabelece identidade com a cultura tradicional, sendo usada na bebida “xixá” (bebida feita a partir da mandioca) e em festas tradicionais, como a realizada pela comunidade no dia do índio (19 de abril).

São diversos os tipos de cultura das roças da terra indígena, tendo cada uma delas um calendário de produção que define o período do preparo da terra, do plantio e da colheita. A comunidade relatou que esses plantios estão tendo variações nos períodos por conta do clima, já que as culturas dependem da disponibilidade de água.

O preparo e a queima da roça da maioria das culturas são feitos por homens e mulheres no período da seca (de agosto) e o plantio, também realizado por homens e mulheres, ocorre nos meses de setembro e novembro, no início do período que antecede as primeiras chuvas.

É interessante observar como a comunidade entende seu território. Para compreender essa dinâmica, foi realizada uma atividade de elaboração de mapas mentais, demonstrando o olhar da comunidade sobre os aspectos geográficos e físicos de seu território. Essa atividade foi realizada na aldeia Ricardo Franco e contou com a participação dos pesquisadores indígenas e de membros da comunidade.

Aptidão agrícola

A avaliação da aptidão agrícola consiste na interpretação das qualidades do ecossistema, por meio da estimativa das limitações das terras para uso agrícola e das possibilidades de correção ou redução dessas limitações, de acordo com diferentes níveis de manejo (SOUZA, 1993).

Como evolução do atual sistema de avaliação da aptidão agrícola, em relação aos anteriores, está a adoção de diferentes tipo de manejo, sendo eles classificados em:

- Nível de manejo A (Primitivo) – baseado em práticas agrícolas que refletem um baixo nível técnico;
- Nível de manejo B (Pouco desenvolvido) – caracterizado pela adoção de práticas agrícolas que refletem um nível tecnológico intermediário; e
- Nível de manejo C (Desenvolvido) – baseado em práticas agrícolas que refletem um alto nível tecnológico (IBGE, 2007).

Diante dessa classificação dos níveis de manejo, a Terra Indígena Rio Guaporé se enquadra no nível A, onde a interferência de técnicas agrícolas desenvolvidas é pouco utilizada. O uso intensivo dessas técnicas não se adéqua no contexto de

uso do território, onde a produção é voltada para subsistência da comunidade.

Além dos níveis de aptidão agrícola existem também os Grupos e as Classes. Os Grupos identificam o tipo de utilização mais intensivo das terras, ou seja, sua melhor aptidão. Já as Classes expressam a aptidão agrícola das terras para um determinado tipo de utilização, são definidas quatro classes de aptidão: Boa, Regular, Restrita e Inapta (IBGE, 2007).

Em linhas gerais, a terra indígena Rio Guaporé possui classes de aptidão que variam de regular a inapta de acordo com a sua classificação, como mostra o mapa a seguir: **(Ver Mapa de Aptidão Agrícola pág. 64)**

De acordo com as observações feitas nas roças e com os depoimentos da comunidade, foi possível perceber que as roças conseguem produzir as culturas de maior importância para a comunidade, a exemplo da mandioca. A maioria das roças da terra está localizada na classe de aptidão agrícola regular, o que pode contribuir no desenvolvimento dessa produção.

Mas alguns problemas foram relatados durante a atividade de campo, o principal foi a imensa quantidade de formigas cortadeiras (as saúvas) nas roças da terra indígena. O item a seguir traz algumas sugestões relacionadas às formigas e melhorias em geral na produção.

Sugestões gerais para melhoramento da produção

Algumas recomendações são úteis para melhorar a produção das roças: compostagem, rotação de culturas e técnicas sustentáveis para o manejo de pragas.

A compostagem é uma técnica simples que visa à transformação de sobras de materiais vegetais, pela adição de estercos de qualquer origem, em compostos ricos em nutrientes utilizados para adubação das culturas. É resultado da ação de inúmeros organismos, variando desde aqueles que podem ser vistos a olho nu (aranhas, formigas, minhocas, besouros, centopéias) até microrganismos (fungos, bactérias, leveduras, algas e actinomicetos), que são os mais efetivos e importantes para o processo. A matéria orgânica é uma fonte importante de nutrientes para as plantas (nitrogênio, fósforo, enxofre e micronutrientes), liberados pelos microorganismos introduzidos no solo pela compostagem durante os processos de decomposição (SOUZA, 2006).

A rotação de culturas é uma técnica agrícola que consiste em alternar, anualmente, espécies vegetais, numa mesma área agrícola. As espécies escolhidas devem ter, ao mesmo tempo, propósitos comercial ou de subsistência e de recuperação do solo. Em sua escolha devem ser observadas também espécies que possam gerar grande quantidade de biomassa e preferencialmente que fixem nitrogênio no solo como as gramíneas e leguminosas, promovendo a reciclagem de nutrientes.

Além de proporcionar a produção diversificada de alimentos e outros produtos agrícolas, se adotada e conduzida de modo

adequado e por um período suficientemente longo, essa prática melhora as características físicas, químicas e biológicas do solo, auxilia no controle de plantas daninhas, doenças e pragas; repõe matéria orgânica e protege o solo da ação dos agentes climáticos. A rotação de cultura em geral é feita em uma área de plantio que contempla todas as culturas em rotação, ou seja, essa área é dividida em parcelas, sendo que em cada parcela existe

uma cultura diferente que será plantada e cultivada por 02 (dois) anos seguidos e que logo após esse período o próximo plantio entrará em sistema de rotação entre glebas e culturas existentes repetindo o mesmo período.

Para a contenção das formigas cortadeiras seguem algumas sugestões elaboradas e estruturadas em fichas agroecológicas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Plantas atraentes de formigas cortadeiras

Algumas plantas atraentes: sementes de gergelim preto, leucina, mandioca, cana-de-açúcar e batata-doce.

Na tabela a seguir, aparecem algumas formas de utilização das plantas citadas:

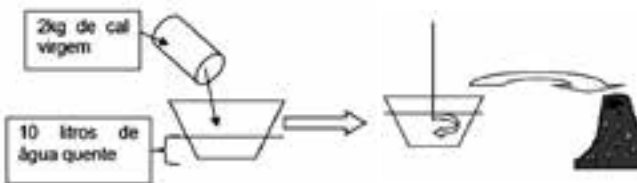
Plantas	Aplicação
Sementes de gergelim preto	- Espalhe as sementes de gergelim preto na bordadura dos canteiros, e após seu crescimento a folha dessa cultura irá se tornar atrativa para as formigas. - As formigas cortam as folhas e carregam para o formigueiro. As folhas são toxicas para o fungo que alimenta as formigas.
Leucena, Mandioca e Cana-de-açúcar	- Plantar junto com a cultura principal, em bordadura, aleias ou consorciadas, pois estas atraem as formigas, impedindo que causem danos à cultura principal.
Batata-doce	- Plantar ao redor da horta.

A presença de formigas cortadeiras nas roças pode causar prejuízos, mas é possível realizar o controle dessas formigas pelo uso conjunto de plantas repelentes, atraentes e de outros controles alternativos.

Formas alternativas de controle

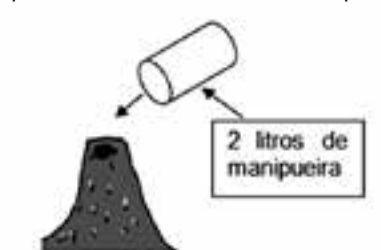
1) Cal virgem:

Dilua 2kg de cal virgem em 10 litros de água quente e depois aplique diretamente sobre os olheiros.



2) Manipueira:

Aplique 2 litros de manipueira diretamente sobre os olheiros, repetindo a cada 5 dias a mesma operação.

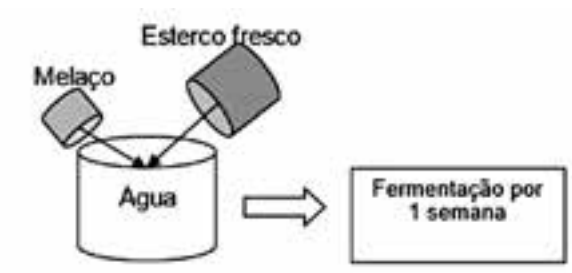


3) Farinha de osso, casca de ovo moída, pó de carvão ou cinza de fogão à lenha:

Faça uma barreira de 15 cm de largura ao redor dos canteiros ou plantas com alguns desses produtos citados.

4) Biológico:

Misture 50 litros de água, 10 kg de esterco fresco e 1 kg de melaço ou açúcar mascavo. Deixe fermentar durante uma semana. Depois, coe o produto com um pano e aplique dentro do formigueiro na proporção de 1 litro do produto coado em 10 litros de água.



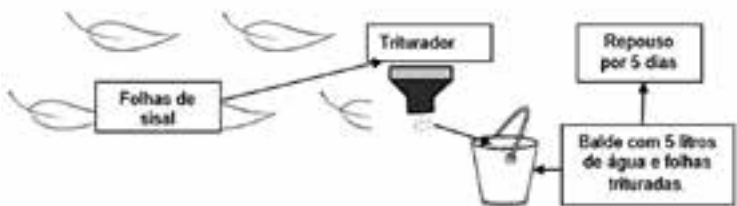
Elaboradores da ficha: MEIRA, A. L.; LEITE, C. D. Referências: TINOCO, F. Biofertilizantes e caldas alternativas. Emater-MG. 28p; BURG, I. C.; MAYER, P. H. Alternativas ecológicas para prevenção e controle de pragas e doenças. 10ª Edição, 2000, 153 p. PEREIRA, W. H, et al. Práticas alternativas para produção agropecuária agroecológica. Emater MG. 134p.

Plantas repelentes de formigas cortadeiras

Algumas plantas repelentes: o sisal, o angico, a pimenta vermelha e a mamona. Abaixo, aparecem algumas formas de utilização das plantas:

1) Sisal (Agave sisalana):

triture 5 folhas médias e deixe-as de molho em 5 litros de água durante 2 dias.



2) Angico (Piptadenia spp):

deixe de molho 1kg de folhas de angico em 10 litros água durante 8 dias.



3) Macerado de pimenta vermelha:

coloque 100g de pimenta em uma vasilha e esmague. Depois adicionar água até cobrir as pimentas amassadas e deixar descansar durante 24 horas. Após este período, coar e acrescentar uma colher (café) de sabão em pó biodegradável.



4) Macerado de mamona:

macerar 300g de folhas de mamona, depois acrescentar 10 litros de água. Deixar descansar durante 24 horas.



Plantas	Diluir		Quantidade	Local da aplicação
Sisal			2 litros da mistura	- Aplicar no olheiro principal do formigueiro e tampar os demais olheiros para que as formigas não fujam.
Angico			1 litro da mistura	- Por m² de formigueiro.
Pimenta vermelha				- Embeber num pano e amarrar este pano ao redor de troncos de frutíferas. O caldo também pode ser usado para pintar os troncos.
Pimenta vermelha	1 litro do caldo da moagem das pimentas	1 litro de água	1 litro da mistura	- Regar as plantas. Também pode ser aplicado sobre os olheiros dos formigueiros. - Cuidado para não irritar a pele durante o manuseio e para não queimar as folhas durante a aplicação do macerado.
Mamona	200 ml da mistura	1 litro de água		- Aplicar em cada olheiro do formigueiro.
Boldo, salsa, hortelã e/ou cenoura				- Plantar nas bordas das hortas e frutíferas.

Elaboradores da ficha: MEIRA, A. L.; LEITE, C. D. Referências: Pereira, W. H, et al. Práticas alternativas para produção agropecuária agroecológica. Emater MG. 134p. Tinoco, F. Biofertilizantes e caldas alternativas. Emater-MG. 28p. Burg, I. C.; Mayer, P. H. Alternativas ecológicas para prevenção e controle de pragas e doenças. 10ª Edição, 2000, 153 p.

Importante!

No início da implantação da horta, as formigas cortadeiras podem atacar, mas elas desaparecem com a incorporação da matéria orgânica no solo.

Para ter bons resultados no controle de formigas, as práticas devem ser usadas em conjunto com seus vizinhos.

É importante manter o equilíbrio e restabelecer a biodiversidade, pois as formigas são grandes recicladoras de nutrientes para a natureza.

Essas recomendações propostas pelas fichas agroecológicas foram apresentadas para a comunidade na validação do meio físico da terra indígena Rio Guaporé com a realização de uma oficina prática de aplicação dessas recomendações para a contenção das formigas cortadeiras (saúvas), situação identificada como o maior problema relacionado à produção nas roças das aldeias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terra indígena Rio Guaporé é caracterizada por diferentes tipologias ambientais, que refletem uma grande riqueza em termos de biodiversidade. O conhecimento tradicional, de extrema importância para a identidade de um povo, é repassado por gerações durante milhares de anos e está intimamente ligado à terra. A terra não significa apenas uma dimensão física, mas antes de tudo é um espaço comum, ancestral, de todos que têm o registro da história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo, enfim, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente (ANJOS, 2006).

Foram identificados alguns aspectos desse conhecimento relativos ao meio físico, através de conversas com a comunidade, revisão bibliográfica e metodologias participativas. Durante o levantamento do meio físico, o componente de aptidão agrícola teve destaque pela comunidade por ser uma atividade totalmente relacionada com a prática em seu cotidiano, sendo a atividade agrícola de suma importância para a base alimentar e cultura da comunidade.

As roças na terra indígena não apresentaram problemas relacionados à qualidade do solo, mas sim em relação às doenças e pragas que podem ser resolvidos com as práticas apresentadas. No geral, a produção das roças é possível (mesmo em solos não tão produtivos) por conta do manejo, rotação de culturas, presença de matéria orgânica, disponibilidade hídrica e pequena produção que a comunidade adota em seus cultivos. Mas é fundamental acompanhar o uso e consequência do uso do solo na produção agrícola e, se possível, realizar coletas de solos para uma análise química da terra, que dará mais certeza sobre a situação de produtividade e as recomendações para melhoramento da produção.

O conhecimento que o povo indígena da terra Rio Guaporé tem de seu território demonstra a importância dos recursos naturais da terra para a sobrevivência e manutenção dos costumes tradicionais desse povo. Esse conhecimento foi refletido em todos os componentes do meio físico apresentados nesse diagnóstico, os dados governamentais como do INMET sobre o clima estão

em concordância com o calendário sazonal construído pela comunidade e é importante que a comunidade acompanhe a construção e coleta desses dados, bem como fiquem atentos para as mudanças que possam ocorrer sobre os índices de chuva e temperatura da região. A floresta na Amazônia é responsável pela manutenção do nosso ciclo hidrológico e as alterações climáticas na região mostram o nível de interferências (antrópicas ou naturais) à qual a região está submetida e as consequências atingem diretamente as comunidades que vivem nas áreas de floresta do bioma.

Dessa forma estratégias devem ser formuladas e executadas para garantir a disponibilidade e qualidade desses recursos dentro do território. Como recomendações para assegurar o uso dos recursos pela comunidade podem ser citadas:

- Estabelecer políticas concretas que visem à fiscalização e ao monitoramento de atividades ilegais dentro da terra indígena (como atividades de pesca ilegal, por exemplo);
- Realizar capacitações para as comunidades no que diz respeito à vigilância territorial e a importância da manutenção dos recursos naturais;
- Estimular a economia dentro do território indígena com o objetivo de oferecer o crescimento econômico de forma legal e não prejudicial ao meio ambiente e às práticas culturais da comunidade;
- Estimular os processos participativos na elaboração de projetos e nos projetos que chegam território indígena por meio de parceiros, tendo ampla autonomia da comunidade nesses projetos. A comunidade deve conhecer os projetos implementados por órgãos governamentais e não governamentais em seu território;
- Fortalecer estratégias de usos dos recursos naturais de forma a assegurar a disponibilidade desses recursos para futuras gerações.

O povo da terra indígena Rio Guaporé possui estreita relação de sobrevivência e subsistência com os recursos naturais de seu território, dessa forma, as estratégias e políticas devem ser formuladas e executadas para garantir a disponibilidade e a qualidade desses recursos. A discussão sobre a gestão territorial da terra indígena torna-se, então, fundamental para a manutenção e o fortalecimento cultural e ambiental da comunidade.

CAPÍTULO 3

NOSSOS BICHOS



Macaco Aranha

INTRODUÇÃO

Os animais apresentam riquíssima variação de espécies, tamanho corpóreo, hábitos de vida e preferência de habitats. O conhecimento sobre as espécies tem colocado em evidência a importância destes nos processos ecológicos dos ecossistemas, principalmente na Amazônia. Diversas espécies frugívoras e herbívoras, por exemplo, desempenham um papel importantíssimo na manutenção da diversidade de árvores, através da dispersão e predação de sementes e plântulas, enquanto os carnívoros regulam as populações de frugívoros e herbívoros. Anfíbios são excelentes indicadores da saúde ambiental, ou seja a natureza busca sempre o equilíbrio. Além disso, indígenas tem uma estreita ligação com a floresta e principalmente com os animais. Muitas espécies são utilizadas tradicionalmente na alimentação, artesanato, remédios, nos mitos, tabus e na organização social dentro de uma comunidade indígena. Neste capítulo estão apresentadas as informações sobre mamíferos de médio e grande porte, aves, peixes, répteis e anfíbios da TI Rio Guaporé.

MASTOFAUNA

Metodologia

O uso de armadilhas fotográficas foi empregado na amostragem qualitativa (levantamentos) da mastofauna como um complemento na obtenção de dados ecológicos ou quando os rastros não puderem ser encontrados mais facilmente (SRBEK-ARAÚJO et al., 2007). Foram utilizadas 7 armadilhas fotográficas, as quais ficaram ativas por um período de 6.480 horas em locais com maior atividade de mamíferos, por exemplo: barreiros, comedouros, carreiros, tocas, áreas próximas a igarapés e locais de espera de caçadores locais. A amostragem através do uso de armadilhas fotográficas é recomendável, segundo Voss & Emmons (1996), somente para o levantamento das espécies de mamíferos de médio a grande porte.

Para este estudo, foi realizada uma oficina para o levantamento de informações sobre o uso tradicional (alimentação, artesanato, remédio da fauna) das espécies de mamíferos. Esta oficina foi realizada com participação de crianças, jovens, adultos e idosos das aldeias Ricardo Franco, Baía das Onças, Uruçari, Baía da Coca.

A nomenclatura das espécies, neste trabalho, segue a referência taxonômica editada por Wilson e Reeder (2005), exceto a ordem Primates que segue Rylands et al (2000) e Roosmalen et al (2002) para o gênero *Callicebus*, Gregorin (2006), Rossi (2000) para o Gênero *Mazama* e Johnson et alii (2006), para os felinos. A identificação específica é baseada nas pranchas e descrições elaboradas por Auricchio (1995), Emmons & Feer (1997) e Eisenberg & Redford (1999).

Resultados e discussão

Com o armadilhamento fotográfico, foi possível registrar a ocorrência de treze espécies de mamíferos de grande porte, sendo elas: anta, veado-vermelho, cateto, jaguatirica, onça-parda, tatu-canastra, mão-pelada, veado-roxo e queixada, cutia, coendu, paca e tamanduá-bandeira.

Durante a oficina, os participantes relataram o uso (caça) de 14 espécies de médio a grande porte pertencentes a 10 famílias taxonômicas. As atividades de caça realizadas pelas comunidades da terra indígena Rio Guaporé aparentemente seguem um padrão similar ao de outras comunidades indígenas – Zoró, Suruí e Cinta-Larga - estudadas pelo mesmo método durante outros diagnósticos etnoambientais participativos. Os caçadores empregam o uso de armas de fogo e suas caçadas podem perdurar por dias, com grupos de caçadores saindo em atividade de caçada nos locais mais distantes que apresentam uma boa oferta de caça.

Segundo os relatos, não há restrição – religiosa, saúde, mitos – ao consumo de nenhum animal, entretanto, há animais que não são procurados devido a pouca biomassa ou gosto de sua carne, como por exemplo: macaco-preguiça, gogó-de-sola, mucura, macaco-da-noite, felídeos e tamanduás. O consumo ou não de certas espécies está relacionado à cultura intrínseca de cada povo. Em relação aos animais apreciados, a lista é extensa: Tayassuídeos, primatas, cervídeos, roedores (paca e cutia) e tatus.

Os filhotes de animais abatidos na atividade de caça, na maioria das vezes, não conseguem fugir e acabam sendo capturados pelos caçadores. Estes animais são levados para as aldeias e se tornam “animais de estimação” de crianças e jovens.

Os jovens aprendem as táticas e práticas de caça com seus pais, quando completam os 13 anos de idade, e a partir de então, devem repassar o aprendizado à próxima geração.

Recomendações

Animais silvestres, principalmente os mamíferos diurnos, geralmente os de médio e grande porte, apresentam grande potencial para o desenvolvimento de atividades sustentáveis tanto em termos ambientais, como sociais e econômicos. Além disso, é a principal fonte de proteína para diversas populações de muitas regiões, somente sendo trocada pelo peixe em regiões que possuem grandes corpos d'água.

A Terra Indígena Rio Guaporé abriga uma fauna de mamíferos com ótima diversidade de espécies de médio a grande porte. Foram registradas espécies listadas como em risco de extinção, por exemplo, tatu-canastra, tamanduá-bandeira, anta, jaguatirica, onça-pintada, guariba, macaco-velho e macaco-aranha. A caçada realizada pelas comunidades indígenas, ao que tudo indica, não afeta de forma intensa a riqueza de grandes mamíferos, haja vista a observação de espécies que desaparecem rapidamente quando estão sob pressão de caça intensa, por exemplo, cervídeos, tayassuídeos, tapirídeos e grandes primatas.



Tamanduá Mirim. Foto: Alexsander Santa Rosa Gomes

Sendo assim, recomenda-se a realização de estudos mais detalhados da fauna de mamíferos da Terra Indígena Rio Guaporé, buscando quantificar a densidade populacional de cada espécie, detectando onde a pressão de caça é maior (inclusive no entorno) e com isso desenvolver um programa de sensibilização ambiental com as aldeias visando ao manejo e monitoramento da caça e da fauna a longo prazo.

AVIFAUNA

Metodologia

A lista de espécies foi construída através de oficinas participativas e levantamento de campo. O levantamento dos dados ocorreu no período chuvoso. Para a amostragem foram percorridas trilhas pré-existentis no local escolhidas aleatoriamente. Foi empregada a metodologia de transecção linear na qual o observador percorre uma trilha registrando todas as aves visualizadas e ouvidas (BIBBY et al. 2000).

As espécies foram identificadas por meio de guias ornitológicas específicos para a região, tais como: Ridgely & Tudor (1994), Sick (1997), Erize e colaboradores (2006), Schulenberg e colaboradores (2007), Van Perlo (2009). As vocalizações foram identificadas com a ajuda de CDs contendo cantos de aves da Amazônia (NAKA et al (2008); MARANTZ e ZIMMER (2000); SCHELENBER et al. - Vol 2 e 3).

A sequência taxonômica segue a lista oficial de aves brasileiras, normalizada pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (PIACENTINI, V.Q. et al 2015). Para qualificar as espécies de aves quanto ao grau de endemismo foi utilizada a classificação realizada por Stolz et al (1996). Para a classificação das espécies de aves registradas na Terra Indígena quanto ao seu status de migração foi utilizado a lista oficial de aves brasileiras, normalizada pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (PIACENTINI, V.Q et al 2015).

Com intuito de conhecer os usos das aves existentes na região pela população indígena foram realizadas entrevistas com questionário semiestruturado. O questionário era baseado em pranchas com fotos das aves mais comuns da região. As pranchas foram confeccionadas a partir do estudo realizado por Silva (2016 no prelo). Estas foram apresentadas para homens caçadores e mulheres artesãs a fim de observar o conhecimento sobre a avifauna da região. Nas oficinas os indígenas confeccionaram mapas a mão livre (mapas mentais) de suas aldeias identificando os locais onde eles realizam a caça das aves e quais espécies caçadas em cada local. O método permite o envolvimento dos caçadores indígenas locais, tanto na construção do conhecimento, como discussão de cenários e proposições de estratégias importantes para a conservação da fauna e atividades de caça.

Resultados e discussão

Foi elaborada uma lista com 125 espécies distribuídas em 42 famílias. Dessas espécies, 46 foram citadas pelos moradores durante a oficina participativa. As famílias mais representativas quanto à riqueza foram Psittacidae com 22 visualizações, seguida por Thraupidae com 11 visualizações, Accipitridae e Cracidae ambas com 10 visualizações. Os thraupídeos amostrados eram em sua grande maioria frugívoros de acordo com Karr et al (1990). Segundo Zago (2013) indivíduos com este hábito alimentar são mais abundantes em ambientes que oferecem frutos ao longo de todo o ano, sendo assim dependentes de áreas abundantes em árvores frutíferas. Além disso, são mais tolerantes a ambientes alterados pelo homem (TELINO-JÚNIOR et al 2005). Tal afirmativa corrobora nossos dados, visto que a maioria das espécies foi observada próximo das aldeias, em ambientes abertos. Os psittacídeos são atraídos pelos recursos alimentares (CAMPOS et al 2011; MORANTE-FILHO E SILVEIRA 2012) e utilizados muitas vezes como animais domésticos. Durante o levantamento foram observadas 8 espécies de Psittacídeos em casas dos indígenas.

As espécies mais visualizadas durante o período de campo foram *Nannopterum brasilianus*, *Ara severus*, *Jacana jacana*, *Melanerpes cruentatus*, *Ortalis guttata*. As espécies *Nannopterum brasilianus*, *Jacana jacana* estão associadas a ambientes aquáticos, o que facilita sua detecção. A espécie *Ara severus* é um frugívoro de copa atraído pelos recursos alimentares (CAMPOS et al 2011; MORANTE-FILHO E SILVEIRA 2012). Contudo, as espécies da família de psittacídeos são diretamente afetadas e respondem negativamente às perturbações antrópicas.

A *Ortalis guttata* é uma espécie da família cracidae, classificada como terrícola de médio porte. São particularmente vulneráveis às alterações ambientais, mesmo as decorrentes da exploração madeireira por corte seletivo e da caça ilegal (ICMBIO, 2008). Os cracídeos são grandes dispersores de sementes e aparentemente têm um papel fundamental na manutenção das florestas em função desta característica (SICK, 1997). Outras espécies da família foram observadas no estudo vale citar: *Penelope jacquacu*, *Aburria sp*, *Pauxi tuberosa*.

As famílias de aves na TI Rio Guaporé mais abundantes foram as mais tolerantes a ambientes antropizados. Espécies comuns denominadas generalistas, que se adaptam a mais de um ambiente são beneficiadas com a fragmentação (BROWN et al 2001). Já espécies mais sensíveis à perturbação, aquelas consideradas especialistas, diminuem suas populações (BIERREGAARD & LOVEJOY 1989, STOUFFER & BIERREGAARD 1995, STOUFFER E BORGES 2001). Isso porque as espécies de aves estão intimamente ligadas ao ambiente (TERBORGH et al, 1990), utilizando-o na alimentação, nidificação e proteção (ALEIXO, 1999).

O estudo também apresentou uma espécie migratória (que vem de outros países/continentes). De acordo com a Piacentini, V.Q. et al (2015) a espécie *Tyrannus tyrannus* é uma espécie que vem do Hemisfério Norte, sendo considerada uma grande migrante, uma vez que realizam voos longos cruzando hemisférios (CEMAVE/ ICMBio. 2014).



Foto: Sergio P. Cruz

Durante o período de levantamento de campo não foram observadas espécies endêmicas (aquelas que só vivem em determinada região). Existem registros de espécies endêmicas em áreas próximas à TI Rio Guaporé que mostram que com o incremento de estudo na região da TI Rio Guaporé, principalmente nas regiões florestais, poderíamos observar tais espécies.

Ao categorizar as espécies do estudo, identificamos que 114 espécies foram classificadas como preocupante (LC), 3 espécies foram classificadas como quase ameaçada (NT), e 3 espécies como vulnerável (VU), (IUCN, 2017). Uma espécie ameaçada de extinção é aquela cuja população está decrescendo a ponto de colocá-la em alto risco de desaparecimento na natureza em futuro próximo (FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS, 2008). A perda de habitat devido ao desmatamento na Amazônia, pressão de caça e o tráfico de animais são as principais causas de ameaça de extinção (IUCN 2016) das espécies amostradas. Destaca-se a presença de *Ramphastos tucanus*, *Tinamus tao* *Psophia viridis* classificadas como vulnerável (VU), e *Pyrilia caica*, *Harpia harpyja*, *Pyrilia barrabandi*, *Odontophorus gujanensis* como quase ameaçada (NT) segundo a União Internacional para Conservação da Natureza - IUCN (2016). De acordo com a Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014, do Ministério do meio Ambiente, apenas as espécies *Harpia harpyja* (Gavião real) e *Tinamus tao* (nhambu tona) foram consideradas com risco elevado de extinção na natureza (VU).

A nomenclatura científica das aves está estabelecida há mais de 200 anos. A nomeação popular, contudo, está relacionada com convívências e imaginação popular (Sick 1997). A população e comunidades tradicionais, ao nomearem uma ave, procuram relacioná-la com o seu colorido, a forma do bico, a alimentação, o modo de caçar, manifestações sonoras, vários hábitos, nidificação, relação ao tempo,

relação à hora em que cantam, ocupações humanas e lendas (BERLIN 1966, OLIVEIRA 1992, CADIMA & MARÇAL JUNIOR 2004, FARIAS & ALVES 2007A, B, C, SGUISSARDI 2010, RIBEIRO, et al 2015). No diagnostico Etnoambiental Participativo da Terra Indígena Roosevelt, foi observada tal característica no processo de nomenclatura nas espécies Nambu relógio, por cantar de hora em hora (RIBEIRO, et al 2015). Esses resultados corroboram verificações semelhantes feitas durante o estudo de campo. Vale citar as espécies do Urubu e Urubu rei: “Urubu rei é o chefe dos urubus. O urubu avisa o urubu rei para vir comer” (Adão Wayoru).

As aves são utilizadas como parte da fonte de proteína na TI Rio Guaporé. A maioria dos entrevistados mencionou como aves mais apreciadas o Jacu e o Mutum, com 11 citações; seguidas por Arara vermelha, com 9 citações e Macucau e Pato do Mato ambas, com 8 citações.

Em comunidades tradicionais ou indígenas existem restrições alimentares por aves ligadas a mulheres durante o resguardo jovens e senescentes (RIBEIRO et al 2015, CARDOZO et al 2016). O mesmo foi observado na TI Rio Guaporé com algumas espécies de aves:

Na etnia Canoé e Aruá:

“No resguardo de Canoé e Aruá – pode-se comer apenas jacu, nambu, galega, juriti”

Na etnia Jaboti:

“Nambu preto – não comem porque anuncia a morte, jovens e meninas não podem comer, pois os mais velhos não deixam. Espécie pouco vista. Arara e Papagaio – Só os mais velhos comem, pois, o bico é muito seco. Então as mulheres não comem, pois, se comerem, sentem muita sede e não conseguem ir para longe trabalhar. No resguardo, as mulheres só comem

nambu, galega e mutum cozido e moquecado. Pato é proibido.”

A maioria dos entrevistados de todas as aldeias respondeu que prefere preparar suas aves cozidas (146 citações), assadas (76 citações) ou moquecadas (52 citações).

Os indígenas da TI Rio Guaporé fazem pouco uso das espécies de aves como remédio para suas enfermidades. Contudo algumas espécies foram citadas para esse fim como o maguari, nhambu azul, mutum e cigana. Na maioria das vezes as penas, são utilizadas para fazer chá e fumaça para infusão no tratamento de reumatismo, asma, dor no estômago, dor de dente, picada de cobra, derrame e braço paralisado. Foram citados ainda o uso de moela de mutum (*Pauxi tuberosa*) na preparação de chás para tratamento de dor no estômago e o uso do tutano de maguari (*Ardea cocoi*) para tratamento de reumatismo.

Os indígenas produzem artesanatos associados a aves. As artesãs relatam que só usam as penas das aves caçadas para alimentação. As aves mais coloridas, como arara, tucano, mutum, são pouco caçadas, pois os indígenas têm que andar muito e as acham muito bonita para matar. Foi possível observar que os indígenas não possuem uma hierarquia para o uso das penas das aves. A maioria das penas das aves capturadas é aproveitada para os diferentes artesanatos, sendo utilizadas na confecção de cocar, arco e flecha, braçadeira, tiara, brinco, enfeitar espadas, saia, vassoura. Na confecção de cocares, tiaras, braçadeiras e chapéus as aves mais citadas foram Nambu azul, Arara amarela, Arara vermelha, Maracanã, Curica da cabeça azul, Curica, Jacamim, Nambu preto, Macucau, Alencor, Pato do mato, Uru, Papagaio estrela, Marrequinha, Pato do Mato, Socó azul, Colhereiro, Mãe da Lua, Garça Branca, Arapapá, Gavião real, Gavião, pavãozinho, tucano, Socó Boi, cara suja, arara verde, urubu e urubu rei periquito estrela.

Na confecção de arco e flecha as aves citadas pelos indígenas foram: pato do mato, jaburu, mutum, gavião pedrez, arara amarela, Uru, papagaio estrela, colhereiro, nambu preto, socó Boi, soca azul, Curica, Nambu azul, Macucau, marrequinha, Gavião real, arara vermelha.

Para a produção de brincos as penas mais citadas durante as oficinas são das espécies: Nambu azul, Jacu, Mutum, pato do mato, Uru, Periquito estrela, Arara amarela, Arara vermelha, Maracanã, Papagaio estrela, Curica da cabeça azul, Nambu preto, Alencor, Socó Boi, Socó azul, Jacamim. Os indígenas também citaram que com as penas do rabo das espécies de Jacu, Jacozinho e Mutum eles confeccionam “vassoura” para tirar o pó.

Os indígenas da TI adoram criar aves como animais de estimação. As aves mais citadas foram: Marrequinha, Jacuzinho, Jacu, Mutum, Socó Boi, anu, anu branco, Socozinho, pavãozinho, Periquito estrela, curica da cabeça roxa, Arara amarela, Arara vermelha, Maracanã, Cara suja, Perequitinho asa amarela, Papagaio estrela, Jacamim, Nambu azul, Nambu preto, Macucau, Alencor, Tuiuiú, arara verde. Um fato interessante foram os indígenas criarem a espécie de coruja, de anu e anu branco, como animal de estimação. Em relação à caça, podemos observar através dos mapas men-

tais que os locais de caça são distantes das aldeias. Na aldeia Ricardo Franco há uma trilha que segue até o rio Negro e Sotério. Nesse local eles realizam a caça de Mutum, Nambu Chorão, Jacu, arara, gavião, nambu azul, jacamim, nambu preto e papagaio. Outros locais de caça são o Igarapé São Francisco, no Barreiro das araras, ilha do cachorro, Trilha do Itaúbal na Roça do Isaque, Castanhal da cobra.

Foram observadas grandes áreas impactadas pelo fogo próximas às aldeias. Para se chegar à floresta eram realizadas caminhadas de mais de 8 quilômetros. Alguns moradores relataram a necessidade de cuidar dessas áreas visto que o tamanho da terra indígena é pequeno, e que em um futuro próximo poderiam não ter mais de onde tirar seu alimento.

Recomendações

Este estudo gerou uma lista de aves diversa, podendo ser observadas espécies de grande interesse para conservação com uma riqueza significativa, contendo espécies vulneráveis de extinção, endêmicas e migratórias. Contudo, não foi possível acessar a real avifauna da região. Assim, sugere-se que se realizem mais estudos, principalmente em ambientes florestais para conhecer a estrutura da comunidade de aves da região. O monitoramento das espécies associadas à caça, principalmente as espécies da Família Tinamidae e Cracidae, é importante para se conhecer o impacto desta atividade naquela TI. Os estudos acima podem fortalecer o conhecimento tradicional e se apresentar como uma oportunidade de resgate de cultura da língua, tabus e outros costumes. Também é necessária a restauração florestal nas áreas impactadas pelo fogo na região das aldeias.

Durante o período de convivência, artesãs da aldeia Ricardo Franco e Pedral relataram a necessidade da criação de uma cooperativa, aquisição de maquinário para auxiliar no processo de beneficiamento e produção, bem como auxílio na venda dos artesanatos.

ICTIOFAUNA

Metodologia

Os dados foram coletados através de entrevistas compostas por questionários semiestruturados aplicados aos indígenas. Em cada comunidade foram entrevistados no mínimo 10% de indígenas pescadores-chave. A identificação desses indígenas pescadores ocorreu por indicação dos caciques ou apontados pelos pesquisadores indígenas. Foram contatados, 29 pescadores indígenas da T. I. Guaporé nas comunidades de Ricardo Franco, Pedral, Queimadas, Baía Rica e Baía das Onças.

Foram realizadas duas oficinas que geraram mapas mentais nos quais foram levantadas as atividades pesqueiras por aldeia, além do conhecimento ecológico tradicional de período de desova e alimentação dos peixes.



Trabalho da equipe de Ictiofauna. Foto Acervo Kanindé.

Utilizando malhadeiras de diversos tamanhos foram efetuadas duas coletas de 24 horas em áreas próximas às aldeias de Ricardo Franco (Baía Rica) e aldeias Pedral e Queimadas (Igarapé da Queimada). As pescarias foram feitas com o apoio de pesquisadores/pescadores indígenas.

Resultados e discussão

Todas as famílias entrevistadas possuem pequenas canoas de madeira propulsionadas por motor rabeta ou remo utilizadas na pesca em igapós/várzeas. As mulheres da aldeia Baía das Onças afirmaram que todas pescam. Praticam esta atividade nos portos das casas/aldeia, onde conseguem pescar peixes de escama e pequenos bagres com facilidade. Outra atividade que envolve toda a família é a ida aos lagos centrais, onde aos finais de semana passam o dia pescando e se divertindo.

O melhor período para pescar apontado foi o dia. O melhor período/meses de pesca citada no presente trabalho foram os meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro, representando a vazante e a seca.

Os indígenas das aldeias avaliadas possuem várias áreas de pesca, utilizando áreas de baías, igapós, igarapés, lagos e o rio Guaporé.

No verão a pesca principal fica direcionada ao rio Guaporé, porém é possível ir a pé até as baías centrais, utilizadas para a pesca de subsistência.

Foi relatada a presença de pirarucu em todas as baías da TIRG. A Baía do barreiro foi apontada com uma baía muito rica em peixes, onde havia muitos tambaquis, porém nos dias de hoje não se tem mais, e que está dominada pelos pirarucus.

O Igarapé da queimada foi apontado como utilizado pelos peixes na época da “Piracema” para a desova.

Foram identificados 60 espécies de peixes utilizados para subsistência ou venda do excedente, sendo elas 25 da ordem

Characiformes, 2 Clupeiformes, 1 Meyliobatiformes, 1 Osteoglossiformes, 5 Perciformes e 22 Siluriformes. Estas listas corroboram com as listas de espécies encontradas por Queiroz et al (2013) para a mesma área, com dados do LIP (Laboratório de Ictiologia e Pesca da Universidade Federal de Rondônia) não publicados e com o inventário da T. I. Pacaás Novas/2016. As espécies mais apreciadas para subsistência são: o quebra-galho, piranha, tucunaré, surubim, pacu, jaraqui, mapará, traíra, tambaqui, mandi, acará, aracu e cangati, respectivamente.

“A espécie cangati antigamente era muito presente na alimentação dos indígenas e hoje já está mais difícil de pegar era o mais preferido”.
Adão Wajuru – Aldeia Ricardo Franco

As análises do conhecimento dos indígenas relativos às etnofamílias compõem um sistema de informações biológicas e ecológicas úteis para gestão da pesca de pequena escala, especialmente nos trópicos, onde há uma alta diversidade de espécies e um baixo conhecimento ecológico e biológico específico (DREW, 2005; SILVANO et al, 2006;). Situação esta na qual podem ser inclusas áreas pouco citadas na literatura como em territórios indígenas brasileiro.

Este conhecimento sobre as categorias é confirmado no alto número de indígenas que souberam indicar o período reprodutivo da maioria das espécies. Os indígenas identificaram o período reprodutivo da maioria das categorias analisadas (53%), principalmente das espécies de subsistência com as quais têm mais contato. Com algumas espécies os indígenas têm menos contato em função da baixa representatividade na pesca de subsistência, e por isso não conseguiram identificar seu período reprodutivo.

Alguns indígenas afirmaram vender o pescado excedente principalmente no período em que eles necessitam se deslocar das aldeias até as cidades mais próximas como a cidade de Guajará-Mirim. A venda dos excedentes é somente para complementação da renda. O valor médio pago aos indígenas é bem próximo ou igual ao valor pago aos pescadores profissionais.

O principal conflito apontado é a invasão nas baías centrais da TI por pescadores não indígenas brasileiros e/ou bolivianos, sendo eles profissionais ou amadores.

Foram apontados também invasões de indígenas nas áreas das aldeias às quais não pertencem. Segundo alguns entrevistados, eles não se opõem que outros indígenas pesquem em suas áreas para subsistência, pois entendem que se trata de uma mesma área indígena, porém, não aceitam que pesquem para comercialização.

Foram identificados 7 tipos de apetrechos utilizados pelos indígenas da T.I. Guaporé. As mais citadas foram caniço, flecha, linhada, timbó, malhadeira, zagaia e barragem respectivamente.

Alguns peixes são utilizados na medicina tradicional. Nas etnias Canoé, Djeoromitxi, Macurap, Cujubim e Wajuru a banha traíra é utilizada para dor de ouvido e a banha de arraia é utilizada para ajudar no parto pelas etnias Canoé, Djeoromitxi, Macurap e Wajuru. Para extrair a “banha” (óleo) para preparar os remédios, os peixes são moqueados em folhas de babaçu ou bananeira.

“Quando a mulher vai parir passa a banha de arraia na barriga dela pra ela parir logo”.
Angélica Jaboti – Baía das Onças

Alguns peixes são considerados “impuros” ou “reimosos” e por isso pessoas enfermas evitam comer em períodos de processos inflamatórios. As mulheres e seus esposos no período de resguardo também não comem, pois pode infeccionar o umbigo do bebê e neste período evitam comer frituras, pois os mais antigos contavam que saiam bolhas que depois formavam feridas na cabeça do bebê.

“A mulher de resguardo só pode comer comida moqueada e cozida. Os mais antigos dizem que se comer frito a pele da criança fica toda pipocada”.
Angélica Jaboti & Miriam Macurap

Na etnia Macurap as meninas novas no período de menstruação também evitam alimentar-se de peixes como o surubim, pirarara, piranhas e quebra-galho, enquanto as crianças comem de tudo.

“Já as crianças são iguais a passarinho, comem toda hora”.
Adão Wajuru – Aldeia Ricardo Franco

O pirarucu (*Arapaima gigas*) é um peixe territorialista encontrado na maioria das vezes em lagos e baías. Foi apontado pelos indígenas como um peixe intruso em alguns ambientes da T.I. Guaporé e vem aumentando bastante, com isso andam “espantando” e comendo os peixes de porte pequeno. Os indígenas afirmaram que seria muito bom para eles fazer o manejo de pesca da espécie e que assim, eles pudessem pescar para vender, incrementando a renda das famílias.

O Pirarucu: “Tem muito, desde enchente de 2014. É ruim porque ele come os peixes pequenos. Fazer o

plano de manejo do Pirarucu é uma boa”.
Marco Aurélio Tupari & Ezio Aruak Macurap. Aldeia de Pedral.

“Devem ser pescado pra vender, para isso precisamos aprender a pescá-lo”.
José Augusto Canoé/ Okúk~uti - Pescador profissional/Cacique. Aldeia Ricardo Franco

HERPETOFAUNA

Metodologia

Procura visual limitada por tempo (MARTINS & OLIVEIRA 1998): Este método consiste em caminhadas lentas durante a noite (entre 18 e 22 horas) com duração de aproximadamente quatro horas homem de caminhada, em trilhas (de 100 a 600 m) procurando serpentes, anfíbios e lagartos que estejam forrageando, acasalando ou em repouso na vegetação. Essas trilhas foram realizadas no entorno das aldeias, passando por vários ambientes aquáticos (igapós, igarapés e poças temporárias).

A captura por terceiros consiste basicamente em espécies capturadas por outras equipes que estejam realizando trabalhos na mesma área de referência que fazem o registro dos espécimes. Para os espécimes não capturados, no caso as serpentes e alguns lagartos, as informações eram anotadas e identificadas até o menor grau possível de acordo com o conhecimento de campo dos demais pesquisadores e posteriormente informados aos responsáveis pelos dados da herpetofauna. Também foram repassadas aos pesquisadores indígenas as informações sobre a periculosidade de algumas espécies de serpentes e a importância ecológica da herpetofauna bem como os cuidados a serem adotados durante o trabalho e no dia a dia da comunidade, assim como os equipamentos individuais de segurança para evitar acidentes com animais silvestres.

Os espécimes capturados foram identificados com base na experiência dos pesquisadores em campo, auxílio de pranchas de identificação e nas chaves e descrições presentes nos trabalhos de AVILA-PIRES, 1995, DIXON (1989), PETERS & OREJAS-MIRANDA (1970), MARTINS & OLIVEIRA (1999), SILVA JR. (1993).

Resultados e discussões

Os dados obtidos foram considerados apenas como qualitativos, pois representam apenas uma pequena parcela dos espécimes que podem ser encontrados na Terra Indígena Rio Guaporé.

O maior esforço de procura durante o período noturno está associado ao fato de que um número maior de espécies é encontrado durante o período noturno, quando algumas estão procurando alimento, outras em época reprodutiva.

Outro fator importante a ser considerado é que as serpentes



Jibóia. Foto: Sergio P. Cruz

de hábito noturno procuram abrigos durante o dia para fugir de predadores, dificultando seu encontro, enquanto que as espécies de hábitos diurnos costumam dormir expostas sobre a vegetação a noite.

Algumas espécies de hábitos aquáticos foram mais difíceis de encontrar. Outras, como é o caso das tartarugas, foram encontradas em recintos nas aldeias para servirem de alimento na comunidade ou animal de estimação.

No presente estudo foi registrado um total 42 espécies: (19) espécies são de anfíbios e vinte e três (23) espécies de répteis. *Rhinella marina* foi a mais abundante do gênero, sendo encontrada em grande número após as chuvas no interior das aldeias. São espécies comuns de áreas de florestas, mas que vivem muito bem nas áreas antropizadas. Outra espécie bem abundante durante o período de chuva foi a *Lithobates palmipes*, que durante procura limitada por tempo durante a noite sempre era possível reconhecer a vocalização desse espécime nas margens dos rios.

Para serpentes, as mais abundantes foram as cascavéis *Crotalus durissus*, com vários registros nas comunidades das aldeias Ricardo Franco e Urussari. Também foi anotado o relato de um acidente no final do ano de 2016 e mais três registros acidentes no ano de 2017 envolvendo essa serpente. Os relatos da comunidade para o aparecimento desses animais são de uma grande enchente ocorrida no ano de 2005, e que anteriormente a esse ano esses animais não ocorriam na região, possivelmente possam ter vindo das áreas da Bolívia onde ocorrem campos cerrados e a presença desta espécie.

Segundo a comunidade, após a enchente começaram a aparecer cada vez mais cascavéis nas áreas próximos a aldeias sendo comum a comunidade avistar e matar essas serpentes durante as atividades de limpeza das áreas de vivência. As áreas próximas às aldeias Ricardo Franco e Urussari são propícias para esta espécie, vista a grande extensão de área desmatada e transformada em capim. Interessante notar que não há registro desta espécie em outras aldeias (menos desmatadas). Outro fator importante é que esta é uma espécie de importância médica, isto é, devido ser peçonhenta.

A espécie *Boa constrictor* foi encontrada por funcionários da SESAI em uma habitação indígena na aldeia Baia Rica, fotografada e depois solta em área preservada.

Na ordem Testudinata a mais abundante foi a espécie *Podocnemis expansa*. Foram ainda registrados exemplares de *Podocnemis unifilis*, *Chelonoidis denticulata*, *Chelonoidis carbonaria*, *Chelus fimbriatus*. Todos estes registros foram feitos nas casas e estes animais eram tratados como de estimação.

Na ordem Crocodylia o representante mais abundante foi *Caiman crocodilus* nas aldeias de Ricardo Franco e Urussari seguido por *Melanosuchus niger* na aldeia Baia das Onças, ambas as espécies foram avistadas nas margens dos Rios das comunidades.

Os lagartos também podem ser encontrados à noite, em repouso na vegetação, como no registro do *Iguana iguana*, o espécime *Ameiva ameiva*, calango verde, é uma espécie que mantém a temperatura do corpo regulada ficando exposto aos raios solares (heliotérmicos) foi registrado durante o

dia nas aldeias, nas áreas de roças e nas estradas. A espécie *Hemidactylus mabouia* foi encontrada nas paredes externas de casas no interior da aldeia de Ricardo Franco. O espécime *Polychrus marmoratus* foi registrado durante a reunião para apresentação das equipes de trabalho na aldeia Baia das Onças, esse espécime estava nas mãos de uma criança da aldeia.

Durante as atividades de validação dos dados obtidos no presente estudo, a comunidade informou que no final do ano de 2017 houve três acidentes ofídicos envolvendo a espécie *Bothrops atrox* na comunidade indígena de Baía das Onças.

A perda de ambiente e o aumento da temperatura com abertura de roças e uso descontrolado de fogo são fatores que pode estar prejudicando algumas espécies de anfíbios com a perda de poças temporárias utilizadas na reprodução alguns anuros estavam fora dos períodos reprodutivos através da perda de poças utilizadas para deposição de ovos e girinos por anfíbios (BERNARDE, 2007), esses fatores também afetam as relações interespecíficas como diminuição da disposição de alimentos e de ambientes para forrageio.

Esse momento de conversas com os indígenas também foi utilizado para capturar a informação do nome da espécie da língua materna, além da variação de nomes que são usadas de acordo com as características dos espécimes (tamanho, cores, etc.) para identificar e agrupar os répteis e os anfíbios. Pudemos notar que existem nomes gerais para designar estes animais, como por exemplo:

- Me Tõhü (nome das cobras), Txinî (pequenos sapos) são alguns nomes utilizados pelo povo Djeoromitxí.
- Existem ainda nomes para cada espécime de anfíbios e répteis, alguns nomes são baseados em aspectos gerais observados.

Algumas informações que surgiram durante as oficinas foi o uso de algumas espécies, como a tartaruga *Podocnemis expansa*, na alimentação do povo Djeoromitxí e também no uso medicinal pelo povo Kanoé. E as suas características culturais como o relato de Isac Jaboti.

“Antigamente não comia. Agora come,”
“nem homem nem mulher como quando tem criança pequena nem menor de dois (2) anos.”

No povo Kanoé, além do alimento, também tem utilidade medicinal conforme informou o José Augusto Kanoé.

“Banha usada para tirar rugas e faz sabão para lavar roupa.”

As sucuris e jiboias, para o povo Kanoé são chamadas de Oku Kutj, que significa cobra Grande em forma de Pilão.

Existem espécies que possuem histórias contadas de maneiras diferentes entre os povos e que estabelecem uma forte ligação da herpetofauna com a comunidade ligadas a lendas e mitos referentes a desgraças nas famílias, mau agouro ou morte. As cobras cegas Meotõ e Djeoromitxí, por exemplo,

são um sinal de morte na família quando aparecem próximas às casas como observado nos relatos do pesquisador indígena José Luiz Kanoé.

“Cobra de duas cabeças ela para os indígenas é um aviso que alguma coisa de mal vai acontecer com a família ou alguém conhecido da aldeia no momento que ela aparece, numa casa é um aviso que alguém dentro da família vai falecer ou ficar doente ou também diz que tá agourando as famílias se estiver uma turma reunida e aparecer esse bicho pode ser até uma festa já ficam tristes e alguns choram porque sabe que vai ficar doente ou até chega a morrer alguém da família ou amigo”.

A história abaixo, contada pelo pesquisador indígena Rodrigo Jabuti sobre a cobra de duas cabeças (*Amphisbaena alba*), faz parte da tradição do povo Djeoromitxí e foi contada por seu avô também, menciona o mal agouro ou morte.

“Meotõ é conhecido como cobra de duas cabeças ela pra nois é ela é bem dizer um aviso que alguma coisa mal vai acontecer aquelas família né então no momento que ela aparece num, numa casa é um aviso que algum dentro das família vai vamos dizer assim assim vai falecer né então ou também ta né como diz ta agourando as família que vai ficar doente chega até a morte né então quando ele chega nesse momento ne ai a gente ne tenta evita ne esse tipos de conflito, ela também paga também essas ruim que ela ta trazendo ne traz essas coisas a gente faz uma flecha flechinha assim com uma ponta daquela palmeira como é que chama chama tucumã ai faz faz aquela flecha ali e pra flecha ela quando ela aparece a gente flecha ela e deixa ela ir embora.

Então ela tem um como diz o meu finado vô ela la onde ela vai é tipo uma aldeia é uma aldeia pra elas la ta os parente delas tudim la então quando ela chega la ela chega chorando ne por que ela vai ser condenado ne por que ela não andou bem ela andou fora da regra delas la então la ne o cacique da aldeia delas ne que ela não é bem dizer assim uma cobra qualquer então ela se transforma em cobra pra se oferecer ne se apresentar na nossa vista mais la mesmo ela se transforma que ela é um tipo um pessoa só que ela chama ela tipo um bicho um demônio ne bem dizer um demônio ne ai la ela não andou bem pela regra deles la ai eles pegam ela quando chega na casa pegam ela e matam ela.”

No tocante ao uso e as relações medicinais presentes na cultura Djeoromitxí podemos observar os relatos do pesquisador indígena Isac Jaboti que fazem referência a cangapara *Phrynops geoffroanus*.

“A cangapara do Guaporé serve para o pajé toma rampe, quando o espírito mau quere entra na aldeia. Para protege a maloca. Quando tem pessoas doente na maloca a carne da cangapara serve para o parente comer, mais quando o pajé reza, todos os animais

quando passa pela reza do pajé é um alimento seguro para crianças e adultos, não dá nenhum problema para saúde”.

Das informações capturadas por Isac Jaboti e Saturnino Jabuti na aldeia Baia das onças, foi relatado que a comunidade não conta com o apoio da igreja e nem de médicos, portanto, devido à pouca intervenção, alguns hábitos tradicionais ainda são mantidos e ainda se ouvem relatos de histórias contadas pelos pais e avós, uso de plantas medicinais e até mesmo pajelança que, segundo os informantes, há pouco tempo atrás eles ainda tinham pajé na comunidade.

Quando questionados sobre os fatos históricos e crenças passadas dos pais para os filhos, surgiram alguns indícios de que a histórias ainda se mantem viva na comunidade da Baia das onças, como conta Isac Jaboti: “Se você tem filho novo não pode matar cobra por que a alma da cobra pode fazer mal ao menino.”

Outro relato importante foi o de Rodrigo Jabuti e José Luiz Kanoé. Eles citaram uma cobra de duas cabeças, que o povo Jabuti chama de Meotô - possivelmente *Amphisbaena alba* - a qual é conhecida como um animal que traz mal agouro. Essa espécie não foi registrada através dos métodos de busca utilizados na pesquisa, porém, conta como um dado importante para a pesquisa étnica do levantamento de herpetofauna.

Rodrigo Jabuti informou que essas histórias fazem parte da tradição do povo Djeoromitxí e que foram repassadas para ele através do seu avô, Alonso Jabuti, Erowe (nome indígena). Segundo o pesquisador indígena, seu avô contava várias histórias da comunidade que relatavam a relação desses indígenas com a herpetofauna. Histórias como essa nos mostram a relação da comunidade com a herpetofauna e que a essência cultural ainda permite que o conhecimento tradicional seja repassado a atual geração. Outro fator histórico da relação do povo Djeoromitxí com a herpetofauna pode ser observado na história abaixo, passada dos mais antigos para os mais novos, que é contada no presente estudo pelo pesquisador indígena Rodrigo Jabuti mencionando a história da Jiboia com seu povo.

“É o seguinte o arco íris todo mundo conhece o arco íris ne? Mais ela veio nós conhecemos na nossa história ne é o seguinte eram duas irmãs duas parceiras na maloca n ai elas eram solteiras e elas andavam procurando certo tipo de cobra ne pra criar ai um certo dia elas tinham um garape assim perto da maloca ai elas encontraram um certo tipo de cobra ai uma delas criaram a cobra ai crio amanso bem e a cobra começo a pintar ela assim os braços toda pintada bem bonito mesmo uma beleza a menina toda pintada ai as pessoas da aldeia olhavam ela toda pintada bem bonita mesmo e perguntavam ficavam curioso ne mais só as duas irmãs as duas parceiras que sabiam ne do segredo mais só que a dona da cobra a que criou ne era como se dizer era virgem nunca tinha tido nenhum contão com homem ne ai a menina saiu pra roça e disse não mexe com a minha criação não, não mexe com meu bebe não ai ela foi e falou esta bom não vou

mexer deixa quieto criava ela dentro de uma cumbuca e ela saiu pra roça pra tirar lenha ai quando ela saiu pra roça ai ela a parceira dela ne foi lá mexer com a cobra que era da outra menina da parceira dela ai flou pra cobra ne poxa tu pinta a tua dona lá bonita e porque você não quer me pintar? Não posso pintar você porque você ainda não é mais virgem ne você já teve contato com homem já e não vai dar certo e ela não você tem que me pintar eu que te ajudei ela te achar também você tem que pintar também tão bonito você e a cobra só pintava bem dizer o dono dela só com a língua aonde ela passava a língua saia as tinta tudinho no corpo dela no geral ne ficava bem bonito ai a outra parceira começou assim centivar ela ne pra poder e a cobra não queria ne ai como de tanto adulação ne que a parceira queria ne e aia cobra resolveu pintar essa menina e foi pintando essa menina dos pés à cabeça ai quando a língua da cobra chegou na virilha dela a língua da cobra foi tipo uma navaia entrou dentro do estomago dela da menina ai entrou e a menina morreu e quando a dona tava na roça deu tipo esse chuveisco ai ela já sabia que tinha acontecido algo com a criação dela pesou alguma coisa tão mexendo com a minha criação ai ele rapidinho ajeitou a lenha e foi embora quando veio viu a parceira dela morta e ela estava escondida. Ela falou oque que você fez? Com a cobra ne ela já estava assim transformada como bem dizer um bebe um ser humano ne ai ela falou não fiz nada ela que me adulou demais pra mim pintar ela eu sabia que não ia dá certo e ela me adulou e eu fiz isso e aconteceu isso ai mais eu vou embora ela falou eu vou embora to com vergonha eu fiz esse tipo de coisa e eu vou embora ai ela falou não você não vai embora vai me deixar sozinha aqui falou não vou embora ai a dona falou então ta bom como você vai embora eu vou junto com você também daí resolveram ir embora pegou a rede dela ne botou e falou pra mãe dela eu vou embora aqui quando dá uns três dia vai cair uma chuva ai a senhora vai olhar pro céu a senhora vai olhar pro céu e vai me ver ai ta bom a senhora vai me ver lá cortando o céu então ta bom quando deu esse dia mesmo a mãe e toda aldeia olharam pro céu e viram ai formou como que falam o arco-íris ne isso a jiboia ne como que fala a jiboia do arco-íris bem dizer como que fala pra nois é a jiboia do arco-íris ai pois é ela foi lá ne ai o filho sempre tem o mais fraco e o mais forte ne e a mãe e o filho que era a cobra mesmo ela ficou fraca porque ficou envergonhada por que matou a parceira da mãe dele ai essa é a história do arco-íris”.

No decorrer das conversas o pesquisador indígena era questionado se o fator relatado por ele era realmente um fator de relação da herpetofauna com a cultura do seu povo, e segundo o pesquisador indígena Rodrigo Jabuti, essa é a história de como surgiu o arco-íris na cultura Jabuti.

“A cobra arco-íris que ela saiu aqui da terra e foi pro céu e a cobra mais grande que tem ne. Daí a gente vê hoje em dia quando o arco-íris está bem perto assim quando está aquele raio com sol tem um arco-íris la ne aí nois fala que a cobra ta bebendo agua em tal canto”.

Observadas as informações históricas contadas pelo pesquisador indígena da jiboia afirmando a forte ligação do seu povo com a cultura e os contos passados dos mais velhos para os mais novos.

“É o arco-íris que ela desce aí a jiboia desce do arco-íris para toma agua a gente vê benzinho aquele reflexo lá aí a gente fala que é perigoso chegar meio perto dela lá que ela ta lá se alimentando ou tomando agua fazendo alguma coisa essa é a história do arco-íris ne uma jiboia aqui da nossa terra que foi pro céu”.

Durante as conversas os pesquisadores indígenas foram informando sobre os costumes da comunidade e como era a relação com a herpetofauna quando ainda existia um pajé na aldeia, como pode ser observado nos relatos do pesquisador indígena Saturnino Jabuti.

“Quando tinha pajé a gente matava a cobra (jararaca) e pendurava no pescoço da gente aí o bicho ficava mexendo agora você nunca mais vai encontrar cobra aí ela rezava tudim falava assim nunca mais tu vai encontrar cobra aí pronto aí eu andava aí com essas meninas aí ei saturnino tem cobra? Tem não rapaz onde eu ando não tem cobra não tem não porque eu foi já abenzido já pelo contra cobra”.

Existem ainda outros usos nas comunidades relacionados à herpetofauna, como os relatos de usos de pinturas corporais semelhantes às cores encontradas em algumas serpentes, como é o caso relatado na aldeia Baia das Onças, com a pintura corporal da Jiboia, que segundo as tradições da comunidade serve para atrair namorado (a), conforme relatos de Isac Jabuti e Erenildo Jabuti. “A pintura da jiboia serve para atrai algumas meninas ou rapazes de 14, 15, 18 e meninas de 14, 15 pra cima pode usar esse tipo de pintura”.

Algumas espécies são muito apreciadas na alimentação das comunidades, como é o caso dos jacarés e das tartarugas, que são capturados e abatidos para uso na alimentação. A captura das tartarugas é realizada por meio de pesca com malhadeira (malhão), que na língua materna do povo Djeoromitxí é chamado de Tetã meno waã, confeccionado pelos próprios indígenas, que é utilizado durante época das chuvas quando o rio está cheio, e o camorim, uma armadilha feito com anzol pequeno e barbante de corda que é amarrado a tambores usados como boias, usando massa de macaxeira ou pedaços de peixe como isca. Essas armadilhas são soltas nos rios e quando as tartarugas vão se alimentar ficam presas e são capturadas e colocadas em depósitos na aldeia até o abate. E a captura do jacaré é feita com caça de arma de fogo, algumas vezes durante as pescarias tradicionais (Arco e Flecha) eles também caçam jacarés, existindo inclusive o relato do cacique da aldeia Baia das Onças um acidente de uma mordida causado por jacaré tinga.

Quanto às serpentes, foi afirmado pela maioria dos informantes que estes são animais que transmitem muito medo e alguns relatos de acidentes foram capturados, como o do cacique da aldeia Ricardo Franco, José Augusto Kanoé. Quando estava no mato retirando coco, foi mordido por

uma cobra que ele chamou de papagaia, provavelmente a *Bothrops bilineata*, e que para conter a ação do veneno tomou gasolina e seguiu para a aldeia dirigindo o trator até chegar ao hospital. Após a constatação das informações e características da serpente informadas pelo cacique, possivelmente se trata de uma cobra da família das jiboias no caso do acidente pode ser a *Corallus batesii*, que é facilmente confundida com a jararaca acima citada. Tais informações mostram a necessidade de ações que apresentem e ajudem a comunidade a identificar melhor as cobras da região. Uma ação poderia ser cursos de capacitação rápida para identificar quais são as cobras de importância médica que existem próximas da comunidade. Existem ainda outros acidentes com serpentes na comunidade. Um deles envolve as cascavéis em acidente recente com uma criança da aldeia Urussari. Esses são alguns fatores que aumentam o medo da comunidade de sofrer acidentes com as serpentes.

As relações das comunidades não se estendem exclusivamente às serpentes. Existe ainda o uso de outros representantes de interesse da herpetofauna que são de uso tradicional nas comunidades, como os da ordem Chelonía e os jacarés que são utilizados na alimentação.

Também se verifica nas comunidades indígenas o uso medicinal de banha de jacaré para combater asma e Tuberculose e o uso da banha de jiboia para combater o reumatismo.

Vale ressaltar a dificuldade em encontrar pessoas que falem e escrevam nas línguas maternas de povos ocorrentes na Terra indígena Rio Guaporé e que podem não estar presentes na tabela. Como exemplo, podemos citar a espécie *Leptodactylus pentadactylus*, que é chamado de Toroim em Oro Nao, *Boa Constrictor*, que é chamado de Txipeembiro em Wajuru, e de Walekuin em Tupari, *Chelus fimbriatus*, chamado de Mboga em Wajuru, e do *Camiman crocodilus*, chamado de Txaito em Wajuru. Esses últimos nomes foram informados durante a apresentação e validação do trabalho pelas comunidades indígenas.

Recomendações

Para a realização desta pesquisa, devemos levar em consideração o curto tempo de amostragem e a logística do trabalho, que não permitiram o uso de metodologias como armadilhas de interceptação e queda, fatores esses que poderiam melhorar significativamente os resultados obtidos. Contudo, é de suma importância a realização de estudos, mesmo que rápidos, em áreas com sinais de exploração e degradação provenientes da ação humana e comparar com outras áreas que não estejam degradadas para observar a variação dos registros de espécies e observar que sofrem mais com as ações de antropização.

Os indígenas são grandes aliados no combate ao desmatamento e outras atividades ilegais, mas são vários os relatos do crescente envolvimento deles na venda ilegal de madeira, onde as comunidades indígenas são procuradas por empresários do ramo madeireiro e em alguns casos acabam sucumbindo ao dinheiro oferecido. Com essas ações ilegais, acabam perdendo parte significativa do seu bioma, e com a intervenção cada

vez maior dos não indígenas, as comunidades estão perdendo também parte importante da sua cultura.

Durante as oficinas de validação das pesquisas de campo e elaboração do PGTA (Plano de Gestão Territorial Ambiental) foram discutidas ações que visem ao monitoramento da herpetofauna, com metodologias simples que facilitem essa ação, desenvolvida pela própria comunidade indígena, de modo que as comunidades não percam a ligação histórica e nem a escrita tradicional, o que facilita a gestão territorial da comunidade. Destacamos ainda que foi discutida a importância da prática de atividades mais sustentáveis, que possam melhorar a renda e a qualidade de vida nas comunidades.

Ponderando todas essas discussões, as observações de campo e os resultados do levantamento aqui exposto, podemos sugerir como ações para o Plano de gestão do território:

- O ecoturismo - que é o turismo sustentável que incentiva a conservação da natureza;
- O manejo de espécies - visando sempre à proteção e preservação das espécies, uma vez que a comuni-

dade informou a diminuição da ocorrência de algumas espécies que são usados na alimentação das comunidades, como é o caso da tartaruga, que segundo a comunidade, está cada vez mais difícil de encontrar;

- O monitoramento da biodiversidade, em que a comunidade faz o monitoramento da fauna e seu manejo, definindo quais espécies podem ser usados na alimentação, a quantidade a ser usada e em qual período usar na alimentação, respeitando período reprodutivo das espécies;
- Recuperação de áreas degradadas, que com a utilização da agricultura sintrópica evita a necessidade de grandes áreas de derrubada e também controlando o uso do fogo, diminuindo assim os danos causados ao meio ambiente.

Por fim, é válido destacar a importância de estudos com maior tempo de execução para poder compreender melhor a relação da comunidade com a herpetofauna, seus mecanismos de classificação e identificação dos espécimes, além dos fatores históricos ligados às comunidades e como que são repassados para os mais jovens.



Filhote de jacaré. Foto: Israel Correa do Vale Junior



H. Raniceps. Foto: Israel Correa do Vale Junior



Iguana. Foto: Israel Correa do Vale Junior



*Lagarta que se camufla de cobra quando se sente ameaçada ou é perturbada por alguém.
Pertence à espécie de mariposas Hemeroplanes sp.
Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2014/06/140603_galeria_lagarta_cobra_ms
- acesso em 05/07/2019
Foto: Sergio P. Cruz*



*Criança com Macaco Prego.
Aldeia Ricardo Franco.
Foto: Sergio P. Cruz*





Rio Guaporé
Foto: Ederson Lauri Leandro



Foto: Ederson Lauri Leandro



Foto: Ederson Lauri Leandro



Foto: Ederson Lauri Leandro



Jovem com Macaco Prego. 53
Foto: Israel Correa do Vale Junior



Chelonoidis carbonaria
Foto: Israel Correa do Vale Junior



Chelonoidis denticulata.
Foto: Israel Correa do Vale Junior



Cascavel (*Crotallus*)
Foto: Sergio P. Cruz



Jibóia (Boa Constrictor)
Foto: Sergio P. Cruz



Tamanduá Mirim.
Foto: Alexsander Santa Rosa Gomes



Curica.
Foto: Israel Correa do Vale Junior



54 *Macaco Aranha.*
Foto: Israel Correa do Vale Junior



Cutias.
Foto obtida com armadilha fotográfica.



Grupo de Queixadas.
Foto obtida com armadilha fotográfica.



Equipe de ictiofauna aplicando questionário com pescadores.
Foto: Acervo Kanindé



Equipe de pesquisa da mastofauna.
Foto: Alexander Santa Rosa Gomes



Oficina de etnozoneamento.
Foto: Israel Correa do Vale Junior



Equipe do diagnóstico em deslocamento para aldeias.
Foto: Acervo Kanindé



Equipe de pesquisa da mastofauna.
Instalação de armadilha fotográfica.
Foto: Alexander Santa Rosa Gomes



Casas típicas na Aldeia Ricardo Franco
Foto: Sergio P. Cruz



Aldeia Ricardo Franco
Foto: Sergio P. Cruz



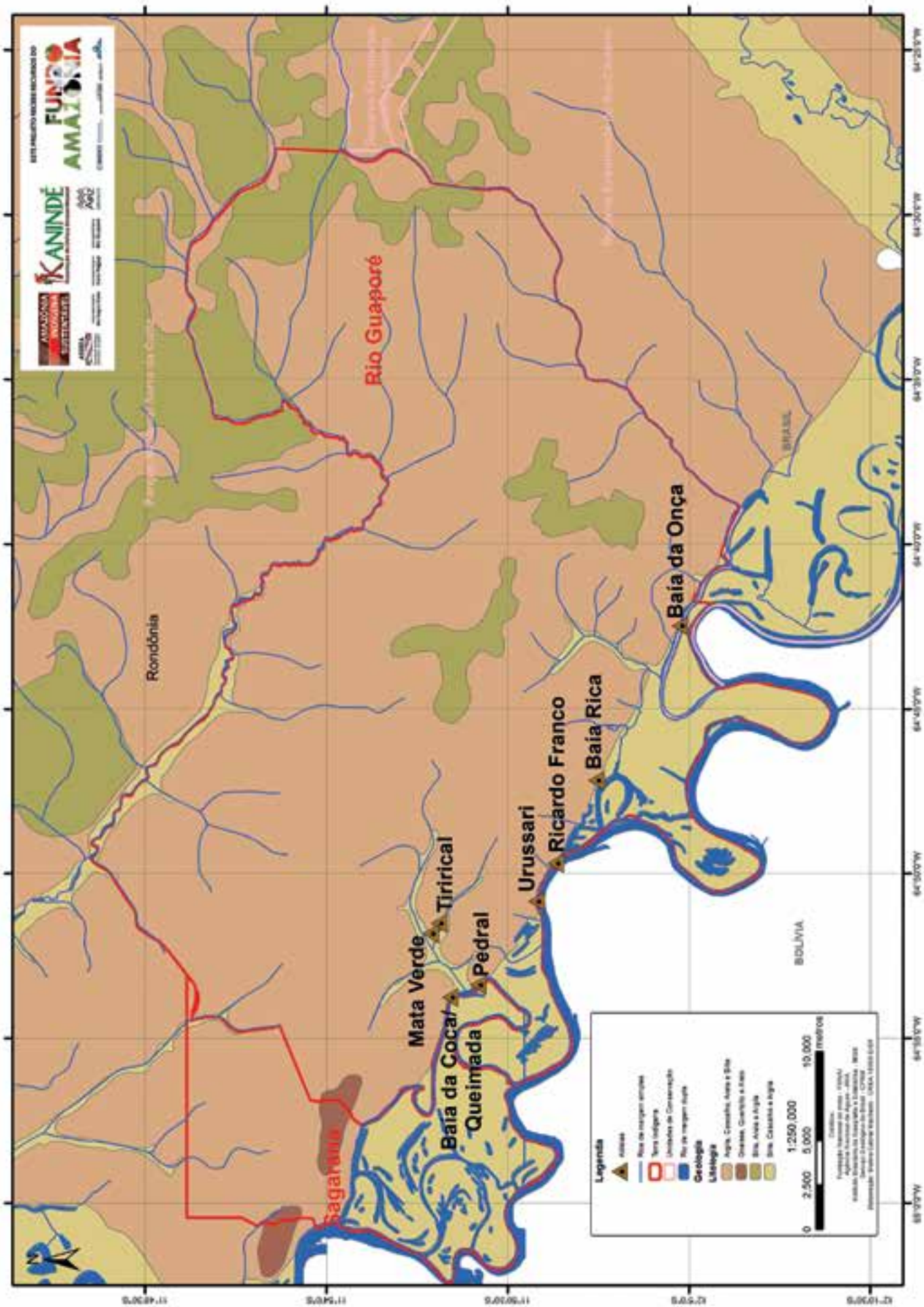
Foto: Israel Correa do Vale Junior



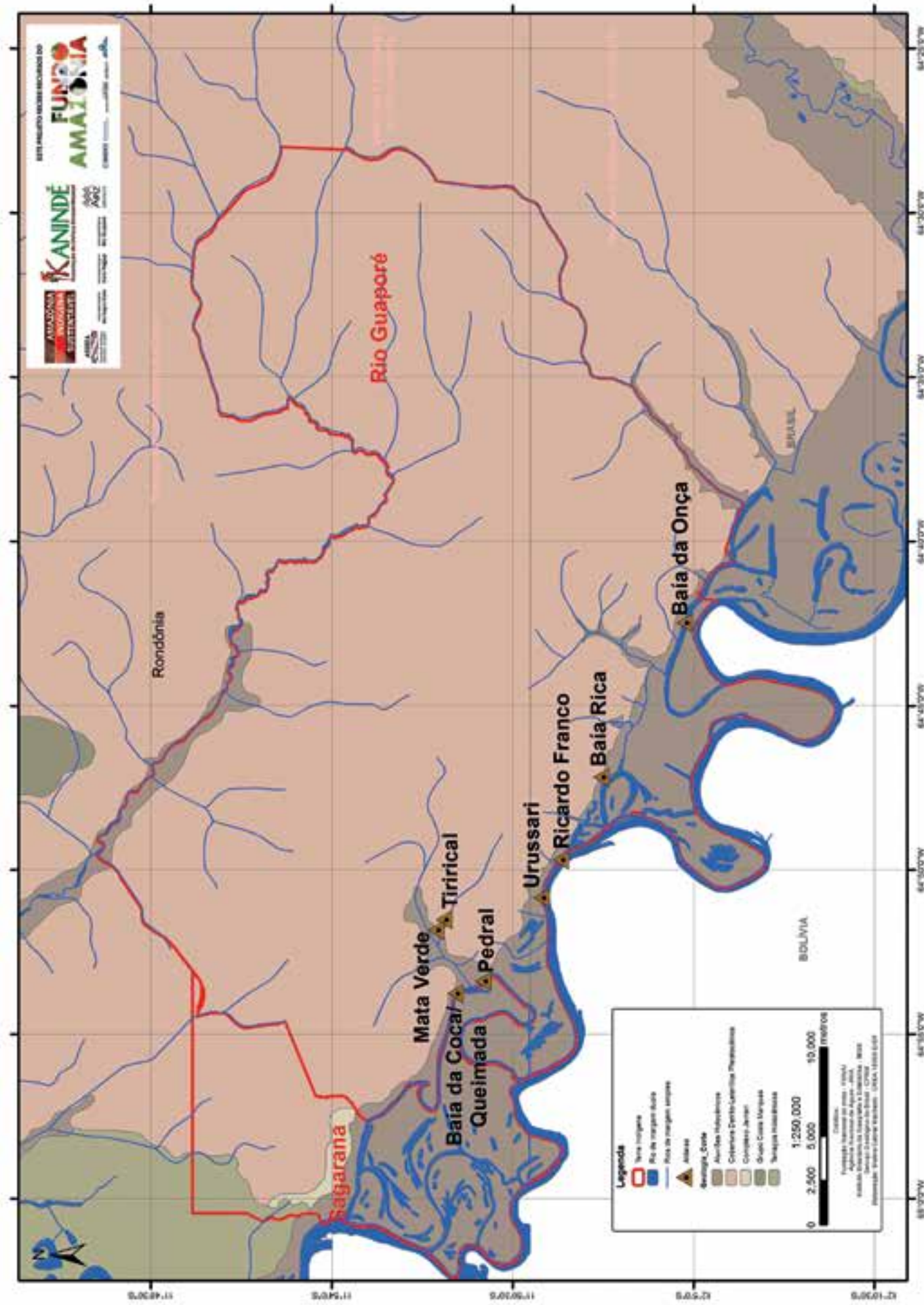
Construindo um pilão para fazer a Chicha.
Foto: Sergio P. Cruz



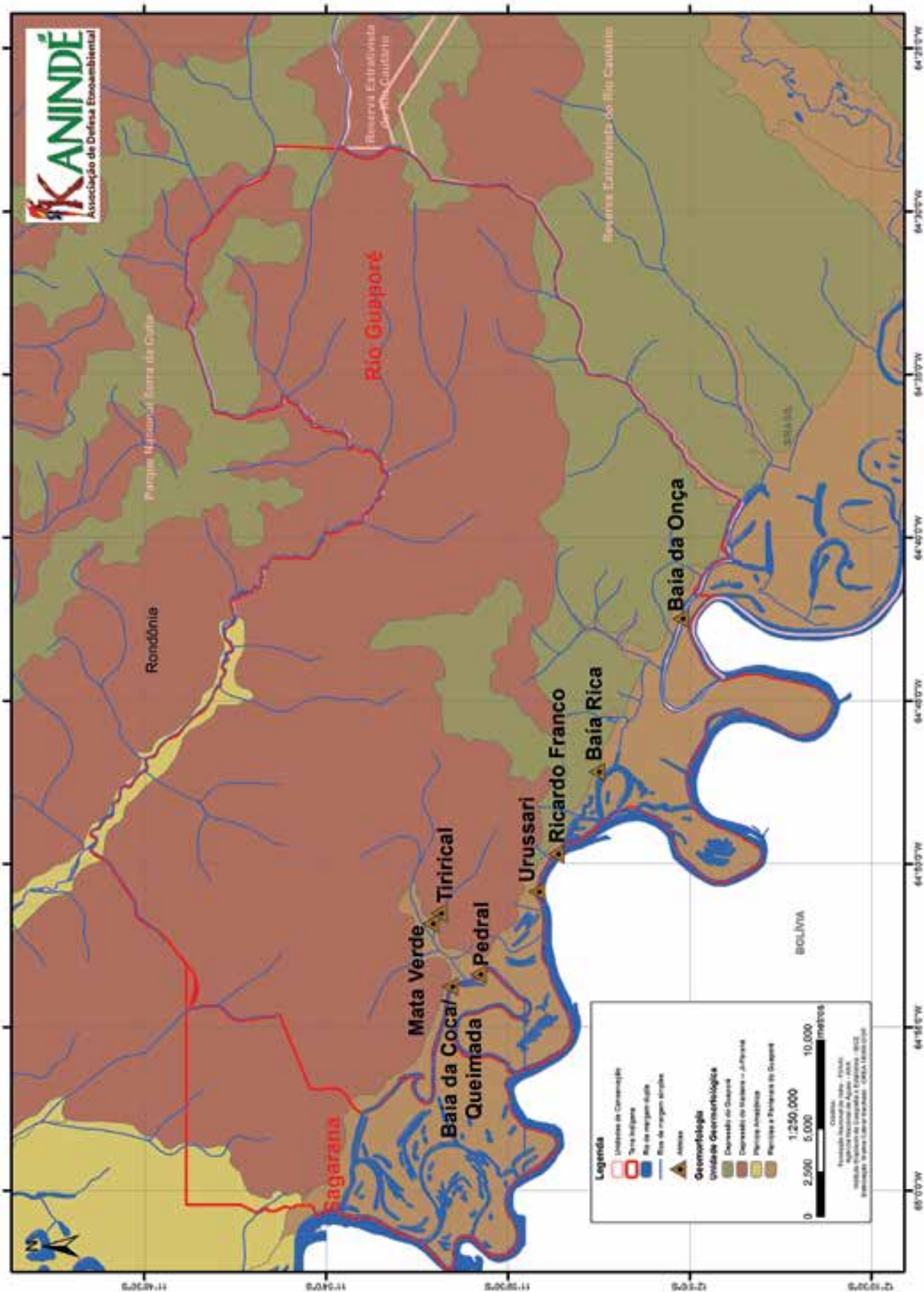
Limpando o peixe Pirarucu.
Foto: Israel Correa do Vale Junior



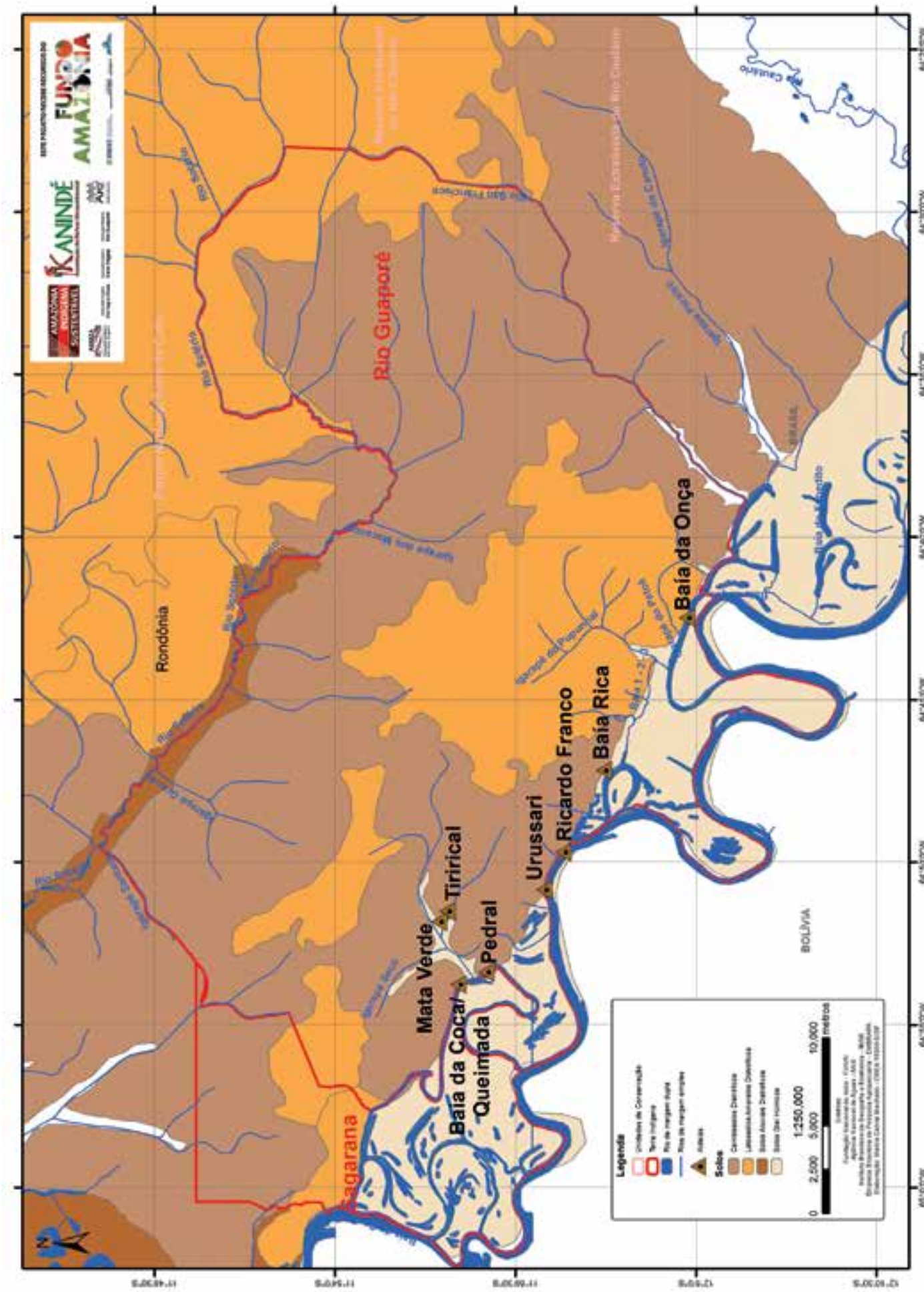
Mapa de Litologia. Fonte: Kanindé, 2017



Mapa das unidades geológicas. Fonte: Kanindé, 2017

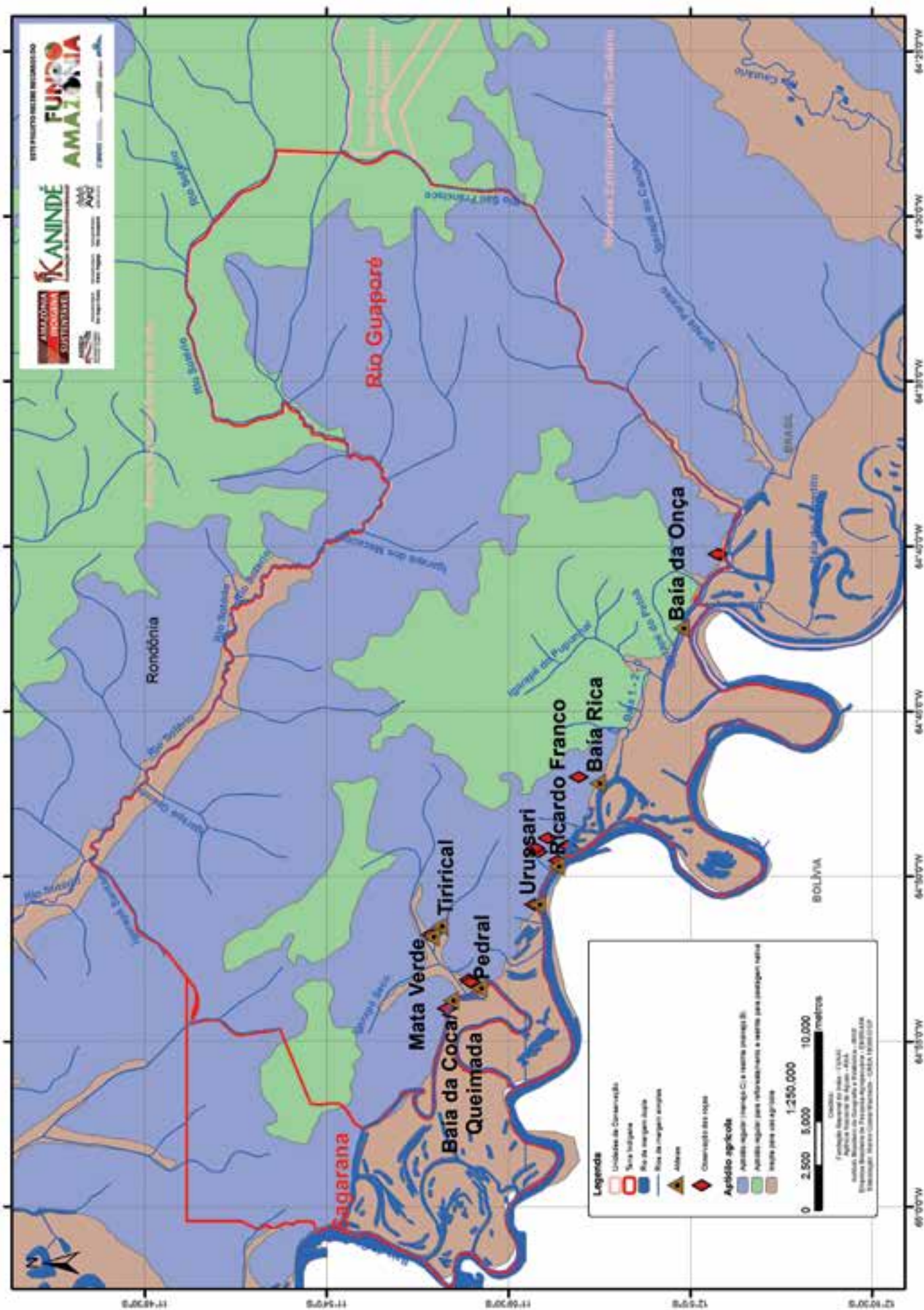


Mapa das unidades geomorfológicas da TI Rio Guaporé. Fonte: Kanindé 2017



Mapa de solos. Fonte: Kanindé, 2017

A FLORESTA QUE NOS PROTEGE



Mapa de aptidão agrícola. Fonte: Kanindé, 2017



Foto: Israel Correa do Vale Junior

INTRODUÇÃO

As terras Indígenas abrigam uma imensurável biodiversidade, um banco genético com grande parte desconhecido pela ciência e os recursos naturais de grande importância econômica como os minérios, potencial hidrelétrico e recursos florestais muito cobijados. Tão importante quanto os recursos citados estão os povos indígenas, detentores de conhecimentos tradicionais e a grande maioria, protetores de seus territórios.

Quase todas as terras indígenas do território nacional são compostas de ecossistemas relativamente conservados e abrigam expressiva biodiversidade, especialmente floresta amazônica e cerrado (ABI-EÇAB, 2011). No entanto, essa conservação é ameaçada diariamente por madeireiros, garimpeiros ilegais, grileiros, pelo descaso do governo federal e pela PEC 215 que transfere ao Legislativo a atribuição de decidir sobre a demarcação de Terras Indígenas, um retrocesso aos direitos conquistados.

O conhecimento da fitossociologia da floresta é uma ferramenta importante para auxiliar os planos de uso. Nesse sentido, o presente relatório apresenta a composição florística e fitossociológica, que visa servir de subsídio para o plano de gestão da Terra Indígena Rio Guaporé.

METODOLOGIA

Para o inventário da vegetação da Terra Indígena Rio Guaporé, foi utilizado o processo de amostragem em forma de conglomerado (unidades primárias) com distribuição aleatória, em forma de subparcelas amostrais (unidades secundárias) com as dimensões de 20 x 125 m dispostas de forma sistemática em 04 subparcelas, formando uma cruz que representa o conglomerado conforme proposto por Brena (1996), ao Inventário Florestal Nacional do Brasil (IFN) à floresta tropical em regiões de fácil acesso, e por fim foram lançadas parcelas amostrais (unidades terciárias) com as dimensões de 10 x 10 m, dentro de cada uma das unidades secundárias.

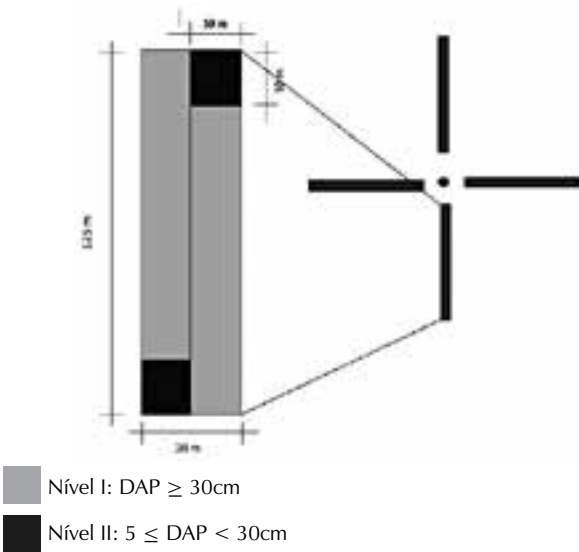


Figura - Desenho do conglomerado. Fonte: BRENA, 1996 adaptado pelo autor em 2017.

Foram lançados ao todo 04 conglomerados (unidades primárias) cada qual com 04 subparcelas (unidades secundárias), cujas dimensões são de 20 x 125 metros (0,25 hectares) totalizando um número de 16 subparcelas amostrais secundárias, que juntas cobrem 4 hectares de área amostrada e mais 32 subparcelas amostrais terciárias cuja área total amostrada é de 0,16 hectares.

A nomenclatura adotada para as famílias foi a do sistema de classificação de angiospermas do Angiosperm Phylogeny Group II (APG II 2003), adaptado por Souza & Lorenzi, 2005 para a flora brasileira. A tabulação e o processamento dos dados foram realizados por meio do Software Mata Nativa 4.

Os nomes populares das espécies levantadas foram descritos conforme o conhecimento regional do paratânico e dos pesquisadores indígenas que auxiliaram nos trabalhos de campo identificando e mensurando as árvores. Os nomes populares obtidos foram checados com banco de dados do Rondônia (2000), que contém a lista com nomes populares e científicos da maioria das espécies botânicas encontradas no Estado de Rondônia e no Plano de Manejo da Resex Estadual Rio Cautário (que teve como base de análise identificação anatômica pelo o IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas).

A tabulação e o processamento dos dados foram realizados por meio do Software Mata Nativa 4.

Para complementar os levantamentos da vegetação foram realizadas duas oficinas com objetivo de identificar de forma participativa de acordo com cada etnia e utilizando mapas mentais, os usos dos produtos florestais madeireiros e não-madeireiros pela comunidade indígena.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram inventariados 340 indivíduos distribuídos em 36 famílias e 73 espécies botânicas, cujo resultado aproxima-se ao encontrado por Silva e Bentes-Gama, (2008) para a composição florística arbórea da tipologia floresta ombrófila aberta em Jaci Paraná-Rondônia.

As famílias com maior número de indivíduos foram Lauraceae com 82 (24,12%), Arecaceae com 36 (10,59%), Vochysiaceae com 29 (8,53%), Moraceae com 16 (4,71%) e Fabaceae, também com 16 (4,71%), que somam 52,66% do total de indivíduos levantados, representadas no (gráfico 1).

As espécies madeireira como o cambará rosa (*Qualea paraensis Ducke*), sucupira amarela (*Diploptropis purpúrea*), macucu vermelho (*Licania laxiflora*), envira piraquina (*Annona tenoipes R.E. Freis*), piquiarana (*Caryocar glabrum (Aubl.) Pers*) e abiorana vermelha (*Chrysophyllum prieurii*), como as espécies não madeireiras culturalmente utilizadas como o inajá (*Maximiliana maripa*) e o pataúá (*Oenocarpus bataua Mart.*) apresentaram maiores valores de importância no estudo.

A castanheira (*Bertholletia excelsa H.B.K.*) também possui

grande importância econômica através do extrativismo, pois o corte é proibido por lei federal.

Nos trabalhos realizados em campo foi possível constatar que nas áreas de floresta na região de Ricardo Franco houveram intensas atividades relacionadas a extração de madeira no passado. Os indígenas relatam que uma enorme quantidade de madeira Itaúba (*Mezilaurus itauba* (Meissn.) Taub.) foi retirada da terra indígena para a construção de dormentes para os trilhos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que foi construída entre 1907 e 1912 ligando Porto Velho a Guajará-mirim em Rondônia.

Durante os trabalhos foram fotografados alguns tocos de itaúba (figuras 3), que de acordo com os pesquisadores indígenas, foram árvores abatidas há mais de oitenta anos. Ainda nesta aldeia foram detectadas extensas áreas desmatadas e abandonadas, algumas se configurando como capoeiras e outras com grande infestação de capim braquiária, *Brachiaria decumbens Stap fcv*, uma espécie exótica oriunda de Uganda na África. Esse capim impede que a sucessão ocorra, por serem touceiras adensadas, formando um manto praticamente impenetrável à germinação e crescimento de espécies pioneiras. Este capim foi utilizado por muitos anos como pastagem para criação de gado e hoje, sem essa atividade ativa, se alastra em direção as áreas de florestas mediante a queima descontrolada dessa invasora no período seco. Nessas áreas foram constatadas algumas espécies oriundas de campinarana, como a Lixeira (*Curatella americana L*) que possivelmente combinado as condições do solo e sucessivas queimadas, essas espécies se instalaram no local por dispersão de sementes, pois de acordo com relatos da comunidade, a área vizinha (Bolívia) após o rio Guaporé, existe um extenso “cerrado”.

Conforme relatos dos mais antigos na comunidade, oitenta anos atrás toda área da região de Ricardo Franco exibia “mata alta” e muita itaúba, e com o desmatamento formaram-se áreas com espécies de campinaranas/cerrado.

De acordo com Chazdon (2016), o abandono de áreas após o uso intensivo do solo pode causar a dominância de certas formações vegetais que retardam a sucessão, dificultando a recuperação da estrutura se não houver uma intervenção objetiva de recuperação.

As áreas com capoeiras ou vegetação arbustiva jovem sofrem com incêndios na estação seca, o que prejudica a regeneração de espécies lenhosas e favorecem a dominância persistente de uma única espécie capaz de eliminar a competitividade das espécies pioneiras nativas. Esse ciclo vicioso entre condições ambientais, incêndios frequentes e vegetação invasora impede a dinâmica sucessional da vegetação.

Com essas áreas improdutivas e tomadas por vegetação invasoras, as roças estão cada vez mais distantes das aldeias.

Durante caminhada até a “Cantina boliviana”, uma área que, conforme relatos dos indígenas era uma espécie de vila ou acampamento na época da exploração da itaúba para a construção de dormentes para os trilhos da estrada de ferro, foi possível observar ocorrências de formas pontuais de uma vegetação mais baixa e solo bastante arenoso, possivelmente

uma transição Savana para floresta, também detectado por Rondônia, 2000 na região de estudo, descrevendo como Savana florestada (cerradão), onde comumente ocorrem as espécies dos gêneros Bowdichia, Coccoloba, Andira, Byrsonima.

Coleta de produtos da floresta

Culturalmente, os povos da T.I. Rio Guaporé extraem de suas florestas uma variedade de frutos, palmitos, sementes, palhas, fibras, óleos e madeiras para suas atividades culturais e econômicas e subsistência.

A maioria desses produtos é utilizada por eles na própria comunidade e famílias e não é comercializada.

O único produto que comercializam fora das aldeias é a Castanha do Brasil e raramente alguns artesanatos.

De acordo com a comunidade, existem pelo menos sete castanhais em seu território: castanzalzinho, castanzhal da cobra, castanzhal do Distrito de Surpresa, castanzhal Ceará, castanzhal São Francisco, castanzhal Raimundo Jaboti e castanzhal do Rio Negro, sendo este último o maior, muito distante e de difícil acesso.

Levantamento etnobotânico e Oficina participativa

Para complementar os levantamentos da vegetação da região, foram realizadas duas oficinas com objetivo de identificar, de forma participativa, os usos dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros pela comunidade, mapa mental da localização desses produtos e denominações de acordo com cada etnia.

Com a elaboração dos mapas mentais, foi possível observar o grande conhecimento que os indígenas possuem sobre suas terras, desenhando a estruturas das aldeias, vegetação, rios, locais de caça, pesca e roças. Três locais de castanzhal foram destacados por eles onde coletam a castanha, sendo que um, o “castanzhal grande” como eles denominam, fica muito longe da aldeia cerca de 20 km, próximo aos rios Negro e Sotério.

Espécies de interesse econômico e cultural

Nos povos da Terra Indígena Rio Guaporé, em relação à espécie de interesse econômico e extrativismo tradicional, destaca-se a castanheira (*Bertholletia excelsa*).

Outras 28 espécies de interesse econômico, cultural e medicinal foram registradas durante os estudos como o *Oenocarpus bataua Mart.* (pataúá), *Maximiliana maripa* (inajá), *Attalea excelsa Mart.* (aricuri ou urucuri), *Columbrina acreana* (mutamba/pau-de-pegué), *Genipaamericana* (jenipapo), *Astrocaryum murumuru Mart.* (murumuru), *Astrocaryum aculeatum G. F. W.* (tucumã), *Bactris gasipaes kunth.* (pupunha) e a *Curatella americana* (lixeira).

PLANTAS E SUA UTILIDADE NA TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ:

	Nome comum	Alimentação	Óleo	Medicinal	Pintura corporal	Artesanato	Madeira	Folhas
	Castanhoeira	Alimenta-se da amêndoa cozida e assada. A amêndoa também é utilizada para fazer doce, leite (usado para cozinhar no peixe, na carne e no mingau de arroz).	O óleo da amêndoa da castanha é utilizado para fritar banana, macaxeira, passar no cabelo e corpo como hidratação.	O leite da amêndoa cura a azia e alivia dor no estômago. A casca queimada é utilizada para espantar carapanã.	O óleo da casca da amêndoa é extraído para fazer pintura corporal.	Assa a castanha e retira o óleo utilizando-o para dar brilho no arco, colares, pulseiras, etc.		
1	Breu branco	-	-	-	A mistura da resina no urucum com óleo de pebaú e a resina no óleo da casca da amêndoa da castanha, é utilizado para proteção contra espíritos maus.	-		
2	Tucumã	Para alimentação, utiliza-se a polpa, o poltito e o gongo. Poltito para pescar.	O óleo é extraído e passado no cabelo para espantar espíritos e mau cheiro.	Frita-se ou assa o gongo e passa sobre impigios e pano branco. O óleo do gongo com mel é utilizado para curar bronquite.	-	Com o coco se produzem vários artesanatos como colares, brincos, pulseiras, anéis, etc. Envia para fazer murico, cordão do arco e linha para amarrar flecha.	-	
3	Petaúá	Alimenta-se do gongo e utiliza o fruto para fazer vinho.	O óleo é utilizado para passar no cabelo para espantar espíritos maus. Também é utilizado para amenizar quemaduras, alergias e dor de ouvido.	Chá da raiz para curar hepatite e malária.	-	Utiliza-se o caule para fazer agulha e leçar o algodão para a linha de fazer redes. Pintura para os artesanatos (queima o talo para pintar). O talo também é usado como pente.		
4	Pupunha	A polpa é utilizada na alimentação.	-	-	-	Utiliza-se o caule para fazer agulha e leçar o algodão para a linha de fazer redes. Também é utilizado para fazer porta de flechas, fazer arcos e espadas.	-	-
5	Jaracatã ou mamui	Alimenta-se do fruto assado e cria-se o gongo na madeira.	-	Sementes (assadas) servem para matar vermes.	-	Tradicionalmente utiliza-se o caule seco para guardar armas de guerra.		-
6	Pau-de-pequi	A lagarta que se cria nessa árvore é utilizada e muito apreciada para alimentação.	-	-	-	-	Lenta e construções	-
7								

	Nome comum	Alimentação	Óleo	Medicinal	Pintura corporal	Artesanato	Madeira	Folhas
8	Carapanã ou guaratã	-	-	O chá da casca e o berito são utilizados para curar hepatite e malária.	-	-	Lenta e cabo de machado.	-
9	Itaúba	-	-	-	-	-	Construção da Canoa, pilão para chicha, pilão para arroz, remo, bancos, preta, esteio de casa, tábuas, cocho para chicha.	-
10	Cedro	-	-	Chá da casca para curar diabetes e dores na coluna.	Protege o pé de coco contra pragas.	-	Móveis: guarda-roupas, mesas, cadeiras. Construção de canoas, remos e cochos.	-
11	Cerejeira	-	-	Chá da casca serve para curar coxalgas e para inflamações e dor de rins.	-	-	Construção da Canoa, pilão para chicha, remos, cocho para chicha.	-
12	Cinzeiro ou caciçedro	-	-	-	-	-	Tábuas, vigas, cabros e remos.	-
13	Aticuri	Alimenta-se do gongo e do coco. Tradicionalmente para fazer sal, queima-se o talo do aticuri, pega a cinza, molha com água e sai o sal líquido que deve ficar em repouso para sair a água (só o Aticuri amarelo).	-	Óleo do gongo frito com mel é remédio para gripe, pneumonia e bronquite. Rua pe do talo espreme o sumo para remédio picada de cobra.	-	Das folhas: esteiras para sentar, colo para armazenar produtos, abridor e transportar.	-	Palha (folhas) para cobrir a casa
14	Inajá	Alimenta-se do gongo criado na madeira	-	-	-	Artesanatos	-	Melhor palha para cobrir casa.
15	Lixeira	-	-	Chá da folha remédio para rinite.	-	Lixar colar, anel, pulseiras.	-	-
16	Sucupira	-	-	-	-	Semente para confecção de artesanatos.	Mão de pilão e móveis.	-
17	Pau d'arco, Ipe amarelo	-	-	-	-	-	Mão de pilão, esteio de casa.	-
18	Cumaru de ferro	-	Óleo para passar no cabelo (aromáticos)	-	-	-	Mão de pilão.	-
19	Poquiá	Utiliza-se o fruto e óleo	Passa no cabelo pra não cair	Esquento o óleo e utiliza-se para melhorar reumatismo e furúnculo.	-	-	-	-

	Nome comum	Alimentação	Óleo	Medicinal	Pintura corporal	Artesanato	Madeira	Folhas
20	Matamatá	-	-	-	-	-	Para construção e envira para amarrar caças.	-
21	Taxi vermelho	-	-	-	-	-	Para construção de casas	-
22	Quina quina	-	-	Banho da casca para malária e hepatite, podendo também usar o chá da casca para o mesmo fim.	-	-	Lenha	-
23	Jenipapo	Come o fruto; faz suco do fruto.	-	-	Chá da casca para dor de estômago e para diabetes	Pintura corporal	Lenha	-
24	Mão-de-jabutí	Come o fruto	-	-	-	-	-	-
25	Pama amarela	Come o fruto	-	-	-	-	-	-
26	Murici	Come o fruto	-	-	-	-	-	Lenha
27	Sororoca	-	-	-	-	-	-	Para assar páixes e caças.
28	Mumuru	Alimenta-se do gongo.	-	-	-	Colares, brincos, pulseiras, anéis;	-	-
29	Coité ou cuia	-	-	-	-	Recipiente para distribuir e tomar chicha e outras utilidades domésticas.	-	-

Espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção.

As espécies raras e ameaçadas de extinção são *Bowdichia nítida Spruce* (sucupira pele de sapo), *Bertholetia excelsa* (castanheira), *Mezilaurus itauba* (Meisn. Taub. ex Mez) (itaúba), *Apuleia leiocarpa* (Vogel) J.F. Macbr.(garapeira), *Amburana acreana* (Ducke) A.C.Sm. (cerejeira), de acordo com a Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, registradas durante os estudos. A seringueira, Hevea spp. protegida por lei federal e também proibida para corte, também foi registrada na Terra Indígena.

Produto florestal madeireiro e não madeireiro utilizado pela comunidade

• Pilão para chicha

Culturalmente os povos étnicos dessa terra indígena produzem a chicha (bebida fermentada feita de macaxeira, cará ou milho) que é servida nas chichadas durante festas, mutirões para trabalho ou em outras ocasiões especiais. A chicha é produzida em pilão de madeira utilizado para moer a macaxeira, cará ou o milho depois de cozidos e pressionados por uma “mão de pilão” também confeccionada de madeira, que pesa em média 30 a 40 kg. Ao final do proceso, a chicha é transferida a grandes cochos de madeira, onde é servida aos convidados utilizando a cuia ou coité. De acordo com os indígenas, as melhores madeiras para a confecção dos pilões é de guariúba amarela, Itaúba e da cerejeira, sendo que a última (cerejeira) raramente se encontra na terra indígena e de acordo com relatos dos mais antigos, é a madeira tradicional utilizada para a confecção do pilão. Os pilões são enterrados aproximadamente meio metro para que fiquem bem fixados ao chão e para a confecção da mão do pilão utiliza-se as madeiras mais pesadas, como o pau-d’arco e cumaru ferro, a pama, capitão, sucupira e a maçaranduba;

• Cuia ou coité

Recipiente ou “vasilha” muito utilizado para servir a chicha. A planta conhecida como “coité” *Crescentia cujete* L. pertence a família Bignoniaceae e tem altura média de cinco metros, com frutos ovais ou esféricos, bastante ramificada desde a base com galhos longos, separados e copa ampla;

• Prensa

Equipamento construído com madeira de itaúba e que é utilizado para separar o líquido da massa da macaxeira. É muito utilizado por todas as aldeias, pois está diretamente ligado ao processo de produção da chicha.

• Barcos, canoas e remos

Na aldeia Baia das Onças o construtor de barcos e canoas é o senhor Saturnino Jabuti. Segundo ele, as melhores madeiras para essas construções são: itaúba (*Mezilaurus itauba* (Meissn.) Taub.) e o cedro (*Cedrela sp.*), também utilizadas para confecção dos remos. Essas madeiras foram apontadas como as melhores para esses tipos de construções também na aldeia Ricardo Franco.

• Utilização de madeiras para lenha

A maioria das famílias da T.I. Rio Guaporé utilizam lenha para o preparo dos alimentos. A espécie madeireira mais utilizada é a mutamba (*Columbrina acreana*), conhecida pelos indígenas como “Pau-de-pegué.

• Enviras

A espécie *Eschweilera* sp., conhecida popularmente como matamatá, é uma árvore de grande porte cuja fibras resistentes são conhecidas pelos indígenas como “envira”. São retiradas do caule e utilizadas por eles para amarrar caças, caibros de casas, entre outras utilidades da comunidade.

• Confecção do Marico

O marico é uma “bolsa” confeccionada com a fibra do tucum e é utilizada para transportar frutas nativas, inhame, cará, milho, pequenas caças e outros diversos objetos. As artesãs relataram a escassez do tucum nas proximidades das aldeias, que segundo elas no passado era uma espécie bastante comum na região e atualmente não é encontrada. Elas acrescentam ainda que a razão do desaparecimento próximo às aldeias foi o constante uso do fogo. Por não encontrarem matéria-prima, as mulheres estão confeccionando com linha de seda ou de crochê compradas na cidade.

CONCLUSÃO

Considerando a diversidade de espécies na T.I., é viável pensar na implantação de um Plano de coleta de sementes de espécies florestais nativas, em especial da itaúba que aparece na lista de espécies ameaçadas de extinção, e que os estudos apontaram grande abundância da espécie na área. A Lei Federal nº 12.651/2012, em seus artigos 59 a 68, prevê a Implantação do Programa de Regularização Ambiental nos Estados e Rondônia já aderiu e em breve deverá aumentar demanda por sementes para recuperação dessas áreas no Estado.

Considerando o valor cultural e nutricional do tucum (*Astrocarym acaule*) e pupunha (*Bactris gasipaes kunth.*) e a pouca ocorrência das espécies na área, recomenda-se o enriquecimento de algumas áreas com referidas espécies, a fim de fortalecer as práticas culturais. A espécie *Astrocarym acaule* (tucum) é muito utilizada tradicionalmente para a confecção de artesanatos, em especial o marico.

Devido ao avanço do capim braquiária nas áreas de florestas e nas áreas degradadas próximas às aldeias, propõe-se recuperação dessas áreas com espécies nativas de interesse cultural e à segurança alimentar, bem como o manejo de produtos florestais não madeireiros aos povos que ali habitam

Nome comum	Nome científico	Família	Jaboti	Makurap	Wajuru	Canoé
Abiorana branca	<i>Micropholis</i> sp.	Sapotaceae	_	_	_	_
Abiorana vermelha	<i>Chrysophyllum prieurii</i>	Sapotaceae	_	_	_	_
Abiu	<i>Pouteria pachycarpa</i> Pires	Sapotaceae	_	_	_	_
Amapá	<i>Brosimun parinarioides</i> Ducke	Moraceae	_	_	_	_
Amarelão	<i>Euxylophora paraensis</i> Huber	Euphorbiaceae	_	_	_	_
Angelim amargoso	<i>Vatairea</i> sp.	Leguminosae	_	_	_	_
Angelim pedra	<i>Hymenolobium heterocrpum</i> Ducke	Leguminosae	_	_	_	_
Angelim saia	<i>Parkia pendula</i> Benth. ex Walp	Leguminosae- papilionoideae	_	_	_	_
Angico	<i>Piptadenia</i> sp.	Leguminosae	Padjihô	Axumbe gaet		
Breu branco	<i>Protium hebetatum</i> D. Daly	Burseraceae	Djimëntätä	Akatai / Akaptik	Kap tik	
Breu de leite/morcegueira	<i>Protium subserratum</i> Engl.	Burseraceae	_	_	_	_
Breu mescla	<i>Trattinnickia burseraeifolia</i>	Burseraceae	_	_	_	_
Cabelo de cutia	<i>Banara nitida</i> Spruce ex Benth.	Flacourtiaceae	_	_	_	_
Cacau da mata	<i>Theobroma cacao</i> L.	Sterculiaceae	_	_	_	_
Cacau de macaco	<i>Theobroma Silvestris</i> Mart.	Sterculiaceae	_	_	_	_
Cambara rosa	<i>Qualea paraensis</i> Ducke	Vochysiaceae	_	_	_	_
Canela de veado / cafezinho	<i>Casearia</i> sp.	Flacourtiaceae	Kudi Dji	_	_	_
Canelão/louro amarelo	<i>Ocotea</i> sp.	Lauraceae	_	_	_	_
Carapanaúba/Guarantã	<i>Aspidosperma discolor</i>	Apocynaceae	Kudota	_	_	_
Caripé	<i>Licania</i> spp.	Chrysobalanacea	_	_	_	_
Caroba amarela	<i>Jacaranda</i> sp.	Bignoniaceae	_	_	_	_
Castanheira	<i>Bertholletia excelsa</i> H.B.K.	Lecythidaceae	Oreku / Oré	Arao	Karā	Epý
Catuaba amarela	<i>Qualea lancifolia</i>	Vochysiaceae	_	_	_	_
Cumarú ferro	<i>Dipteryx odorata</i> (Aubl.) Willd	Leguminosae	Tepfo	_	_	Ete
Enviratanha branca	<i>Rhodognaphalopsis</i> Ducke	Malvaceae	_	_	_	_

Nome comum	Nome científico	Família	Jaboti	Makurap	Wajuru	Canoé
Enviratanha rosa	<i>Xylopia amazônica</i>	Malvaceae	_	_	_	_
Envira conduru	<i>Dugurtia macrophylla</i>	Annonaceae	_	_	_	_
Envira piraquina	<i>Annona tenoipes</i> R.E. Freis	Annonaceae	_	_	_	_
Envira preta	<i>Guatteria</i> sp.	Anacardiaceae	_	_	_	_
Envira vassorinha	<i>Guatteria</i> sp.	Annonaceae	Nihito	_	_	_
Fava branca	<i>Piptadenia</i> sp.	Leguminosae- Mimosoideae	_	_	_	_
Figueira amarela	<i>Ficus</i> sp.	Moraceae	_	_	_	_
Garapeira	<i>Apuleia leiocarpa</i> (J. Vogel) J. F. Macbr.	Leguminosae	_	Wakoto	_	_
Grão de galo	<i>Tabernaemontana heptaphyllum</i>	Apocynaceae	_	_	_	_
Guariuba amarela	<i>Clarisia racemosa</i> Ruiz	Moraceae	Psirotixti	_	_	_
Inajá	<i>Maximiliana maripa</i>	Arecaceae	Onôtxi	Kalinde	Yngap	_
Ingá branco	<i>Inga</i> sp.	Leguminosae-Mimosoideae	Homí kânörütü	_	_	Itsopo
Ingá vermelho	<i>Inga thibaudina</i> DC.	Leguminosae- Mimosoideae	_	_	_	Itsopo
Itaúba amarela	<i>Mezilaurus lindaviana</i> Schwacke & Mez	Lauraceae	Kubzido	_	Cati conori	_
Itaúba-preta	<i>Mezilaurus itauba</i> (Meisn.) Taub.	Lauraceae	Kubiro	_	Cati combiró	_
João mole	<i>Neea appositifolia</i>	Nyctaginaceae	_	_	_	_
Jutaí ou jatobazinho	<i>Hymeneae parvifolia</i>	Leguminosae-Papilionoideae	Nôretätä	_	_	_
Lacre roxo	<i>Vismia japurensis</i> Reich.	Hypericaceae	_	_	_	_
Lacre vermelho	<i>Vismia guianensis</i> (Aubl.) Pers.	Clusiaceae	_	_	_	_
Louro abacate	<i>Ocotea</i> sp.	Lauraceae	_	_	_	_
Louro amarelo	<i>Ocotea caudata</i> Mez.	Lauraceae	_	_	_	_
Louro chumbo	<i>Ocotea</i> sp.	Lauraceae	_	_	_	_
Louro gamela	<i>Nectandra rubra</i> (Mez) C. K. Allen	Lauraceae	_	_	_	_
Macucu branco	<i>Aparisthium</i> sp.	Chrysobalanacea	_	_	_	_
Macucu roxo	<i>Ouratea</i> sp.	Ochnaceae	Makurudjübe	_	_	_

Nome comum		Nome científico	Família	Jaboti	Makurap	Wajuru	Canoé
Macucu vermelho/orelhinha		<i>Licania laxiflora</i>	Chrysobalanaceae	–	–	–	–
Maracatiara		<i>Astronium lecointei</i> Ducke	Anacardiaceae	–	–	–	–
Marneleiro		<i>Cróton</i> sp.	Euphorbiaceae	Bzirekuäka boa	–	–	–
Matamatá branco		<i>Eschweilera grandifolia</i> (Aubl.)	Lecythidaceae	–	–	–	–
Matamatá		<i>Eschweilera</i> sp.	Lecythidaceae	–	–	–	–
Mirim		<i>N.I.</i>	N.I.	Makurudjübe	–	–	–
Mulungu		<i>Erythrina glauca</i> Willd	Leguminosae-Papilionoideae	–	–	–	–
Munguba branca/cachimbeiro		<i>Pachira insignis</i> Sav.	Malvaceae	Kutori	–	–	–
Murici		<i>Byrsonima coriacea</i> (Sw.) DC	Malpighiaceae	–	–	–	–
Murici vermelho		<i>Trichillia</i> sp.	Meliaceae	–	–	–	–
Mutamba ou pau de pegué		<i>Columbrina acreana</i>	Rhamnaceae	Nõpfõku/ Bzie txetxitxi	–	–	–
Orelha de macaco		<i>Enterolobium schomburgkii</i> (Benth.) Benth.	Leguminosae	Bzireñipi boa	–	–	–
Pama amarela		<i>Pseudolmedia laevis</i> (Ruiz & Pav.)	Moraceae	Otxo käri	Wotote	Ürudjun	–
Pama de viado ou mão de jabuti		<i>N.I.</i>	N.I.	K'initxekatóbzi	Kâmbara	Panga	–
Pama vermelha		<i>Brosimum</i> sp.	Moraceae	Otxo Tätä	–	–	–
Pataú		<i>Oenocarpus bataua</i> Mart.	Arecaceae	Djara	Njorä	Andawa	Andawa
Pente de macaco		<i>Apeiba echinata</i> Gaertn.	Malvaceae	Hawate txitxi	–	–	–
Perobinha		<i>Aspidosperma sunbincanum</i> Mart.	Apocynaceae	–	–	–	–
Piquiarana		<i>Caryocar glabrum</i> (Aubl.) Pers	Caryocaraceae	Käpä pitxi	Kepe	–	–
Quariquara preta		<i>Minquartia</i> sp.	Olacaceae	–	–	–	–
Quina quina		<i>Agnandra brasiliensis</i>	Apocynaceae	–	–	–	–
Sororoca/banana-brava-da-mata		<i>Phenakospermum guianense</i> (Rich.) Endl.	Musaceae	–	–	–	–

Nome comum		Nome científico	Família	Jaboti	Makurap	Wajuru	Canoé
Sucupira amarela		<i>Diplotropis purpúrea</i>	Fabaceae	Apekudji	Kup parax	–	–
Sucupira branca		<i>Vochystia máxima</i>	Fabaceae	Apekudji	–	–	–
Sucupira pele de sapo		<i>Bowdichia nitida</i> Spruce	Fabaceae	Apekudji	–	–	–
Sucupira preta		<i>Diplotropis peruviana</i> J.F.Macbr.	Fabaceae	Apekudji	Kup kom	–	–
Taquari		<i>Mabea fistulifera</i> Mart.	Euphorbiaceae	Minõ nõko / Metätä	–	–	–
Tarumã/Maria preta		<i>Vitex</i> sp.	Verbenaceae	Ax-kon / Hemi	Ax-kon	Aitik	–
Taxi branco		<i>Sclerolobium</i> sp.	Leguminosae - Caesalpinioideae	Bitxiori	Tap tap ngap / Xatap	Tap tap	–
Taxi vermelho		<i>Couratari</i> sp.	Leguminosae - Caesalpinioideae	Bitxiri	Tap tap wurup / Xatap	Tap tap	–
Timburi/ pau sabão		<i>Enterolobium maximum</i> Ducke	Leguminosae	Kudi bã boa	–	–	–
Torem abacate		<i>Pouroma</i> sp.	Cecropiaceae	–	–	–	–
Tucumã		<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Arecaceae	Ororo	Orokone	Oraya	Petekó
Ucuuba branca		<i>Osteophloeum platyspermum</i> (A.DC.) Mart.	Myristicaceae	–	–	–	–
Ucuuba punã		<i>Iryanthera paradoxa</i> Warb.	Myristicaceae	–	–	–	–
Ucuüba vermelha		<i>Virola</i> sp.	Myristicaceae	–	–	–	–
Urucurana		<i>Bixa arborea</i> Huber	Elaeocarpaceae	Kurabi ni boa	–	–	–

CAPÍTULO 5

OLHANDO PARA O ENTORNO



Foto: Sergio P. Cruz

INTRODUÇÃO

A Terra Indígena Rio Guaporé - TIRG limita-se com o Parque Nacional Serra da Cutia, com a Reserva Extrativista Estadual do Rio Cautário, Reserva Extrativista Federal do Rio Cautário, TI Sagarana e a fronteira com a Bolívia, está localizada nas proximidades da Terra Indígena Pacaás Novos e Reserva Extrativista Federal Barreiro das Antas e do Distrito de Surpresa – cerca de 30 minutos com motocicleta. Dista aproximadamente 80km de Costa Marques em linha reta e 160km de Guajará-Mirim. Integra o Corredor Binacional Brasil-Bolívia Guaporé-Itenez/Mamoré e encontra-se relativamente próxima das UCs e TIs.

As informações dos levantamentos foram obtidas via dados secundários e revisão bibliográfica, a partir das seguintes referências: MMA (2006, 2009, 2014a; 2014b); Ribeiro da Silva (2014); Costa (2012); Cardozo et al., (2006); Kanindé (2001, 2002a, 2002b, 2014, 2015, 2016); TCE-RO (2013). Optou-se pela análise de dados secundários levantados com um lapso temporal pequeno e em virtude da dinâmica econômica e social lenta no território, onde foram consideradas as peculiaridades regionais que são marcadas pelas UCs e TIs.

Em conformidade com o WWF-Brasil (2011), a região de influência da TIRG detém grande importância biológica e relevância socioeconômica, embora várias dessas áreas, inclusive as TIs estejam sujeitas à vulnerabilidade, devido ao “fácil acesso para o desenvolvimento de atividades ilegais e dificuldades de contratação e manutenção de funcionários são os principais fatores [...]. sofrem poucos distúrbios ou instabilidade política e existem poucos conflitos entre os objetivos das UCs com as práticas culturais, crenças e usos tradicionais” (WWF-BRASIL, 2011, p.28).

Contextualização da área de entorno da TIRG

A região tem uma trajetória marcada pelos aspectos históricos e culturais de Guajará-Mirim, incluídas as questões de fronteira. Tais aspectos se solidificam e são percebidos no modo de vida e nas vivências dos povos originários, das populações tradicionais (ribeirinhos, extrativistas, pescadores, entre outros), dos remanescentes da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e dos migrantes que habitam os vilarejos de Conceição e Cachoeira do Ribeirão, o Distrito de Surpresa e ainda a sede municipal.

O Distrito de Surpresa é área limite com as Terras Indígenas Rio Guaporé, Sagarana e Pacaás Novos e ao Parque Nacional Serra da Cutia e é uma área urbana. Sua história remete ao tempo da fundação de Guajará-Mirim, quando o município teve participação expressiva na economia regional, conforme o relato mencionado por Cardozo et al. (2006, p.19-20):

Conta a Srª Rosa Cortez, nascida em Costa Marques, 98 anos, que ela e seu marido, o Sr. Tancredo de Matos Farias, que chegaram à localidade de Surpresa em 1930, que tudo era mata. Contrataram mateiros para abrir a floresta e ver o que encontravam. Foram loca-

lizadas várias seringueiras, castanheiras, poaia, o que surpreendeu a todos. Devido a essas descobertas, o Sr. Tancredo resolveu denominar a região de Surpresa. Em 1933, apareceu a família do Sr. Carlos Carafas, de origem italiana, que se associou ao Sr. Tancredo. No total trabalhavam dezenove famílias. O Sr. Tancredo era um antigo coronel, que veio para a região, instalando-se na boca do Rio Guaporé. Tinha uma moenda, onde fazia cachaça e tocava um alambique. Fazia rapadura, farinha, açúcar, sendo tudo vendido na Bolívia e no baixo Madeira ou para quem quisesse comprar. Em 1932, quando explode a Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia, na disputa pelo petróleo, que havia sido descoberto no sopé dos Andes, vários bolivianos fugiram para o lado brasileiro, tendo o Sr. Tancredo dado guarida a 40 famílias bolivianas, sendo que algumas retomaram à Bolívia depois da guerra e as que permaneceram foram trabalhar na roça com o Sr. Tancredo. O Exército boliviano enviou tropas para levar essas famílias para a Bolívia e assim tomarem parte na guerra. O Sr. Tancredo as defendeu, mando que só iria quem quisesse; todos se recusaram a ir e permaneceram no lado brasileiro. Com a participação do Brasil na guerra, desce da Ilha Bela da Santíssima Trindade uma Comissão do Exército Brasileiro para Surpresa a fim de desocupar o lado brasileiro da presença de estrangeiros e de arrebanhar pessoal para a guerra. Tancredo pega seu pessoal e coloca nos batelões e desce o rio dizendo que ia fazer uma viagem não sabendo quando voltava. Deixa em Surpresa apenas os bolivianos, orientando-os para que quem quisesse voltar para a Bolívia podia fazê-lo. Depois de duas horas de viagem, retoma a Surpresa, desce do batelão dizendo que havia esquecido algo, deixa todos na embarcação e entra no armazém fechando as portas. Logo em seguida foi visto um fogaréu. O pessoal arromba a porta e tira Tancredo, todo queimado. Enrolando-o em folhas de bananeiras, retomam ao barco e pouco minutos depois ele morre. Sua esposa Sr. Rosa assumiu a chefia da comunidade. As famílias vão se espalhando e abrindo sítios na região. Segundo o Sr. Francisco Joaquim Filho, conhecido como Pitito, 59 anos, antigo seringalista, dono do Seringal Bom Destino, hoje Reserva Extrativista Federal Barreiro das Antas, em 1955 o Governo do Território e o juiz Melo e Silva decretam que Surpresa seria um presídio para menores infratores, sendo enviados para lá vários menores e um guarda da Guarda Territorial. Os menores começaram a fugir, tendo um inclusive chegado a Guajará-Mirim em cima de um pau boiando no rio, o que levou o Governo a acabar com o presídio. Durante o governo Jorge Teixeira (1978-82), a região é loteada e transformada em Distrito do município de Guajará-Mirim.

O Distrito de Surpresa limita-se com as TIs e com o Estado Plurinacional da Bolívia e o Parque Nacional Serra da Cutia. Com uma infraestrutura precária, não possui hotéis, pousadas e restaurantes, só alguns pequenos bares, o que prejudica o turismo, embora exista potencial para tal.

É uma das sedes da Festa do Divino Espírito Santo, maior festa religiosa do Vale do Guaporé, com mais de doze décadas de tradição e realizada entre os meses de maio e junho, onde acontece a cada ano em uma comunidade ribeirinha distinta com a participação de remanescentes de quilombolas, indígenas, ribeirinhos e bolivianos.

Além da área urbana, possui ainda a zona rural, e por ser relativamente isolado e padecer de uma série de problemas sociais, apresenta-se como um enclave, uma “ilha” cercada por UCs e TIs. Em conformidade com os dados da DSEI-PVH-SIASI/2003/FUNASA/CORE-RO apud Cardozo et al. (2006), o Distrito contava com:

(...) 474 pessoas e 146 residências. Pelos dados da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000 – Rondônia, efetuado pelo IBGE, a área urbana do Distrito conta com 450 pessoas, sendo 254 do sexo masculino e 196 femininos, e a área rural com 851 habitantes, sendo 439 homens e 412 mulheres, o que totaliza no Distrito 1.301 pessoas, sendo 693 homens e 608 mulheres.

Sinteticamente, pelas estatísticas demonstradas por Cardozo et al. (2006), o nível instrucional da população em 2003 era muito baixo, com apenas 5,46% da população apresentando nível médio completo e 0,66% o superior; com 3,75% de analfabetismo num universo de 293 pessoas.

O Distrito possui uma única escola, a qual atendia apenas o ensino fundamental (até o nono ano). Em decorrência das características do Distrito – dificuldade de acesso, principalmente, e poucas terras disponíveis para o cultivo agrícola e a pecuária - o fluxo migratório é pequeno e o incremento populacional deve-se ao crescimento vegetativo. Porém, com a provável abertura da estrada que está planejada, a qual passará nas proximidades da área urbana, é provável que possa haver incremento no número de migrantes.

As demais áreas de entorno são:

1) RESEX Barreiro das Antas: em 2009 o ICMBio identificou 12 famílias, o que representa um total de 40 pessoas, dos quais 22 homens e 18 mulheres (MMA, 2014b);

2) RESEX Rio Ouro Preto: em 2007 o ICMBio apontou 583 habitantes e 157 famílias, com uma população ainda bastante jovem, dos quais 56,6% são homens e 43,4% mulheres (MMA, 2014a);

3) RESEX Pacaás Novos: 51 pessoas, das quais 26 do sexo masculino e 25 do feminino (KANINDÉ, 2001); em 2003 ocorreu um incremento e a SEDAM considerou junto à RESEX Barreiro das Antas na contagem da população e apresentou um total de 140 pessoas - 56% masculino e 44% feminino, abrigadas em 46 moradias (RIBEIRO SILVA, 2014); esse quantitativo foi elevado para 41 famílias e 162 pessoas (COSTA, 2012);

4) RESEX Rio Cautário: em 2011 a SEDAM estimou uma população de 194 pessoas. O trabalho de campo realizado

pela Kanindé em 2014 concluiu que a Resex é composta por 36% de mulheres e 64% de homens, enquanto Costa (2012) afirma que havia 48 famílias e 192 pessoas;

Além da baixa densidade demográfica nestas UCs e TIs, a mobilidade relativa é pequena, porém isoladamente o maior quantitativo ocorre entre a população mais jovem, visto que muitos desses moradores procuram a cidade como possibilidade de melhoria de vida, o que está associada a atingir melhor nível de escolaridade.

Quanto à origem dos moradores do entorno imediato (influência direta) e da área de influência indireta da TIRG, todos os estudos apontam que a maioria (aproximadamente 80%) possui raízes históricas, sejam como indígenas, ribeirinhos e extrativistas ou seus descendentes e os demais (20%) encontram-se de certa forma enraizados na região, ou seja, assimilaram parte da cultura local ou influenciaram também. Com isso se operacionaliza o hibridismo cultural. Mesmo no Distrito de Surpresa, por ser urbano e ter uma condição sui generis no entorno, a média dos “nativos” chega aos 88% (CARDOZO et al., 2006).

Infraestrutura e Bens

No Distrito de Surpresa, nas comunidades das RESEXs e das TIs que possuem energia elétrica, é comum encontrar equipamentos urbanos como fogão a gás, rádio, televisão, freezer, geladeira, aparelho de som, aparelho de DVD e antena parabólica – ainda que nem todas as famílias possuam tais equipamentos é rotineiro os vizinhos mais próximos compartilharem desses bens. Somente no Distrito de Surpresa que foi constatada entre poucas famílias a existência de computadores e forno de micro-ondas.

No quesito entretenimento, a televisão responde por aproximadamente 60% (novelas, filmes, noticiários, seriados, dentre outros) e o rádio com 30%, isso ao ser considerado a área urbana, as RESEXs e TIs e 10% não utilizam nenhum desses meios.

Outros objetos como motocicletas, bicicletas e automóveis também formam a teia de bens que estão em comunidades, são propriedades da minoria, que possui acesso por terra até a sede municipal; por outro lado, o meio de transporte mais utilizado e presente em todas as comunidades do entorno ribeirinho e TIs é o aquático, com uso de pequenos barcos, canoas e motores rabetas, os quais transportam produção, mercadorias, pessoas e atendem ainda os serviços de saúde e educação.

Um fato que se destaca, mesmo com seu funcionamento apenas na área urbana, é que inúmeros moradores ribeirinhos, extrativistas e indígenas possuem aparelhos celulares. Além disso, possuem páginas atualizadas de relacionamento social e/ou de informações de suas comunidades na internet, o que se caracteriza como distantes fisicamente do urbano, mas não longe do mundo, em decorrência da dinamicidade virtual.

O uso dos celulares é restrito apenas aos momentos em que se encontram em alguma cidade ou em alguma aldeia ou comu-

nidade que conta com antena de telefonia. No caso da TIRG, em Ricardo Franco é possível acessar a internet, visto que o SIPAM disponibiliza uma antena.

Na cidade, o telefone fixo é também utilizado como meio de comunicação. Em algumas comunidades das RESEXs e TIs com populações mais concentradas, como é o caso da TI Rio Negro Ocaia e TIRG, conta com telefone público e que facilita o contato com a cidade, principalmente nas situações de urgência e emergência, além de permitir a comunicação com o mundo. Aquelas com população mais rarefeita, por sua vez, em sua maioria dispõem de radioamadores.

Quanto à infraestrutura nas comunidades extrativistas e indígenas, praticamente todas possuem casa de farinha, visto que a mandioca é a mais proeminente das culturas agrícolas, a qual atende o consumo interno e o excedente é comercializado no mercado consumidor de Guajará-Mirim, com parte que ainda segue para Porto Velho e Bolívia, devido à ação de atravessadores. Outros tipos de produção, como cereais e lavouras permanentes (grãos) são cultivados em pequenas escalas e utilizados na subsistência alimentar das famílias e secos em locais de chão batido.

Aproximadamente 70% das comunidades do entorno, os que dispõem de energia elétrica, possuem bombas de captura de água em poços, rios e cursos d’água menores, enquanto as demais que não contam com esse serviço fazem o abastecimento de forma manual.

É indispensável considerar que a falta ou baixa quantidade de equipamentos tecnológicos, como roçadeiras e tratores, compromete à produção e a produtividade dessas comunidades, além do fato que a inexistência de energia nas comunidades menores ou mais distantes proporciona maiores gastos com combustível para motores e geradores elétricos.

A energia elétrica atende em média 90% das residências localizadas em terra firme e aquelas situadas na área ribeirinha mais próximas da cidade e do Distrito de Surpresa, enquanto as comunidades mais distantes não disponibilizam desse serviço e arcam com despesas com combustível sempre que possível. Os 10% restantes da população por não terem condições financeiras e o alto custo de instalação (transformadores, postes e fios), mesmo em terra firme, ficam excluído desse benefício.

Em relação às residências do entorno, podemos situá-las em duas categorias, a primeira por ser predominante inserida em RESEXs e TIs, cujas condições de habitabilidade refletem em muito o modo de vida dos povos originários e das populações tradicionais (ribeirinhas, extrativistas e pescadores), ou seja, obedecem ao padrão de construções simples e com materiais extraídos da região com as seguintes características gerais:

1. Coberturas provenientes de palmeiras como babaçu *Attalea ssp.*, *inajá Maximiliana maripa* (Aubl.), ou de sapê ou sapé *Imperata brasiliensis*;

2. Paredes e pisos de paxiuba *Socratea exorrhiza*. Os pisos ficam elevados do chão, para evitar que as residências não

sejam alagadas no período das cheias, visto que as casas estão, em sua maioria, localizadas próximas a rios e igarapés.

Essas estruturas, apesar de apresentarem simplicidade (poucos cômodos, arquitetura de duas águas e com aparente estrutura frágil), oferecem conforto térmico na maior parte do ano – a exceção ocorre no meio do ano com o fenômeno da friagem, em que as temperaturas sofrem queda brusca, o que ocasiona a proliferação de doenças respiratórias. Elas atendem uma dupla finalidade: a) como residência; b) como local de armazenar produção, especialmente as mais vulneráveis, como farinha.

Na segunda categoria encontram-se as comunidades que estão mais próximas à área urbana ou de agricultora convencional (pequenos agricultores), encontram-se dentro de um padrão arquitetônico que acompanha as heranças do processo de colonização proveniente de outras regiões do país.

Assim, é perceptível nessas comunidades e no Distrito de Surpresa a existência de residências, onde predominam telhados com telhas de fibrocimento e/ou amianto em 75% dos casos, seguidos por aquelas com telhado de zinco (8%), com telhas de barro (8%), e o restante com palha e material aproveitado que perfaz o total de 9%.

Nessas comunidades e no Distrito de Surpresa constata-se que nas paredes das residências sobressai a madeira em 65% dos casos, visto que é facilmente conseguida e com a possibilidade de extração nas propriedades da região, o que facilita sua utilização; 25% são habitações mistas e somente 10% em alvenaria. Em várias situações foi verificada a preferência dos moradores em construir os banheiros da residência em alvenaria, o restante da casa fica com paredes de madeira, que mantém a temperatura interna mais amena.

O tipo de piso mais comum nas residências dos entrevistados foi o cimento, que responde por 60% do total. Isso ocorre em razão do menor custo e de facilidade na manutenção. Aqueles cobertos com lajotas de cerâmica ou azulejo respondem por 23% do total, seguido pelo piso misto de cimento e cerâmica (10%), e os 7% restantes são de chão batido.

Aspectos Educacionais

Guajará-Mirim apresentava em 2010 uma taxa de analfabetismo de 8,99% (Figura 13) e em 2014 contava com 42 escolas rurais, das quais 32 delas indígenas e administradas pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), 03 municipais¹ em áreas de RESEXs, 07 municipais², que atendem alunos provenientes da agricultura familiar e outros.

Devido à limitação da oferta de ensino em níveis mais elevados e do quantitativo de escolas que atendem parcialmente algumas comunidades do entorno – com exceção daquelas localizadas em outras TIs vizinhas – esse quadro resulta em um significativo número de adolescentes e jovens foram do ambiente escolar. Os dados apontam que, com exceção dos moradores do Distrito de Surpresa, existe aproximadamente 5% de jovens e adolescentes que se encontram efetivamente em estudos, o qual deverá ser considerado nesse universo

¹Essas escolas ficam na Comunidade Sapezal no Rio Ouro Preto com 10 alunos matriculados em 2014; Comunidade Margarida com 17 alunos no Rio Pacaás Novos; com 17 alunos na Comunidade Nova Esperança Km 70 - Ramal do Seringueiro, de acordo com <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>. Acessado em 15 abr 2016.

²A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São Judas Tadeu, localizada na Av. Walter Bartolo, 2456 no Distrito de Surpresa, atende até o 9º ano e é considerada como rural, e em 2014 possuía 129 alunos matriculados (Educação Infantil e Ensino Fundamental), 08 alunos no EJA e 92 em atividades complementares, conforme <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>. Acessado em 15 abr 2016.

aqueles que temporariamente moram em Guajará-Mirim e outras localidades, porém, distante de suas famílias.

É necessário aludir que aqueles que possuem nível superior são funcionários públicos, notadamente profissionais da área de educação e saúde. Pelas informações obtidas algumas poucas famílias conseguem encaminhar seus filhos – principalmente as mulheres – para estudarem na área urbana, onde é oferecido maior nível de ensino. Com isso espera-se que possam continuar os estudos e conseguir se graduar em alguma área do conhecimento; enquanto os do sexo masculino permanecem na área rural ou nas RESEXs e TIs.

Pelas características do entorno e da área de influência indireta da TIRG é praticamente inexistente o transporte escolar, além do que os estabelecimentos de ensino não possuem infraestrutura física favorável ao processo de ensino e aprendizagem, condição que repercute no grau de insatisfação da população que aponta globalmente como ruim ou precário o ensino em 60% dos casos e ratifica a necessidade de melhoria do serviço de educação – metodologias e infraestruturas – em razão das dificuldades encontradas pelas crianças e adolescentes em obterem sucesso escolar.

Outro aspecto que merece ser considerado é o insuficiente número de instituições de ensino/capacitação técnica na região, o que obriga vários alunos a se mudarem – ainda que provisoriamente - para Guajará-Mirim, Porto Velho e outros municípios para concluírem o Ensino Médio e com isso pleitear o Ensino Superior, o qual é oferecido nas duas cidades mencionadas e ainda na Bolívia.

É necessário aludir que aqueles que possuem nível superior são funcionários públicos, notadamente profissionais da área de educação e saúde. Pelas informações obtidas algumas poucas famílias conseguem encaminhar seus filhos – principalmente as mulheres - para estudarem na área urbana, onde é oferecido maior nível de ensino, com isso esperam que esses possam continuar os estudos e conseguirem se graduar em alguma área do conhecimento; enquanto os do sexo masculino permanecem na área rural ou nas RESEXs e TIs.

Aspectos da Saúde

Os documentos consultados sobre o entorno imediato e a área de influência indireta da TIRG demonstram a existência de postos de saúde em algumas das RESEXs com infraestrutura física simples e medicamentos insuficientes para atendimento dos primeiros socorros. Mesmo assim nem todas as comunidades contam com esses serviços. Nas TIs, na maioria das comunidades há pequenos postos, os quais contam com agentes de saúde, agentes de saneamento indígenas e técnicos de enfermagem, mas que em determinados períodos esses serviços não são suficientes.

Na avaliação dos moradores existe a obrigação que o Estado deva oferecer maior atenção para o atendimento das famílias residentes no entorno e na área de influência indireta da TIRG, através da construção de infraestrutura física, de medicamentos e de recursos humanos (médicos, odontólogos e profissionais de enfermagem).

A motivação para a procura em farmácia (automedicação) ocorre em 85% da população e está vinculada à ausência de visitas de agentes de saúde que atuam ou possam orientar os moradores a procurarem o meio adequado para atender as necessidades mais urgentes e prementes na vida da população, além de se constituir um hábito cultural. O que foi constatado é que falta, de forma preventiva, a “orientação” a esse bem público que é a saúde. A escassa presença de profissionais do Programa “Mais Médicos” e dos agentes de saúde da família reafirmam o sentimento vivido pela população do entorno da TIRG e observada em outras TIs é que:

A ausência de agentes de saúde é um problema grave para a saúde pública, pois o trabalho de prevenção à doenças e acompanhamento feito por estes profissionais poderia aumentar a qualidade de vida desta população, e também contribuir para a redução de filas na UBS, no hospital regional e estadual com consequente melhoria do atendimento nos casos mais complexos.

O que também pode estar ocorrendo, mediante a observação de outras áreas rurais no Estado de Rondônia, é que não há agentes de saúde suficientes para cobrirem todo o perímetro de residências, de modo que sobrecarrega o limitado número de funcionários, que muitas vezes tem que atuam com transporte sucateado, o que se constitui em mais um fator que dificulta a chegada dos profissionais até a população. (KANINDÉ, 2014).

Para além da medicina curativa, no entorno da TIRG é comum a recorrência da medicina tradicional, a qual consiste nos saberes das populações rurais, extrativistas e indígenas e que ajusta nas relações entre os seres humanos, a natureza e as espiritualidades. Várias dessas práticas fogem ao padrão científico, que, no entanto, são representativas para os moradores, principalmente entre as mulheres, as quais se utilizam de várias plantas como medicamentos “caseiros”, que são cultivadas e/ou encontradas nas comunidades e destinadas ao tratamento dos mais variados males.

Em relação à infraestrutura de saúde, o Distrito de Surpresa (MMA, 2006) possui um posto para atender casos menos graves, e aqueles com maior complexidade são direcionados para o Hospital Regional.

Em síntese, as doenças mais comuns no entorno e área de influência indireta da TIRG, inclusive no Distrito de Surpresa, estão interligadas principalmente às condições ambientais e de infraestrutura existente e mudanças de hábitos alimentares, e sobressai: a hepatite, a gripe, a diarreia, as verminoses, a amebíase, a hipertensão, a leishmaniose, a pneumonia, a diabetes, a anemia, a epilepsia e a malária.

Na ponderação geral dos moradores do entorno, a qualidade dos serviços prestados nos postos de saúde e oferta de medicamentos são considerados péssimos para 90%, e somente 10% avaliam como regulares.

Outro fator ligado à área de saúde que é muito deficitário se relaciona a inexistência de sistemas de captação d’água e esgotos. A água consumida em sua maioria é obtida em rios e

igarapés e não recebe filtragem ou colocado flúor e/ou cloro, o que contribui para o aumento de doenças gastrointestinais. Nas residências que possuem poços – geralmente amazônicos – esses se localizam próximos a fossas ou sumidouros, com grandes probabilidades de contaminação no lençol freático, além de facilitarem o surgimento de moscas e outros insetos que são disseminadores de certas moléstias.

De forma genérica, a água empregada para consumo humano no entorno da TIRG recebe tratamento com cloro em 30% dos casos; enquanto 25% recebem filtragem; 10% é fervida; 25% sem nenhum tipo de tratamento; 10% é coada – ou seja, mais de 1/3 pode ser considerada fora dos padrões para a utilização.

Outro elemento contraditório apontado em Kanindé (2014) é que a maioria dos moradores (60%) não faz distinção entre fossas sépticas e fossas rudimentares, e nas residências dotadas com banheiro, esse está relacionado à funcionalidade do conforto das famílias e não a uma questão de sanidade.

Adiciona-se nesse contexto a destinação da água de pia (cozinha) e de banheiro: 35% são despejadas no esgoto em vala comum, sem quaisquer tipos de tratamento, o que poderá colocar em situação de risco, pois a inexistência de instalações adequadas resulta na disseminação de doenças, as quais deixam as famílias mais vulneráveis. Mediante tal preocupação é enfatizado por Kanindé (2014) que:

Estas últimas modalidades de tratamento, em alguns casos, têm uma relação direta com o sistema de esgotamento sanitário – fossa seca, que é uma forma de despejo de esgoto composta basicamente por um buraco cavado no chão onde ocorre o depósito – e com as condições de moradia. Ressalta-se, no entanto, que alguns moradores utilizam cloro em fossas secas, o que de certo modo, minimiza o problema da contaminação das águas. Pode-se questionar se que as escolas para o tratamento têm relação com ações de cunho educativo para a saúde pública, promovidas pelo Município, Estado e Federação, porém é necessário, um trabalho investigativo mais pormenorizado para se confirmar tais informações.

Para além dessas problemáticas apontadas, também se verifica em toda a extensão do entorno, inclusive no Distrito de Surpresa, a falta de coleta de lixo regular, bem como de algum depósito de resíduos nas proximidades das comunidades extrativistas, TIs e das propriedades rurais (aqui se incluem os resíduos utilizados na agricultura e pecuária, os quais não possuem quaisquer tipos de recolhimento ou tratamento adequados). O destino do lixo domiciliar ou resultante de atividades laborais são queimados, enterrados, descartados ao ar livre (céu aberto) ou arremessado em áreas de vegetação.

Características culturais associadas ao gênero e atuação no mercado de trabalho

O trabalho feminino é um importante indicador de aspectos

econômicos, sociais e culturais, visto que a contribuição das mulheres incrementa a renda familiar, porém nem sempre esse dinheiro de forma direta é administrado por elas, mas sim controlado por seus maridos ou companheiros.

Aproximadamente 80% das mulheres contribuem de forma indireta para a renda familiar, através da produção de artesanato, geleias, farinha de mandioca, doces, queijos, pescado, ovos e pequenos animais, os quais ocasionalmente são comercializados. Na opinião dessas mulheres tais atividades não podem ser consideradas como renda – inclui-se nesse conjunto a capina, o plantio e a colheita de produtos agrícolas, principalmente mandioca; assim consideram como trabalho e renda aquilo que é produzido e comercializado em maior volume.

É adequado considerar que ainda que não se insira como contribuição direta para o aumento da renda familiar, as mulherescontamcomumtrabalhomuitoexaustivo–àsvezescom dupla ou tripla jornada – que inicia com os cuidados e educação de seus filhos, dedicação ao marido, perpassa as atividades domésticas através do manejo com as plantas do quintal e com pequenos animais domésticos, além de muitas delas ainda se dedicarem aos roçados. Desse modo, muitas mulheres cooperam com seus esposos em trabalhos agrícolas e pecuárias, no entanto, não possuem a clara percepção que de algum modo contribuam para o incremento da renda familiar. É imperativo destacar que várias dessas mulheres assumem o papel de chefes de família, devido à morte ou abandono de seus maridos e/ou companheiros.

Em relação à renda obtida por essas mulheres através de algum trabalho formal – o que é importante para o reconhecimento familiar e para o aumento de sua autoestima – ou daquele compreendido como gerador de renda, inclusive aposentadoria e pensão, ficou constatado que aproximadamente 20% delas colaboram diretamente no aumento de receitas financeiras, o que contribui na melhoria da qualidade de vida familiar e do conforto das residências, das propriedades e/ou das comunidades.

Dentre as mulheres que consideram como trabalho ou outros mecanismos que são incorporados e que correspondem ao universo descrito de atuação feminina, a média geral aproximada situada em três extratos econômicos: 1) 35% dessas mulheres percebem renda correspondente a meio salário mínimo mensal³; 2) 50% percebem entre ½ e 1,2 s.m.m.; 3) 15% entre 1,2 a 02 s.m.m. Por esses dados, constata-se que a renda feminina é muito baixa e que, de algum modo isso se reflete no baixo grau de instrução/educação.

Uso da terra

Com exceção da área rural do Distrito de Surpresa, que possui atividade agrícola e concomitantemente a pecuária ainda que em pequena escala e destinada principalmente para a subsistência, na área urbana a economia se resume a micros e pequenos estabelecimentos comerciais.

O trabalho de Cardozo et al (2006) assinalou que naquele período havia 122 lotes urbanos e 32 criadores de gado em 934ha, e que a produção urbana e rural do Distrito de

Surpresa conseguia atender a manutenção de aproximadamente 75% dos moradores e o remanescente era destinado para algum tipo de investimento (barco e gado, principalmente).

O uso da terra pelos moradores do Distrito segue um padrão análogo ao verificado em outras regiões do Estado de Rondônia, as quais se consubstanciam pela ampliação do plantel bovino leiteiro ou de corte. Na avaliação de Kanindé (2014) “o caso dos pequenos e médios produtores o gado leiteiro aparece como uma alternativa para os solos fracos e para as dificuldades de acesso a políticas públicas de incentivo a agricultura e de obtenção de recursos necessários à manutenção e implementação de outras atividades produtivas nas propriedades”.

Esse crescimento da pecuária na área rural do Distrito de Surpresa só não é mais significativo em virtude das limitações geográficas e condicionantes ambientais, uma vez que está rodeado por TIs e UCs, além de existir a dificuldade de acesso à sede municipal, o qual é realizado somente por barcos, o que implica obstáculo de comercialização de animais para o abate e ainda o transporte de leite para o laticínio. Caso se concretize a Rodovia Transrondoniana (RO-370), o cenário possui a tendência de ser alterado, o que significará maiores pressões ambientais (aumento do desmatamento e de queimadas) com possível aumento da pecuária bovina.

O estudo realizado de Cardozo et al (2006) não indicava a existência de concentração de terras, no Distrito de Surpresa, utilizadas para as atividades agropecuárias, no entanto, é possível que ocorra em consequência da estrutura produtiva brasileira, a qual é reproduzida no município de Guajará-Mirim e demonstrada no Censo Agropecuário do IBGE (2006), o qual considera que:

Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. (IBGE, 2006).

Desse modo, para o Distrito não há informações oficiais que possam ser confrontadas com àquelas proporcionadas em âmbito nacional, estadual e municipal. Contudo, é visível que a agricultura é praticada em pequena escala (mandiocultura, especialmente) e aparece em aproximadamente 70% das propriedades e em muitos casos como complementar à pecuária. A avaliação Cardozo et al (2006) considera que Surpresa apresenta certo potencial para o turismo, entretanto, não conta com infraestrutura básica que atenda esse público. Dentre as potencialidades apresentam-se a pesca no Vale do Guaporé-Mamoré e a Festa do Divino Espírito Santo, que poderia ser reorganizada – com respeito ao modo de vida local – e explorada de forma sustentável com benefícios para a população e para o Distrito, através da geração de trabalho e renda.

O Vale do Guaporé-Mamoré possui belezas cênicas e praias,

onde é possível observar aves, botos, peixes e outros animais das mais variadas espécies. Além disso, os moradores do Distrito se mostram muito receptivos em relação ao desenvolvimento dessa atividade na região, pois consideram sua contribuição para a conservação/preservação do meio ambiente regional e com isso obterem melhoria da qualidade de vida por meio da geração de emprego e renda e dos investimentos em infraestrutura para receber turistas.

Em relação ao uso da terra para as outras áreas de entorno e da área de influência indireta da TIRG, está regulamentada internamente nas RESEXs, através de limitadores do tamanho de roças por famílias e a proibição da prática de bovinocultura, pois essa descartaria a função social e ambiental da UC, que consiste no uso sustentável dos recursos naturais. O mesmo princípio, até por procedimento cultural também se reaplica nas TIs, embora alguns indígenas possuam bovinos – o que é motivo para certos conflitos nas aldeias.

Desse modo, constatam-se pequenas áreas cultivadas, principalmente, com mandioca *Manihot* esculenta e macaxeira *Manihot* utilissima. A opção desses plantios deve-se a fatores culturais, bem como à facilidade do manejo e da rusticidade dessas espécies. Assim, servem como subsistência alimentar às famílias, além de ser uma das primeiras fontes de renda, através da comercialização in natura, em farinhas (torrada e d’água), em polvilhos ou em tucupi. Outras produções são realizadas em pequenos pomares situados próximos a residências – nem todas as famílias se dedicam a essa atividade - e destacam-se frutíferas como: limão *Citrus limonum*, laranja *Citrus sinensis*, biribá *Rollinia deliciosa*, abacaxi *Ananas comosus*, melancia *Citrullus lanatus*, banana *Musa spp.*, café *Coffea spp.*, batata-doce *Ipomoea batatas*, açaí *Euterpe spp.*, bacaba *Oenocarpus bacaba*, patuá *Oenocarpus bataua*, jenipapo *Genipa americana*, goiaba *Psidium guajava*, graviola *Annona muricata*, araçá *Psidium spp.*, manga *Mangifera indica*, mamão *Carica papaya*, entre outras.

Essas produções atendem quase que exclusivamente a subsistência da família, assim como algumas hortaliças, dentre elas: o tomate *Solanum spp.*, cebolinha *Allium schoenoprasum*, salsinha *Petroselinum crispum*, coentro *Coriandrum sativum*, chicória *Eryngium foetidum*, Hortelã *Mentha spp.*, em que a maioria dessas é utilizada como tempero, principalmente, no preparo de peixes, quelônios e algumas carnes de caça.

Os dados compilados e agrupados dos documentos citados indicam que 75% das famílias do entorno desejavam manter as atividades atuais e/ou promover um aumento na produção, enquanto 25% pretendiam diversificar a produção.

Esses dados por sua vez explicam que essa ampliação e a diversificação deveriam ter o apoio permanente de assistência técnica (visto que não receberem esse benefício, pois plantam, colhem e armazenam sem nenhum tipo de informação), de subsídios financeiros para a produção, de apoio ao escoamento e a agroindustrialização da produção.

Como diversificação ponderam a piscicultura, fruticultura, sistemas agroflorestais e a pecuária como indutoras para o aumento da renda familiar. Cumpre destacar que a atividade da

pecuária, embora relevante para o incremento da renda das famílias, apresenta impactos ambientais.

O Distrito de Surpresa, na atualidade, possui duas empresas que realizam a extração e beneficiamento de madeira – sendo que parte dessa é utilizada para construção de casas na própria região.

Renda familiar

A mensuração da renda anual familiar no entorno e na área de influência indireta da TIRG – embora seja pequena, é algo muito complexa – em virtude das famílias culturalmente não realizarem a contabilidade e/ou controle das fontes produtivas. Isso ocorre porque a produção é comercializada em pequena escala, devido ao sistema de transporte (barco) não ter capacidade adequada. Além disso, as infraestruturas de armazenagem não são apropriadas.

Dessa forma, os moradores não sabem detalhar quanto produziram e nem o valor de venda (ocorre em qualquer tempo do ano em decorrência de cobrir despesas diante de situações mais urgentes) sobre a qual ocorrem flutuações de preços no mercado, em que impera a lei da oferta e da procura. A produção geralmente é comercializada com atravessadores brasileiros e bolivianos.

É oportuno mencionar que a produção agrícola tem como função principal a segurança alimentar, pois se fosse somente para gerar renda as famílias estavam fadadas ao insucesso, devido à inviabilidade econômica dos empreendimentos, com solos de baixa fertilidade e ainda por não receberem de incentivos financeiros, assistência técnica e outros apoios. Soma-se ainda a concorrência de outras regiões produtoras do país com estruturas (tecnologias, técnicas, armazenamento, transporte industrialização e maiores mercados consumidores) mais modernas e com mão de obra qualificada.

Uma das questões que, embora não seja renda propriamente dita, é a troca de serviço e o regime de mutirão em várias das comunidades, especialmente indígenas e servem para estreitar as relações sociais e culturais entre os moradores. A prática de pagar por serviços, como diárias, é algo raro, em virtude do pouco capital financeiro disponível pelas famílias.

Em relação à contribuição de adolescentes e jovens na renda familiar, esses também participam, mas a exemplo do que ocorre com as mulheres – que consideram o trabalho apenas como ajuda e não como geração de renda - essas atividades nem sempre são calculadas, o que é algo peculiar na organização da agricultura familiar e do extrativismo.

Tecnologias

As médias gerais obtidas com os dados agregados assinalam que no entorno e na área de influência da TIRG as tecnologias e técnicas empregadas têm a mão de obra manual como hegemônica em 56,00% das atividades. Há, como instrumentos de trabalho, o facão (cutelo), foice, enxada, machado e em alguns casos motosserras para o manejo agrícola e pecuária. As demais tecnologias e técnicas pela ordem crescente de uti-

lização apresentam-se com as seguintes características:

1) A utilização de máquinas para limpeza e aragem do solo aparece na oitava e última posição. Isso decorre do custo de aquisição e manutenção dos equipamentos, além existência da dificuldade em transportá-las da cidade para o entorno – quase exclusivamente ribeirinha – e para a área de influência indireta da TIRG. Outro dado se soma e está relacionado à impossibilidade financeira das famílias em custear os valores de horas/máquinas, os quais são bem elevados.

2) A adubação orgânica consiste num processo “natural”, isto é, as famílias ao realizam alguma ação (desmatamento ou desbaste da vegetação) sem a incineração e deixam a biomassa exposta ao sol, à chuva e aos micro-organismos que atuam e a transformam em húmus. Com isso fortalecem a qualidade do solo. Essa forma é a que consideramos como a mais apropriada na Amazônia para o manejo e durabilidade do solo e que poderia ser adotada em pequenas comunidades e na agricultura familiar, visto que não há dispêndios de recursos financeiros - mas que ainda é pouco usual entre as famílias que moram no meio rural e retiram da terra o sustento alimentar e/ou na geração de suas rendas;

3) A adubação química consiste na aplicação de corretivos e/ou fertilizantes no solo e visa maior produtividade por hectare, entretanto, é acessível a poucas famílias devido aos custos e dificuldade de transporte desses insumos agrícolas ou agropecuários;

4) A rotação de culturas que consiste na intercalação de determinados cultivos na mesma área de plantio, como exemplo planta-se milho num semestre e no outro cultiva-se feijão e no ano seguinte inverte-se o manejo dessas espécies;

5) O agrotóxico que ocupa a sexta posição e está associado, principalmente, na limpeza de áreas de cultivos ou pastagens e no geral é praticada nas áreas de influência de influência indireta da TIRG e na zona rural do Distrito de Surpresa;

6) A rotação de áreas, ou seja, com a abertura de novos espaços e/ou recuperação de áreas anteriormente plantadas e que se encontravam em pousios;

7) A rotação de pastagens, o que ocorre, principalmente no período das secas amazônicas, pois o capim torna-se escasso para os animais – é no final desse período que ocorrem a queimada e renovação das pastagens.

Esses baixos indicadores tecnológicos possuem estreita ligação com a falta de equipamentos como trator, semeadeira, entre outros, que custa muito e o baixo poder aquisitivo dos moradores em dotar suas propriedades de meios que possam melhorar a produtividade com consequente aumento da renda familiar, situação que resulta num quadro desanimador.

Créditos e financiamentos

Na realidade para o entorno imediato e área de influência indireta da TIRG não há dados específicos que permitem quantificar o número de contratos e os valores repassados à agricultura familiar. Entretanto, o estudo realizado para o Parque⁴ Estadual de Guajará-Mirim (KANINDÉ, 2015) afirma que:

No entorno do PEGM ficou constatado pelas afirmações dos entrevistados que somente 31% das propriedades tiveram acesso ao crédito rural. Acredita-se que a não acessibilidade se dê por fatores como inadiplência, dificuldade de ingresso junto à agência intermediadora (EMATER) ou até a falta de comprovação da posse real da terra, por restrições legais ou falta de efetividade da regularização fundiária na região.

Por essas informações são perceptíveis a grande problemática relativa à produção/produktividade no entorno e área de influência indireta da TIRG, onde a falta ou escassez de recursos financeiros, seguida pela precariedade e falta de transportes, fragilidade na assistência técnica e a baixa fertilidade dos solos, resulta em grandes óbices para o desenvolvimento das atividades do setor primário, bem como sua diversificação e verticalização. Outros elementos como a falta de mão de obra, a existência de pragas, a dificuldade de comercialização – motivada por preços baixos e atravessadores – e a saúde completam o quadro que reflete na pequena produção, na baixa produtividade e concomitantemente na diminuta renda das famílias.

A assistência técnica e extensão é uma questão muito séria, pois sua ausência provoca a não acessibilidade a técnicas, tecnologias e informações que contribuiriam para a ampliação da produtividade, da diversificação da produção, de modo a permitir a geração de trabalho e renda nas propriedades e comunidades do entorno e área de influência indireta da TIRG.

Organização Social

Pelos dados levantados, existem mais de duas dezenas de organizações que atuam no entorno e na área de influência indireta da TIRG, com objetivos e interesses específicos, tais como:

1) Associações de povos indígenas nas TIs – cada TI possui no mínimo uma organização;

2) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR;

3) Associações de Produtores Rurais – de atuação na agricultura familiar e localizam-se em diversas linhas vicinais e comunidades – basicamente cada linha vicinal possui pelo menos uma organização;

4) Associação dos Seringueiros da RESEX Pacaás Novos e RESEX Federal Barreiro das Antas Primavera – atua ainda nas comunidades extrativistas do Rio Novo;

5) Cooperativa Vida Nova que atua no apoio à produção e à comercialização dos produtos das RESEXs;

6) Associação de Seringueiros e Agroextrativistas do Baixo Rio Ouro Preto – ASAEX;

7) Associação de Seringueiros de Guajará-Mirim – ASGM;

8) Associação de Seringueiros do Rio Ouro Preto – ASROP;

9) Associação dos Açaizeiros Agroextrativista de Guajará Mirim – ASAGUAM;

10) Organização de Seringueiros de Rondônia – OSR;

11) União dos Seringueiros de Rondônia – USR;

12) Associação de Mulheres Agroextrativistas do Município de Guajará-Mirim/RO – ASMAGM;

13) Associação dos Piscicultores de Guajará-Mirim;

14) Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé – AGUAPÉ;

15) Associação de Moradores do Distrito de Surpresa – AMADSUR – tem atuação no meio rural e urbano do Distrito;

16) Colônia de Pescadores Z2 de Guajará-Mirim;

17) Associação dos Deficientes Físicos de Guajará-Mirim – ASDEFIC/GM;

18) Cooperativa dos Seringueiros de Rondônia – COOSERON;

19) Associação dos Criadores do Vale do Mamoré – ACRIVALE;

20) Associação dos Agricultores do Ramal Cachoeirinha.

A região do entorno e da área de influência indireta da TIRG é marcada por vários interesses de distintos atores sociais. Assim, como exemplificação, na área da RESEX Rio Ouro Preto é marcada, conforme MMA (2014a) pelos “ocupantes da área da proposta de exclusão, não tradicionais e não extrativistas, estão organizados e representados através de duas associações: a Associação dos Criadores do Vale do Mamoré (ACRIVALE) e a Associação dos Agricultores do Ramal Cachoeirinha (criadores de gado em sua maioria)”.

Por fim, a Auditoria do TCE-RO (2013, p.48) realiza importantes reflexões sobre a gestão das RESEXs, a qual está relacionada com a atuação das entidades que as representam interna e externamente, como ação política:

Notou-se nas RESEXs, mesmo diante das dificuldades registradas neste Relatório, uma gestão um pouco mais eficaz se comparada com a gestão das UCs como um todo, colaborando com resultados socioambientais positivos para essas áreas protegidas, trazendo melhoria à imagem de Rondônia no aspecto ambiental, agregando oportunidades de captação de recursos oriundos de doadores nacionais e internacionais para essas categorias de UCs.

[...] Esses resultados socioambientais positivos nas RESEXs decorrem, em parte, da presença e participação da população tradicional, bem como da atuação dos conselhos da comunidade, todos tendo interesse na exploração da madeira e na extração dos recursos naturais que dispõem as unidades.

Em que pese os aspectos positivos acima postos, o grau de implementação da gestão das Resexs ainda necessita de ampliação, de modo a atender o anseio da população tradicional, da sociedade em geral e do meio ambiente.

O nível de implementação em que se encontram a maior parte das Resexs revela que a receita da divisão do manejo de madeira é a principal fonte de renda dos moradores, há baixa viabilidade de cadeias produtivas de extrativismo (látex, cipó, óleo de copaíba, etc.) como alternativas para a geração de renda. Também não há demonstração da sustentabilidade da exploração dos recursos madeireiros, além do risco de não continuidade do modo de vida extrativista nessa categoria de UCs.

Esses eventos explicam não apenas no processo de gestão que apresentam vulnerabilidades, principalmente, e sugerem a expectativa quanto à permanência e integridade física das UCs e de seus moradores e somam-se ainda outros ataques e pressões para a ocupação e exploração de suas áreas territoriais. O TCE-RO limitou-se às RESEXs de responsabilidade do governo estadual, mas essas problemáticas se reaplicam em graus distintos nas UCs federais e TIs.

Aspectos ambientais do entorno e da área de influência indireta da TIRG: percepção dos moradores

De difícil mensuração, o grau de compreensão desses moradores, pode-se, devido ao perfil ambiental de Guajará-Mirim, concluir que a percepção sobre a TIRG e o uso dos recursos naturais seja de grande proeminência, uma vez que as relações com a natureza são relevantes, pois é ali que vivem e tiram o sustento e rendas para suas famílias e para manterem suas comunidades.

Quanto mais se distancia da TIRG e sua área do entorno são observadas mudanças na paisagem e na forma de trato com o ambiente e consequentemente em relação aos povos indígenas, em razão de existir uma série de barreiras ao se tratar de assuntos sobre UCs, TIs, extrativistas e indígenas. A questão relacionada ao meio ambiente e sobre o uso dos recursos naturais é algo intrincado, pois vinculam a possíveis punições legais e à não clareza de informações sobre o que é e qual é a importância da TI para a região.

No caso peculiar de algumas das áreas de influência indireta se constata desmatamentos maiores, cuja função da terra é para o cultivo agrícola e principalmente para a bovinocultu-

ra – essa marca é profundamente observada nos municípios vizinhos a Guajará-Mirim e cresce exponencialmente ano após ano – e agora com o avanço da soja, especialmente no eixo da BR-429.

Neste sentido, a preocupação desses moradores com o reflorestamento é pequena, algo próximo a 25% (KANINDÉ, 2014; 2015), o que evidencia um distanciamento perceptivo dos produtores sobre o meio ambiente, os quais entendem que atrapalham suas atividades econômicas, logo, suas prioridades se refletem naquilo que seja financeiramente mais vantajoso. O reflorestamento de suas áreas é visto como algo dispendioso e porque demandaria um longo prazo para o retorno e que também diminuiria suas áreas de pastagens – essas com retorno econômico quase imediato.

Uso dos recursos naturais

O entorno e parte expressiva da área de influência indireta da TIRG no decorrer de sua trajetória histórica não se separa da intensa afinidade com a utilização dos recursos naturais pelas populações tradicionais, especialmente durante os ciclos da borracha, e pelos povos originários desde tempos imemoriais. A própria TIRG, inclusive foi primeiramente um complexo missionário por cerca de cem anos e posteriormente atendeu a EFMM e em seringal de propriedade de João Rivoredo, conforme afirma o ISA, que este senhor

[...] seria o responsável direto pela dissolução de todas as aldeias indígenas da região, recrutando mão-de-obra, deixando as populações sem assistência médica, e, ainda, sem tomar nenhuma atitude para impedir as epidemias de sarampo. Entre as décadas de 1940-1960, houve uma notável dispersão de índios pelos seringais. Em 1940, o então governador do Território do Guaporé estimulou a transferência de índios do Ji-Paraná para o Guaporé, visando suprir a mão-de-obra perdida em decorrência dos surtos de epidemias. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) dispunha somente do Posto Ricardo Franco, que não estava preparado para atender os recém-chegados. Não se sabe em que condições foi feita a transferência, mas sabe-se que a mortalidade atingiu índices dramáticos. Mesmo com a existência da 9ª Inspeção Regional do SPI, criada em 1946, os índios continuaram trabalhando nos seringais em condições servis. Somente a partir de 1970, esta situação começou a se modificar com a ida dos grupos remanescentes para o Posto Indígena Guaporé, antigo Posto Ricardo Franco. Alguns, entretanto, estavam irreversivelmente próximos da extinção e já não poderiam se manter enquanto uma unidade étnica diferenciada⁵.

Esse processo, marcado pela violência, em que muitos dos indígenas foram exterminados ao longo do tempo, por meio de etnocídios; posteriormente indígenas, seringueiros e extrativistas foram expulsos, devido às reconfigurações territoriais, especialmente em função da implantação dos programas de colonização e pela exploração de madeiras. Dessa forma, as populações tradicionais nas UCs e indígenas nas TIs de Guajará-Mirim são como “rugosidades” nos espaços geográficos e

84 ⁴Área de influência indireta da TIRG e pertencente ao Corredor Ecológico Binacional Brasil-Bolívia Guaporé-Itenez/Mamoré

⁵ https://pib.socioambiental.org/pt/povo/arua/1665. Acessado em 27 dez 2016.

elementos que dificultam o desenvolvimento – isso na visão daqueles que se colocam contra essas populações imemoriais e seculares.

O que se constata é que o uso dos recursos naturais da floresta e rios está circunscrito como fonte de alimentos e são consumidos em diferentes escalas entre as comunidades tradicionais, indígenas, agricultores familiares, ribeirinhos e moradores urbanos do Distrito de Surpresa. Assim, a castanha-do-brasil *Bertholletia excelsa*, os peixes, os quelônios e as caças tem o seu consumo distinguido e isso se relaciona ainda a aspectos culturais e espirituais, ou seja, o que é apreciado por algum segmento populacional, necessariamente integra o cardápio de outro.

Em relação à extração de frutos, castanhas, cipós e plantas, a prática é exercitada pelos extrativistas e indígenas que estão no entorno. Alguns moradores da área de influência indireta da TIRG, no entanto, extraem a castanha-do-brasil para o próprio consumo e ocasionalmente comercializam – o que produz uma série de conflitos; por outro lado, muitos desses moradores argumentaram que não se dedicam a atividade extrativista por não terem tempo, bem como não apreciam trabalhar com produtos provenientes da floresta, por não ser atrativo economicamente e por isso preferem a agricultura e pecuária.

O uso ou a comercialização de produtos originários dos recursos naturais do entorno e da área de influência indireta da TIRG é difícil de ser mensurado por dois motivos: 1) as famílias não fazem controle do que é extraído nas florestas (madeira, castanha, açaí, cipós, caça, etc.) e nos rios (peixes e quelônios); 2) vários dados descritos nos documentos terem mais de dez anos e o espaço receber uma série de mudanças – ainda que mínimas, mas que de alguma maneira transformam a realidade. No entanto, a floresta da TIRG e de seu entorno imediato ou da área de influência indireta florestada se constitui como áreas de refúgios para animais, os quais são apreciados e entram no cardápio das populações indígenas, extrativistas e agricultores familiares.

Os peixes, em maior quantidade de espécies, e os quelônios são apreciados na culinária dos povos da TIRG, do entorno imediato e da área de influência indireta da TI; em ambos os casos a relevância é muito significativa como fonte de proteínas, todavia, existe a necessidade de estudar seus comportamentos quanto ao estoque e sua manutenção, pois com a retirada de volume em excesso dos lagos, rios e igarapés poderá afetar a qualidade de vida dos moradores. Para além da preocupação com o estoque pesqueiro, Kanindé (2014; 2015) considera que:

Mesmo com o avanço da piscicultura em Rondônia, a atividade é realizada nos rios, lagos e lagoas, e conta com um número significativo de pessoas, as quais não disponibilizam de recursos financeiros para adquirir o produto, o qual é comercializado com preços excessivos em virtude da cadeia de negócios ser composto por vários agentes (atravessadores, comerciantes, entre outros).

Os peixes são capturados durante maior parte do ano – exceto no período de reprodução das espécies, denominado como defeso, em que são proibidas as atividades.

Conflitos socioterritoriais

A região do entorno e da área de influência indireta da TIRG, assim como a própria TI, encontra-se vulnerável aos mais distintos modos de ataques, pressões e conflitos, em decorrência de atividades ilegais como extração ilegal de madeira, garimpo, caça e pesca predatórias, grilagem de terras. Essas atividades ocorrem com a utilização dos rios e de estradas que permitem o acesso à região.

Mesmo que o poder público com a atuação da SEDAM, IBAMA, ICMBIO, Polícia Florestal e Polícia Federal realizem fiscalizações e operações, a situação persiste em razão da escassa infraestrutura física (postos permanentes), recursos humanos constantes para coibir a presença de indivíduos que operam à margem das leis e que colocam em risco a vida dos moradores. Com isso em algumas porções territoriais da região desmatamento e queimada ilegais e a presença de bovinos, garimpos e extração ilegal de madeiras tanto nas zonas de amortecimento quanto no interior de UCs e TIs ocorrem de forma quase contínua.

Em várias dessas áreas invadidas ou de ocupações irregulares é comum localizar placas que mencionam a “venda” de “propriedade”, bem como de indicativos que anunciam um caráter religioso ou então de ameaças. Essa condição demonstra cenários de conflitos, o qual caracteriza a instabilidade fundiária e irregularidade ambiental do local – ainda que as RESEXs e TIs encontrem-se devidamente reconhecidas, homologadas e registradas como patrimônio público destinado ao usufruto das populações tradicionais e indígenas.

Essa condição traduz na insuficiência/ausência ou a atuação do Estado no sentido de promover repressão contra os delitos ou o de regularizar área, caso seja passível de direito e o de implantar políticas públicas que tenham eficácia. Em síntese, a circunstância remete a uma “terra sem lei”, pois favorece ações delituosas e espúrias que repercute sobre os moradores do entorno e que alcançam diretamente a TIRG e assim corrobora para uma percepção distorcida sobre a relevância das TIs e das UCs - que formam o mosaico do Corredor Ecológico Binacional Brasil-Bolívia Guaporé-Itenez/Mamoré - em suas vidas e para a região, onde estão inseridos.

Compreensão dos moradores sobre a TIRG e relação de vizinhança

As compreensões a respeito da função da TIRG são heterogêneas e multifacetadas, pois dependem do nível de relação que os indivíduos mantem ou não com o meio ambiente. Assim, o(s) indígena(s) de outra(s) TI(s), extrativista(s) morador(es) de RESEX(s) ou de agricultor(es) familiar(es) com forte vinculação com a natureza possuem a compreensão de sua importância para a sustentação da vida humana e

outras formas de vida (reprodução de animais e de peixes, da floresta) e do equilíbrio ambiental (clima, pluviosidade, entre outros); enquanto aqueles que estão alheios à questão consideram categoricamente que a “TI impede o desenvolvimento e que existe muita terra para poucos indígenas” – ainda que em suas propriedades as nascentes sejam extintas e não que possuam uma só árvore para construir um galpão, uma residência ou uma cerca.

Assim, quanto mais distante o morador se encontra da TI menos compreende ou tenha compromisso ou politicamente desconsidera a importância ambiental, social e econômica

dos que ali vivem e tiram o sustento. Essa situação explicita mais do que um conservadorismo antiambiental, um processo histórico de discriminação em relação às minorias, nas quais se incluem os indígenas, extrativistas, quilombolas, mulheres, entre outros. A ideia que esses possuem além do “desenvolvimento” é a necessidade ímpar de se construir infraestruturas que permitam o deslocamento humano (estradas), o que “explicitamente” alude em promover atos que surrupiam as riquezas naturais e a própria terra de indígenas e extrativistas. Assim, para muitos a TI “não é produtiva, e sim um espaço de ociosidade, mas cheia de riquezas e que deve ser explorada, pois indígena não trabalha”.

Propostas de ações para os moradores do entorno e da área de influência indireta da TIRG

Propomos algumas sugestões que poderão ser implantadas e/ou implementadas, como medidas de aproximação dos moradores à TIRG:

- 01 Elaboração de um plano estratégico com o estabelecimento de pactos com ações que possam atender os moradores do entorno e os indígenas;
- 02 Realização de parcerias com órgãos, entidades ambientais, universidade e/ou faculdades no apoio de ações que possibilitem aliar desenvolvimento econômico com a preservação e/ou conservação ambiental;
- 03 Promoção de ações direcionadas à educação, à cultura, à saúde e à economia;
- 04 Realização de parcerias com a EMATER e outras entidades públicas ou privadas para a assistência técnica rural, gestão associativista/cooperativista, dentre outras;
- 05 Projetos que instiguem atividades propulsoras de renda e geração de oportunidades de trabalhos (piscicultura, artesanatos, dentre outros, apresentados na Figura 42 ou que ocorram a partir das realidades locais), de maneira especial com a participação de mulheres e jovens;
- 06 Estímulo à diversificação e verticalização da produção, inclusive com a agroindustrialização familiar ou coletiva;
- 07 Implantação de cursos de formação e capacitação dos moradores do entorno, de acordo com a capacidade, potencialidade e realidade locais;
- 08 Fortalecimento institucional com o objetivo de alcançar a autonomia econômico-financeira, social e comunitária, mediante processos de gestão (produção, comercialização e formulação de parcerias no contexto local, regional, nacional e internacional);
- 09 Estímulo ao ecoturismo e/ou turismo rural de baixo impacto ambiental e social;
- 10 Realização de cursos de educação ambiental direcionados aos moradores para incentivar a adesão aos propósitos da TIRG;
- 11 Promoção de mecanismos que possam garantir a participação dos moradores em fóruns apropriados de decisão, nas quais os moradores possuam habilidades.

CAPÍTULO 6

ETNOZONEAMENTO



Grupo de mulheres na oficina de etnozoneamento.
Foto: Israel Correa do Vale Junior

INTRODUÇÃO

A decisão dos indígenas que habitam a Terra Indígena Rio Guaporé - TIRG elaborarem o Etnozoneamento e o Plano de Gestão de seu território surgiu em 2010, quando eles tiveram acesso ao PGTA do povo indígena Paiter Surui e solicitaram à Kanindé que os apoiasse. Vários anos se passaram em busca de apoio e recursos sem êxito. Com o apoio do Fundo Amazônia/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 2016, o sonho se tornou possível, via o projeto Amazônia Indígena Sustentável executado pela Kanindé Associação de Defesa Etnoambiental em parceria com a Associação Indígena Rio Guaporé - AIRG.

O primeiro passo para o etnozoneamento foi o consentimento livre, prévio e informado dos indígenas, que demonstrava o seu interesse em realizá-lo, seguido de diversas reuniões com a diretoria da Associação Indígena Rio Guaporé - AIRG e com a FUNAI de planejamento para as ações na Terra Indígena.

As atividades se iniciaram em 2016, com o Diagnóstico Etnoambiental Participativo, que contou participação de pesquisadores indígenas e não indígenas, e em 2018 foram realizadas as Oficinas para a elaboração do Etnozoneamento e do Plano de Gestão.

Importante frisar que a gestão do território indígena é responsabilidade da FUNAI - Fundação Nacional do Índio e dos povos que ali habitam, portanto o envolvimento da Coordenação Regional da FUNAI em Guajará-Mirim - RO, em todas as fases, foi de suma importância para as ações planejadas, já que na fase de implementação boa parte das ações

são de responsabilidade do órgão indigenista. O empenho de todos indígenas, funcionários da FUNAI e Kanindé foi fundamental na realização dos estudos e na elaboração do Etnozoneamento e PGTA.

Esse envolvimento é importante para que na fase de implementação do PGTA, se possa cumprir o que diz a PNGATI - Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (Decreto nº 7747 de 05 de junho de 2012), e os órgãos públicos utilizem esse instrumento de planejamento nas decisões e ações a serem implementadas na Terra Indígena Rio Guaporé, de modo que a gestão do território reflita a decisão tomada pelos povos indígenas.

Ao pensar como planejar o uso de seu território, de forma a promover o desenvolvimento econômico de maneira sustentável, foi utilizado como base o Diagnóstico Etnoambiental Participativo que foi realizado de forma participativa e trata dos problemas, ameaças, oportunidades, sugestões e considerações levantadas por pesquisadores indígenas e não indígenas, tendo sempre em mente o cumprimento da PNGATI - Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas.

O conceito utilizado de etnozoneamento é o de Little (2006): "Etnozoneamento: ferramenta participativa para planejamento territorial de acordo com as categorias indígenas de uso da terra" e o da PNGATI (2012):

"II - Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento."

METODOLOGIA

As atividades tiveram início em 2016 e finalizaram em agosto de 2018. Foram dados os seguintes passos:

1º Passo:

Os indígenas tomaram a decisão de fazer o Etnozoneamento, enviaram uma carta a Kanindé solicitando a parceria.

2º Passo:

Os representantes indígenas da comunidade e associação, FUNAI e Kanindé realizaram reunião para definir a logística da Oficina de Planejamento, definindo quando seria a pesquisa de campo, a elaboração do etnozoneamento e do Plano de Gestão.

3º Passo:

Realizada uma Oficina de Planejamento onde foram escolhidos os profissionais indígenas e não indígenas, escolhidos os coordenadores, os locais de pesquisas, quais os temas que seriam pesquisados, e definido o papel de cada um.

4º Passo:

Realizada a pesquisa de campo (diagnóstico da TIRG).

5º Passo:

Realizada a Oficina de validação dos dados do diagnóstico.

6º Passo:

Realizada a Oficina para elaboração do Etnozoneamento.

7º Passo:

Realizada a Oficina de elaboração do Plano de Gestão Etnoambiental Participativo.

A definição do uso do território foi feita a partir das propostas dos participantes na Oficina de Etnozoneamento, em que foram elaborados mapas mentais e logo a seguir utilizando um mapa base da Bacia Hidrográfica da TI, onde os indígenas em grupos distintos (jovens, mulheres, homens e lideranças) definiram quais as zonas que gostariam de propor e suas normas de uso.

Em plenária com a participação de membros da comunidade, a partir da apresentação de cada grupo, foi elaborado o mapa final do etnozoneamento. Dessa forma foram criadas zonas que representavam a forma como os indígenas viam e queriam gerir seu território.

Para cada zona foi proposta uma forma de uso, que devem atender aos princípios fundamentais e as diretrizes gerais, para que desta forma se possa garantir a boa gestão do território.

Foram definidas 06 (seis) zonas, cada uma com sua proposta de uso, bem como os princípios fundamentais e diretrizes que deveriam servir de orientação na implementação do PGTA.

Princípios fundamentais:

O uso de todas as zonas e seus benefícios serão somente para os indígenas que vivem na Terra Indígena Rio Guaporé.

Diretrizes gerais

- Proibida a pesquisa de prospecção geológica (minério, petróleo, gases, etc.) em qualquer zona;
- Permitida a pesquisa científica em todas as zonas, desde que tenha a permissão dos indígenas e atenda a legislação vigente.
- O indígena da T.I. Guaporé que vive na cidade, seja por qualquer razão, ao retornar às aldeias terá o mesmo direito que os que vivem na TI;
- Não Indígenas que casaram com indígenas e moram na T.I têm direito ao uso das zonas;
- O não indígena que já mora na T.I. não pode trazer nenhum parente (não indígena) para morar em seu interior.

“O uso de todas as zonas e seus benefícios serão somente para os indígenas que vivem na Terra Indígena Rio Guaporé.”

ZONA DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Descrição

Área de proteção da natureza, onde ninguém pode mexer, apenas os indígenas dentro do que se caracteriza como de uso e costumes ancestrais.

Regras de Uso

- Prevenir as queimadas para que estas não destruam a natureza;
- Permitido fazer turismo;
- Permitida a presença de pessoas não indígenas (turistas), mas somente com o acompanhamento de indígenas moradores da T.I;
- Permitido o turismo de pesca Esportiva tipo “pesque e solte” onde o turista não pode levar peixes da T.I., podendo somente consumir o pescado local;
- Permitido o Turismo de Avistamento de animais.



ZONA DE RECUPERAÇÃO

Descrição

Área que foi degradada e que deve ser utilizada para a agricultura e reflorestamento.

Regras de Uso

- Buscar formas de produção de mudas nativas e agrícolas (castanhal por exemplo);
- Recuperar o solo e reflorestar com espécies nativas, de preferencia açaí, tucum, urucum, frutas nativas e espécies da região.



ZONA DE PRODUÇÃO

Descrição

Área utilizada para a produção em geral.

Regras de Uso

- Permitido o uso agrosilvopastoril, a caça, a retirada de madeira para construções de casa e canoas para os indígenas fazer roçados, extrativismo de castanha, açaí e outros produtos nativos;
- O indígena desaldeado, que voltar a morar na aldeia poderá utilizar a área da zona de produção;
- Somente os moradores da T.I. poderão usufruir desta área. Pessoas de fora da reserva que invadirem para a retirada de produtos serão avisados verbalmente e se for pouca quantidade (até um saco de 72 quilos) o mesmo será liberado com o produto e no caso de reincidência o mesmo será expulso e será tomado todos os produtos;
- Proibida a retirada de minérios e retirada de madeira para fins comerciais, devendo atender ao que diz a legislação indigenista e ambiental;
- Permitida a construção de casas, roças, criação de animais e cultivo de ervas medicinais.



ZONA SAGRADA

Descrição

Local onde há cemitérios, cerâmica e onde se morava antigamente ou houve conflito com outros povos.

Regras de Uso

- Livre acesso aos indígenas que vivem na T.I. para visitação, porém os não indígenas só podem visitar acompanhados por um morador da TI.
-   permitida a caça, a pesca e a coleta de produtos não madeiráveis.



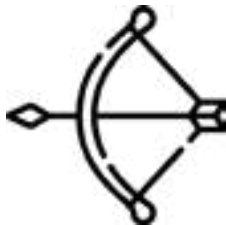
ZONA DE CAÇA E PESCA

Descri o

Locais onde se pode caçar e pescar sem destruir o meio ambiente.

Regras de Uso

- Permitida a caça e pesca para subsistência, quando houver excedente, este deve ser dividido com os parentes dentro da TI;
- Permitido a caça e a comercializa o de jacaré, desde que se siga as normas legais;
- Proibido ao turista caçar;
- Permitida a pesca e comercializa o do pirarucu;
- Proibido ao turista pescar.



ZONA DE RESGATE

Descri o

 rea fora da terra indígena.

Regras de Uso

- Verificar com a FUNAI os processos legais para se adquirir a área, porque esta   utilizada pelos indígenas para a pesca de subsistência.



CAPÍTULO 7

PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL



INTRODUÇÃO

O Plano de Gestão Etnoambiental Participativo da Terra Indígena Rio Guaporé foi realizado em 2018 e reflete as perspectivas e desejos dos povos indígenas que vivem nesse território. É um instrumento de planejamento que busca contribuir com a proteção da terra indígena, com a autonomia e autodeterminação dos diversos povos que ali habitam.

O Plano de Gestão priorizou e valorizou as reflexões junto aos jovens, mulheres, idosos, lideranças, principalmente no que se refere à valorização cultural, e atividades do dia a dia dos indígenas em suas mais diferentes formas de ver o território.

Deste modo, o Plano de Gestão traz as demandas para a implementação de políticas públicas e a construção de parcerias que possam viabilizá-las, isto se ampara no que diz o Decreto 7.747, de 5 de junho de 2012, ao falar dos objetivos da PNGATI – Política Nacional de Gestão Ambiental e territorial das Terras Indígenas:

“garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e culturais das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente (DOU, 2012)”.

E segundo Little, (2006 p. 21) “a noção de Gestão Territorial das Terras Indígenas é o que melhor combina a dimensão política do controle territorial das Terras Indígenas com a dimensão ambiental de ações voltadas para sua sustentabilidade”, o que podemos verificar nas propostas elaboradas pelos indígenas para a implementação do Plano de Gestão da Terra Indígena Rio Guaporé.

METODOLOGIA

A Oficina para elaboração do Plano de Gestão Territorial Ambiental foi realizada de forma participativa na aldeia Ricardo Franco, após validação dos resultados do diagnóstico etnoambiental e da elaboração do Etnozoneamento. Para isso, foram formados grupos onde estes trabalharam juntos, construindo suas propostas. Após o tempo de trabalho em grupo, realizaram a apresentação dos resultados para o coletivo em plenária, os quais tinham a responsabilidade de aprovar, complementar ou reprovar as propostas.

RESULTADOS

Foram definidas pelos participantes as linhas gerais para o Plano de Gestão conforme listado abaixo, e as atividades a serem desenvolvidas.

ATIVIDADES PROPOSTAS

Educação:



- Alfabetizar primeiro na língua indígena para depois ensinar o português;
- Desenvolver material didático na língua indígena para ser utilizado nas escolas;
- Envolver os mais velhos nos ensinamentos e na criação do material didático;
- Ter orientação pedagógica por parte da SEDUC;
- Apoiar para que a merenda escolar seja comprada direto dos produtores indígenas nas aldeias;
- Fortalecer as mulheres para que estas possam ser alfabetizadas nas aldeias;
- Garantir a contratação de professores para o Ensino Fundamental I e II.

Saúde



- Valorizar e revitalizar os saberes das mulheres indígenas, no que se refere a plantas medicinais, alimentação tradicional e prevenção a doenças físicas e mentais;
- Resgatar o conhecimento dos pajés;
- Melhorar o transporte de pacientes das aldeias para atendimento à saúde na cidade;
- Valorizar as parteiras indígenas;
- Informar sobre as políticas públicas de saúde a que têm direito as mulheres, jovens, crianças e adultos.

Fortalecimento Institucional



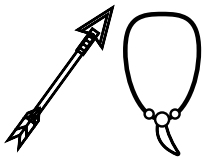
- Fortalecer a Organização que já existe, criando uma Coordenação ou uma Diretoria da juventude que possam representar os jovens da TIRG em outros lugares, como por exemplo, encontros de Lideranças Jovens Indígenas, mostras culturais e outros;
- Fortalecer a Organização que já existe, criando uma Coordenação ou uma Diretoria de mulheres e questões de Gênero.
- Escolha de representantes (lideranças femininas) para encaminhamento das demandas durante as reuniões e conselhos locais e representação das mulheres em encontros e eventos fora da TIRG.

Formação política



- Curso de formação políticas para as mulheres e jovens, através da parceria com a AGIR – Associação de Guerreiras Indígenas de Rondônia;
- Construção de um espaço para a realização de cursos de formação profissional.

Cultura



- Criar um cronograma da “Chichada Jovem”, que seria um evento de integração entre jovens e idosos em que se discutiria sobre a importância do repasse e fortalecimento da cultura, discussão das demandas dos jovens e idosos, criação (ou participação) de eventos destinados a este público. Estes encontros fortaleceriam a relação entre jovens e idosos, valorizando os conhecimentos ancestrais, despertando os jovens para a importância do fortalecimento da cultura e autoestima e, ao mesmo tempo, sensibilizando os idosos para as demandas dos jovens.
- Criar um Centro de Cultura na Baía das Onças e aproveitamento do que existe na aldeia Ricardo Franco para realização de projetos culturais que envolvam crianças, jovens, mulheres, homens e idosos e que tenham como objetivo o resgate e fortalecimento da cultura (Ensino da Língua Materna, lendas, mitos, histórias, artesanato, música, dança e pintura corporal).
- Realizar eventos (mostras culturais) para a exposição e venda da produção dos projetos culturais, atuando como momento de intercâmbio entre moradores de outras aldeias e terras indígenas;
- Fazer vivências em outras Aldeias com outros povos para conhecer experiências exitosas, com as mulheres e com os jovens;
- Valorizar os rituais de passagem, a exemplo do de passagem de criança para vida adulta;
- Fomentar o uso da alimentação tradicional;
- Promover cursos que valorizem o artesanato indígena para que os jovens e mulheres possam ter a identidade dos povos fortalecidas.

Combate às drogas e violências



- Buscar parceria para criação e desenvolvimento de um projeto de combate e prevenção ao uso drogas, álcool e violência a ser desenvolvido entre os moradores da TIRG.
- Estabelecer parceria para o desenvolvimento de programas e estruturas de combate a violência doméstica;

Proteção territorial



- Criar mecanismos para que tanto os jovens quanto as mulheres e homens possam ser capacitados para monitorar seus territórios, evitando que invasores possam retirar recursos da TIRG, garantindo os bens para as futuras gerações.

Comunicação



- Internet em todas as Aldeias;
- Aproveitamento do laboratório de informática da escola para o oferecimento de cursos de informática aos alunos e às mulheres.

Formação e capacitação



- Curso de empreendedorismo para as mulheres e jovens;

Parcerias



- Com a Polícia Federal e outras que tratam de questões relacionadas ao monitoramento, fiscalização, combate e prevenção as drogas ilícitas, ao tráfico humano e exploração sexual e tráfico de animais silvestres;
- Instituto Federal de Educação Tecnológica de Rondônia - IFRO, a Universidade Federal de Rondônia UNIR e outras instituições de interesse para ensino, pesquisa, extensão;
- Com organizações da sociedade civil para implementar ações do Plano de Gestão;
- Com a FUNAI para implementar ações de proteção territorial e etnodesenvolvimento.

ATIVIDADES PROPOSTAS PARA IMPLEMENTAR O PLANO DE GESTÃO DEFINIDAS NO ETNOZONEAMENTO

ZONA PRODUÇÃO							
Atividade	O que é necessário	Como fazer	Quanto tempo	Responsável	Parceiros	Avaliação (quando?)	Prioridade
Recuperação do solo nas aldeias Ricard- do Franco, Pedral (apenas recuperação do solo para roça), Baía das Onças e Urussari e reflorestamento.	Análise do solo, criar o projeto de reflorestamento, análise das espécies para plantio (preferencia por espécies nativas e pomares), maquinário, entre outros.	Realizar análise de solo, criar projeto de reflorestamento.	10 anos	Associação Rio Guaporé e outras.	FUNAI, EMBRAPA, EMATER, SENAR.	De 03 em 03 anos	Primeiro ano.
Construção da casa de apoio (para visitantes) na Baía das Onças, Ricardo Franco, BAIÁ RICA, BAIÁ COCA, MATA VERDE, Urussari e Pedral.	Telha, madeira, piso de cimento, gasolina, óleo queimado.	Em mutirão.	Dois meses.	Comunidade.	FUNAI, KANINDE, DSEI, Associação Rio Guaporé e outras.	Final do primeiro ano	Primeiro ano.
Construção e EQUIPAGEM da fábrica de beneficiamento de Castanha do Bra- sil e outros produtos na Baía das Onças	Material de construção: telha, madeira, cimento.	Em mutirão ou empresa.	2 anos	Associação Rio Guaporé e outras / comunidade	FUNAI, Governo Federal, CIMI, Município de Guajará Mirim.	Final do segundo ano	Segundo ano.
Construção de casas de farinha equi- padas em Ricardo Franco (3 unidades), Baía das Onças (1 unidade), Pedral (1 unidade), Urussari (1 unidade), Mata Verde (1 unidade) BAIÁ RICA E BAIÁ COCA que atendam aos padrões de higiene e qualidade para produção, armazenamento e comercialização.	Material de construção (em alvenaria): telha, tijolos, cimento.	Mão de obra especializada (empreiteira).	2 anos	Associação Rio Guaporé, comunidade e lideranças.	FUNAI, Governo do estado de Rondônia, município de Guajará-Mirim, CIMI, MPF	Final do primeiro ano	Primeiro ano.
Aquisição de maquinário para tirar a polpa de açaí e armazenar: uma unidade para cada aldeia (despolpadei- ra, freezer e seladora – para embalar): Ricardo Franco, Urussari, Pedral, Baía das Onças, Baía da Coca e Mata Verde.	Recurso financeiro.	Firmar parcerias para levantar os recursos necessários para aquisição do maquinário.	01 ano	Associação Rio Guaporé, comunidade, lideranças (caciques).	FUNAI, parlamen- tares, empresários, Governo do Estado de Rondônia, município de Guajará-Mirim.	Final do segundo ano	Segundo ano.
Assistência técnica para melhoria da agricultura.	Firmar parcerias para viabili- zar a assistência técnica	As lideranças e a comunidade devem buscar firmar parcerias.	01 ano	Associação e parceiros.	FUNAI, SENAR, EMBRAPA, EMATER, Governo do Estado de Rondonia. ICM- BIO (PNSC)	Final do primeiro ano	Primeiro ano.

SAÚDE							
Atividade	O que é necessário	Como fazer	Quanto tempo	Responsável	Parceiros	Avaliação (quando?)	Prioridade
Construção de Posto de Saúde e Farmácia em Baía das Onças, Ricardo Franco, Baía Rica, Baía Coca, Mata Verde, Urussari e Pedral.	Material de construção (alvenaria): madeira, cimento, telha, mão-de-obra especializada.	Com mão de obra especializada (empreiteira).	01 ano	DSEI	FUNAI, DSEI, KANINDE, emendas parlamentares, Governo do Estado de Rondonia e Prefeitura.	Final do primeiro ano	Primeiro ano.
Promoção de atividades e eventos que valorizem o conhecimento das mulheres sobre plantas medicinais e alimentícias tradicional	Mulheres indígenas ensinando sobre plantas e alimentos tradicionais.	Incluir no currículo escolar junto à SEDUC.	02 anos	SEDUC, professores e pessoas mais idosas da aldeia	SEDUC e Associação Indígena	Final do segundo ano	Segundo ano.
Construção de lavanderias comunitárias nas aldeias Mata Verde e Pedral.	Material de construção em alvenaria (tijolos, telhas, cimento), mão de obra especializada.	Contratação de mão de obra especializada (empreiteira).	02 anos	Associação Rio Guaporé, Comunidade, SESAI.	FUNAI, Governo do Estado de Rondônia, Município de Guajará-Mirim.	Final do segundo ano.	Segundo ano.

EDUCAÇÃO							
Construção da quadra poliesportiva em Ricardo Franco e Baía das Onças.	Mão de obra especializada, material de construção (tijolos, cimento, tinta para piso e outros).	Com mão de obra especializada (empreiteira).	01 ano	Governo do Estado de Rondônia, Associação Rio Guaporé e Município.	Governo do Estado de Rondônia, emenda parlamentar e Prefeitura de Guajará-Mirim.	Final do primeiro ano.	Primeiro ano.
Construção do Museu Djeoromitxi em Baía das Onças.	Telha, tijolo, cimento...Tradicional e ocidental.	Mão de obra especializada.	02 anos	Associações e comunidade.	Museu do Índio, FUNAI, Universidades, Governo do Estado, Prefeitura, MPF, CIMI....	Final do segundo ano.	Segundo ano.
Construção e Equipagem de um espaço multifuncional com copa, banheiro, espaço para exposição da produção, salas de aulas para cursos profissionalizantes em Pedral, Ricardo Franco, Urussari e Baía das Onças, Baía Rica e Baía Coca.	Material de construção (alvenaria): telha, cimento, tijolos.	Com mão de obra especializada (empreiteira).	02 anos	Associação Rio Guaporé e comunidade.	FUNAI, Governo do Estado de Rondônia, distrito de Surpresa, município de Guajará-Mirim.	Final do primeiro ano.	Primeiro ano.

Construção de uma escola em Pedral, Mata Verde e Urussari.	Material de Construção em alvenaria (tijolos, telhas, cimento), mão de obra especializada.	Contratação de mão de obra especializada (empreiteira).	02 anos	Associação Rio Guaporé e Comunidade SEDUC	Governo do Estado de Rondônia/SEDUC, Município de Guajará-Mirim, emendas parlamentares.	Final do segundo ano	Segundo ano.
Reforma e ampliação da escola de Ricardo Franco: incluir um espaço para o laboratório de informática, um auditório, uma biblioteca e um refeitório.	Material de construção em alvenaria: tijolos, telhas, cimento.	Contratação de mão de obra especializada (empreiteira).	02 anos	Associação SEDUC	Governo do Estado de Rondônia/SEDUC, Município de Guajará-Mirim, emendas parlamentares.	Final do segundo ano	Segundo ano.
Reforma e ampliação da escola em Baía das Onças: construção de novas salas de aula, um laboratório de informática COM INTERNET, uma biblioteca, um auditório, uma cozinha e um refeitório.	Material de construção em alvenaria: tijolos, telhas, cimento.	Contratação de mão de obra especializada (empreiteira).	02 anos	Associação Rio Guaporé e comunidade SEDUC	Governo do Estado de Rondônia/SEDUC, Município de Guajará-Mirim, emendas parlamentares.	Final do segundo ano.	Segundo ano.
Reforma da Casa de Cultura de Ricardo Franco.	Pintura (tintas), reforma do telhado, hidráulica.	Contratação de mão de obra especializada (empreiteira).	02 anos	Associação Rio Guaporé e comunidade.	FUNAI, Município, Governo Federal, emenda parlamentar federal.	Final do segundo ano.	Segundo ano.
Aquisição de bebedouros e ventiladores e ar condicionado para a escola de Ricardo Franco.	Recurso financeiro para aquisição de 40 ventiladores, 2 bebedouros (1 para cada escola).	Buscar parcerias.	01 ano	Associação Rio Guaporé, professores e comunidade, SEDUC.	Município de Guajará-Mirim, emenda parlamentar, Empresários.	Final do segundo ano.	Segundo ano.
Aquisição de um barco para atender toda a Terra Indígena que sirva de alojamento.	Recurso financeiro para aquisição de um barco tipo recreio com capacidade para 40 passageiros.	Buscar recursos através de parcerias.	18 meses	Associação Rio Guaporé e comunidade.	FUNAI, Município de Guajará-Mirim, Governo do Estado de Rondônia, emenda parlamentar, empresários, Marinha.	Final do segundo ano.	Segundo ano.

EDUCAÇÃO							
Atividade	O que é necessário	Como fazer	Quanto tempo	Responsável	Parceiros	Avaliação (quando?)	Prioridade
Aquisição de um veículo tipo van para transportar os alunos das aldeias próximas até a escola de Ricardo Franco (ensino médio).	Recurso financeiro para aquisição de um veículo tipo van com capacidade para 20 passageiros.	Buscar recursos através de parcerias.	18 meses	Associação Rio Guaporé, professores e comunidade.	FUNAI, Município de Guajará Mirim, Governo do Estado de Rondônia, Emenda Parlamentar, Empresários.	Final do segundo ano	Segundo ano.
Oferecimento de ensino médio nas aldeias de Ricardo Franco e Baía das Onças.	Contratação de professores qualificados, formalizar o pedido para a SEDUC, implantar a mediação tecnológica.	As lideranças, professores e comunidade devem reforçar o pedido feito anteriormente no MPF.	06 meses	Lideranças, professores e comunidades.	SEDUC, MPF e IFRO	Final do segundo ano	Primeiro ano.
Melhoria das condições de acesso ao ensino superior.	Maior divulgação dos processos para ingresso de alunos na universidade federal e particulares (através do ENEM).	As lideranças, os professores, a comunidade.	01 ano	Associação, lideranças e professores (caciques) de cada aldeia.	FUNAI, UNIR, IFRO e faculdades, MPF.	Final do segundo ano	Segundo ano.
Estabelecer parcerias para a realização de cursos profissionalizantes em todas as aldeias.	Firmar parcerias para viabilizar diversos cursos (informática, panificação, confeitaria, corte e costura, entre outros).	As lideranças, os professores, a comunidade devem buscar parceiros para realização de cursos na comunidade.	01 ano	Associação e lideranças (caciques) de cada aldeia.	FUNAI, SENAR, SENAC, SENAI, Governo do Estado de Rondônia/SEAS, Instituto Abaitará, IFRO.	Final do segundo ano.	Primeiro ano.
Projetos de prevenção e combate às drogas, alcoolismo e diversas formas de violência.	Firmar parcerias para realizar os projetos. Mobilizar a comunidade para a participação e envolvimento nos projetos.	As lideranças devem firmar parcerias com o Governo do Estado de Rondônia – Polícia Militar para atuação com o PROERD.	01 ano	Associação Rio Guaporé, lideranças (caciques) e os pais e mães.	FUNAI, Governo do Estado de Rondônia, Polícia Militar, Município de Guajará-Mirim (CAPS). Polícia Federal, Exército, MPF.	Final do primeiro ano.	Primeiro ano

Atividade	O que é necessário	Como fazer	Quanto tempo	Responsável	Parceiros	Avaliação (quando?)	Prioridade
Desenvolvimento de ações que contibuem para que os jovens indígenas conheçam os locais que são sagrados para seu povo	Mobilizar as comunidades para transmitir aos mais jovens informações e histórias sobre os locais sagrados.	Os mais idosos (as) devem reunir os jovens para transmitir a cultura.	Indeterminado.	Comunidade e lideranças.	Associação Indígena Rio Guaporé.	Final do primeiro ano.	Prmeiro ano.



Fotos: Ederson Lauri Leandro

REFERÊNCIAS

CAPÍTULO 1 – OS POVOS DA TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ E UM BREVE RELATO DE SUAS HISTÓRIAS

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Territorialidades, identidades e marcadores territoriais Kawahib da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia.** Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SILVA, Edson Armando& SILVA, Joseli Maria. **Ofício, Engenho e Arte: Inspiração e técnica na análise de dados qualitativos.** In HEIDRICH, A.L & PIRES, CL.Z. (orgs). Abordagens e Práticas da Pesquisa Qualitativa em Geografia e Saberes sobre Espaço e Cultura. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 301 – 328.

CAPITULO 2 - O MEIO FÍSICO DA TERRA INDÍGENA RIO GUAPORÉ

ADAMY, Amilcar. **Geodiversidade do estado de Rondônia** / Organização Amilcar Adamy. – Porto Velho : CPRM, 2010 337.

AGENCIA NACIONAL DE ÁGUAS, ANA. **Divisão Hidrográfica Nacional - Região Hidrográfica Amazônica.** Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/mapainicial/pgMapaA.asp>> . Acesso em: 15 de outubro de 2016.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 357, de 17 de março de 2005.** Ministério do Meio Ambiente, 2005, 23 p.

CUNHA, S. B. da A. & GUERRA, J. T. **Geomorfologia do Brasil.** 3a Edição. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manuais técnicos em geociências.** IBGE. Rio de Janeiro. 2ª Edição 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Precipitação e Temperatura Diária.** INMET. Cacoal, 2017.

KÖPPEN, W. Climatologia: con un estudio de los climas de la tierra. México: Fondo de Cultura Economica. 1948. 478 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, MMA. **Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia.** Brasília. MMA, 2001.

RADAMBRASIL. **Projeto Radambrasil: Levantamento de Recursos Naturais** (vol. 34, folha SE. 24: Rio Doce) .Rio de Janeiro: Ministério de Minas e Energia, Secretaria Geral, 1981.

RUAS, E. D et al. **Metodologia Participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR.** Belo Horizon-te, março de 2006.

SCANDOLARA, J.E. **A neotectonica no Estado de Rondonia e adjacencias: esboco preliminar e aspectos evolutivos.** In: SIMPOSIO DE GEOLOGIA DA AMAZONIA, 6, 1999, Manaus. Boletim de Resumos Expandidos. Manaus: SBG-Nucleo Norte, 1999. 596p. p.301-304.

SOUZA, C. G. Solos – **Potencialidade Agrícola. Recursos Naturais e Meio Ambiente – uma visão do Brasil.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. 1993.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático** / DRP. Brasília: MDA / secretaria da agricultura familiar, 2006.

MEIRA, A. L.; LEITE, C. D. Referências: Pereira, W. H, et al. **Práticas alternativas para produção agropecuária agroecológica. Emater MG. 134p. Tinoco, F. Biofertilizantes e caldas alternativas.** Emater-MG. 28p. Burg, I. C.; Mayer, P. H. **Alternativas ecológicas para prevenção e controle de pragas e doenças.** 10ª Edição, 2000, 153 p.

CAPÍTULO 3 – NOSSOS BICHOS

ALEIXO A. 1999. **Effects of selective logging on a bird community in the Brazilian Atlantic forest.** Condor, 101:537–548

AURICCHIO, P.1995. **Primatas do Brasil.** São Paulo: Terra Brasilis.

ÁVILA-PIRES, T.C.S. (1995). **Lizards of Brazilian Amazônia (Reptilia - Squamata).** Zoologische Verhandelingen, 1995(299): 1-706.

BERLIN, B., D.E. Breedlove & P.H. Raven (1966) **Folk taxonomies and biological classification**. Science 154: 273-275

BERNARDE, P.S. 2007. **Ambientes e temporada de vocalização da anurofauna no Município de Espigão do Oeste, Rondônia, Sudoeste da Amazônia - Brasil** (Amphibia: Anura). Biota Neotropica 7(2):87-92.

BIBBY, C.J.; N.D. BURGESS & D.A. HILL. 1993. **Bird census techniques**. London, Academic Press, 257p.

BIERREGAARD, R. O. & LOVEJOY, T. E. 1989. **Effects of forest fragmentation on Amazonian understory bird communities**. Acta Amazonica, 19: 215–241.

CEMAVE/ ICMBio. 2014. **Relatório anual de rotas e áreas de concentração de aves migratórias no Brasil**. Cabedelo, PB :

DIXON, J. R. 1989. **A key and checklist to the Neotropical Snakes Genus Liophis with country lists and maps**. Smithsonian Herpetological Information Service 79:1-40.

DREW, J. A. **Use of traditional ecological knowledge in marine conservation**. Conservation Biology, 19 (4): 1286 -1293. 2005.

EISENBERG, J. F.; REDFORD, K. H. 1999. **Mammals of the Neotropics**. Chicago: University of Chicago Press. v. 3.

EMMONS, L. H.; FEER, F. 1997. **Neotropical Rainforest Mammals: A Field Guide**. 2nd edition. Chicago: University of Chicago Press.

FARIAS, G. B. & Â. G Chaves – Alves (2007) **Nomenclatura e classificação etnoornitológica em fragmentos de Mata Atlântica em Igarassu, Região Metropolitana do Recife, Pernambuco**. Revista Brasileira de Ornitologia 15 (3): 358-366.

GREGORIN, R. 2006. **Taxonomia e variação geográfica das espécies do gênero Alouatta Lacépède (Primates, Atelidae) no Brasil**. Revista Brasileira de Zoologia, Curitiba, 23 (1): 64-144.

IUCN 2016. The IUCN **Red List of Threatened Species**. Version 2015-4. <http://www.iucnredlist.org>. Downloaded on 19 julho 2016.

JOHNSON, W.E.; EIZIRIK, E.; PECON-SLATTERY, J.; MURPHY, W.J.; ANTUNES, A.; TEELING, E.; AND O’BRIEN, S.J. 2006. **The late Miocene radiation of modern Felidae: A genetic assessment**. Science. Vol 311: p. 7377

MARTINS, M. e M.E. OLIVEIRA. 1999. **Natural history of snakes in forests of the Manaus region, Central Amazônia, Brazil**. Herpetological Natural History 6(2):78-150

NAKA L.N., STOUFFER P.C., COHN-HAFT M., MARANTZ C.A., WHITTAKER A. & BIERREGARD R.O. JR. 2008. **Aves das florestas de terra firme ao norte de Manaus: Áreas de endemismo das guianas**. 4CD. Ed. INPA, Manaus, Brasil.

OLIVEIRA, M. M. A. (1992) **Alguns Nomes Populares de Aves do Sudoeste do Estado de Rondonia, Brasil**. Boletim Centro de Estudos Ornitológicos. 8:22-27

PETERS, J. A. & OREJAS-MIRANDA, B. 1970. **Catalogue of the Neotropical Squamata. Part I. Snakes**. Bull. U. S. Natl. Mus. 297:1-347.

PIACENTINI, V.Q.; A. Aleixo, C.E. Agne, G.N. Maurício, J.F. Pacheco, G.A. Bravo, G.R.R. Brito, L.N. Naka, F. Olmos, S. Posso, L.F. Silveira, G.S. Betini, E. Carrano, I. Franz, A.C. Lees, L.M. Lima, D. Pioli, F. Schunck, F.R. Amaral, G.A. Bencke, M. Cohn-Haft, L.F.A. Figueiredo, F.C. Straube & E. Cesari. 2015. **Annotated checklist of the birds of Brazil by the Brazilian Ornithological Records Committee / Lista comentada das aves do Brasil pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos**. Revista Brasileira de Ornitologia, 23(2): 91–298.

QUEIROZ, L.J.; OHARA, W.M.; VARI, R.P. Capítulo 13 **Prochilodontidae.Vol. I**. 140-146 p. in: Peixes do Rio Madeira. Obra em 3volumes. 1ª edição. São Paulo. Ed. Diaeto Latin American Documentary, 2013.

RIBEIRO, T. M. **Diagnóstico Etnoambiental participativo, etnozoneamento e plano de gestão em Terras Indígenas Vol. 3** Porto Velho 2016.

RIDGELY R. S. & TUDOR G. 1994. **The Birds of South America: The suboscine passerines, vol. II**. Texas: University of Texas Press

ROOSMALEN, M.G.M.; ROOSMALEN, T; MITTERMEIER, R.A. 2002. **A Taxonomic Review of the Titi Monkeys, Genus**

Callicebus Thomas, 1903, with the description of two new species, Callicebus bernhardi and Callicebus stephennashi, from Brazilian Amazonia. Neotropical Primates, Washington, DC: 1-52

ROSSI, R.V. **Taxonomia de Mazama Rafinesque, 1817 do Brasil (Artiodactyla, Cervidae)**. Tese de Mestrado, Instituto de Bio-ciências, Universidade de São Paulo. 2000.

RYLANDS, A.B.; SCHNEIDER, H.; LANGGUTH A.; MITTERMEIER, R. A.; GROVES, C. P.; RODRIGUEZ-LUNA, E. 2000. **An assessment of the diversity of New World primates**. Neotropical Primates. 8: 61-93

SCHULENBERG T. S., STOTZ D. F., LANE D. F., O’NEILL J. P. & PARKER T. A. III. 2007. **Birds of Peru**. New Jersey, Princenton: Princeton University Press.

SGUISSARDI, G. & R. O. Nunes (2009) **Etnoconhecimento da avifauna existente na região do distrito de Rolim de Moura do Guaporé – RO**. Revista Científica 3: 01-26.

SICK, H. 1997 **Ornitologia Brasileira**. Nova Fronteira, Ed, Rev. Amp. por José Fernando Pacheco. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

SILVA, J. M. C.; RYLANDS, A.B. e FONSECA, G.A.B. 2005. **O destino das áreas de endemismo na Amazônia**. Revista Megadiversidade Volume – Nº 1. 124-131. Julho de 2005

SILVANO, R. A. M.; MACCORD, P. F. L.; LIMA; R. V.; BEGOSSI, A. **When does this fish spawn Fisheremen’s local knowledge of migration and reproduction of Brazilian coastal fishes**. Envioronmental Biolgy of Fish, 76: 371-386. 2006.

SRBEK-ARAUJO, A.C; CHIARELLO, A.G. 2007. **Armadilhas fotográficas na amostragem de mamíferos: considerações metodológicas e comparação de equipamentos**. Revista Brasileira de Zoologia, Curitiba. V.24, nº3,p. 647656.

STOTZ, D. F.; FITZPATRICK, J. W.; PARKER III, T. A. & MOSKOVITS, D.K. 1996. **Neotropical birds. Ecology and Conservation**. University of Chicago, Illinois, USA: Chicago Press.

TERBORGH J., ROBINSON S. K., PARKER T. A., MUNN C. A. & PIERPONT N. 1990. **Structure and organization of an Amazonian forest bird community**. Ecological Monographs, 60: 213-238.

VAN PERLO, B. 2009. **A field Guide to the Birds of Brazil**. New York: Oxford University Press.

VOSS,R.S.; EMMONS,L.H.1996. **Mammalian diversity in neotropical lowland rainforest: a preliminar assessment**. Bulletin of the American Museum of Natural History. New York. V.230, p. 1-117.

WILSON, D.E. & D.A. REEDER (eds.). 2005. **Mammal species of the World: a taxonomic and geographic reference**. Third Edition, v. 1 e 2, The Johns Hopkins University Press, 2142p

CAPÍTULO 4 - A FLORESTA QUE NOS PROTEGE

ABI-EÇAB, Pedro et al. **Função ambiental das terras indígenas e mecanismos de efetividade**. São Paulo, Pontíficia Universidade Católica, 215p, 2012.

BRENA, D. **Proposição de um sistema de inventário florestal nacional para o Brasil**. Ciência Florestal, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 109-127, 1996.

RONDÔNIA. **Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE/RO)**. Relatório Final Cobertura Vegetal. SEPLAN/PLANAFLORO, Porto Velho, 2000.

SOUZA, V. C. & LORENZI, H. 2007. **Chave de identificação: para as principais famílias de Angiospermas nativas e cultivadas do Brasil**. Ed. Instituto Platarum, Nova Odessa, 31p.

CAPÍTULO 5 - OLHANDO PARA O ENTORNO

CARDOZO, I.B. et al. **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Cutia: Relatório Temático Socioeconomia – Anexo III**. Porto Velho: Kanindé, 2006.

COSTA, G.B. **Permanência de práticas tradicionais em reservas extrativistas no Estado de Rondônia**. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Regional). Santa Cruz do Sul: UNISC/PPGDR, 2012.

COSTA, G.B. **Permanência de práticas tradicionais em reservas extrativistas no Estado de Rondônia**. (Tese de Doutorado em

Desenvolvimento Regional). Santa Cruz do Sul: UNISC/PPGDR, 2012.

KANINDÉ. **Avaliação Ecológica Rápida da Reserva Biológica Estadual Traçadal**. Porto Velho: Kanindé, 2001.

_____. **Diagnóstico EtnoAmbiental Participativo da Reserva Extrativista Estadual Rio Cautário e entorno**. Porto Velho: Kanindé, 2014.

_____. **Diagnóstico Etno-ambiental Participativo da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau**. Porto Velho: Kanindé, 2002a.

_____. **Diagnóstico EtnoAmbiental Participativo da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau: Povo Indígena Oro Towati (Oro Win)** Porto Velho: Kanindé, 2002b.

_____. **Diagnóstico Etno-ambiental Participativo da Terra Indígena Pacaás Novos**. Porto Velho: Kanindé/Moore Foundation, 2016.

_____. **Diagnóstico EtnoAmbiental Participativo do Parque Estadual de Guajará-Mirim e Entorno**. Porto Velho: Kanindé, 2015.

MMA. **Plano de Manejo da RESEX Rio Ouro Preto**. Brasília: MMA, 2014a

_____. **Plano de Manejo Participativo da RESEX Barreiro das Antas**. Guajará-Mirim: MMA, 2014b.

_____. **Revisão do plano de manejo do Parque Nacional de Pacaás Novos**. Brasília: MMA, 2009.

_____. **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Cutia: Encarte 2 – Região da UC**. Brasília: MMA, 2006.

NIMUENDAJÚ, C. **Mapa EtnoHistórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro, IBGE: 1981.

RIBEIRO DA SILVA, J. **Reserva Extrativista Estadual do Rio Pacaás Novos: seringueiros e ribeirinhos – uma perspectiva fenomenológica** (Dissertação de Mestrado em Geografia). Porto Velho: UNIR/PPGG, 2014.

TCE-RO. **Auditoria Operacional em Unidades de Conservação estaduais**. Porto Velho: TCE-RO, 2013. Auditoria Operacional em Unidades de Conservação estaduais (TCE-RO, 2013).

WWF-Brasil, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília: WWF-Brasil, 2011. 68 p.

Capítulo 6 - ETNOZONEAMENTO

BRASIL. **Decreto Nº 7.747, de 5 de junho de 2012**. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Brasília, DF, 2012.

LITTLE, P. E. **Gestão territorial em terras indígenas: Definição de conceitos e proposta de diretrizes**. Relatório Final. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA – AC. Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas SEPI – AC. Agência GTZ do Brasil – GTZ. Rio Branco, Acre, 2006.

Capítulo 7 - PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

LITTLE, P. E. **Gestão territorial em terras indígenas: Definição de conceitos e proposta de diretrizes**. Relatório Final. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA – AC. Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas SEPI – AC. Agência GTZ do Brasil – GTZ. Rio Branco, Acre, 2006.



Foto: Sergio P. Cruz



Foto: Sergio P. Cruz

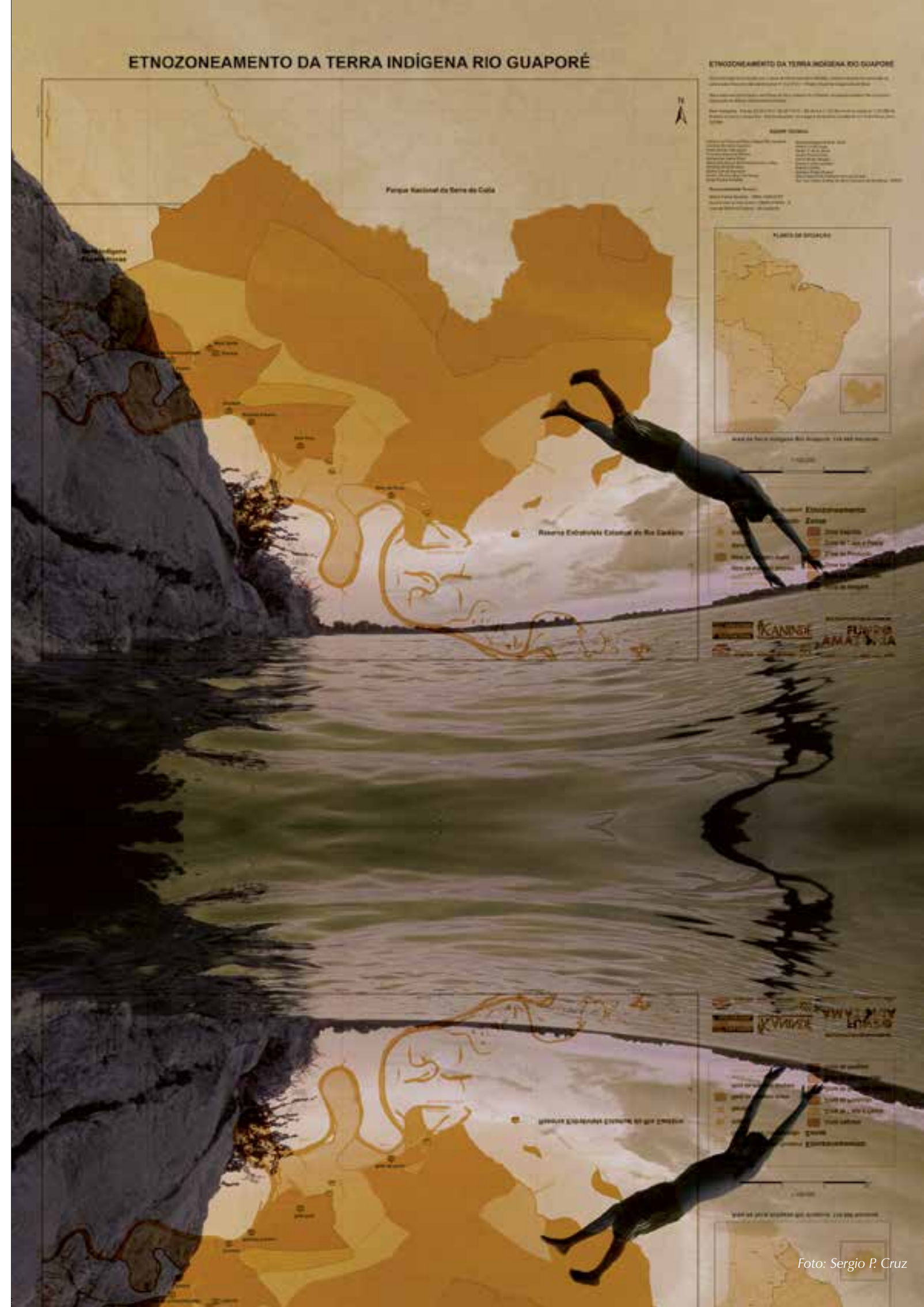


Foto: Sergio P. Cruz